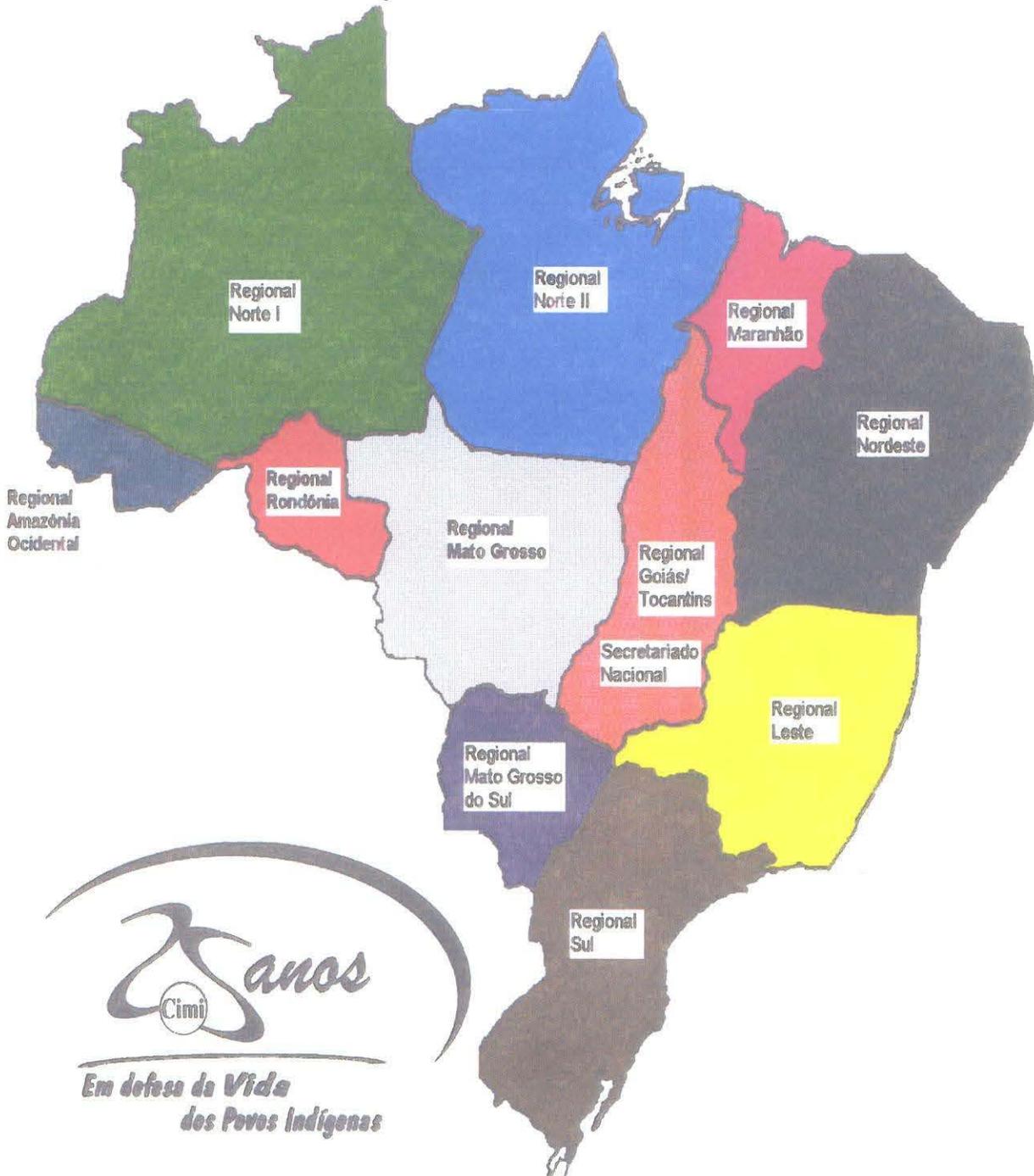


RELATÓRIO GERAL DE AVALIAÇÃO DO CIMI

Contribuições Sistematizadas
a partir das Bases



1997

Índice

APRESENTAÇÃO	03
INTRODUÇÃO	04
PARTE I - O PROCESSO DE AVALIAÇÃO: RAZÕES E METODOLOGIA	05
PARTE II - DADOS HISTÓRICOS DO NASCIMENTO DO CIMI	08
1. A conjuntura política da época	09
2. O processo de criação do Cimi	11
3. Os momentos de referência	13
4. As relações do Cimi com o movimento indígena, a Igreja e a sociedade civil	14
PARTE III - DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO CIMI	16
1. A evolução da conjuntura política	17
2. A conjuntura política atual	18
3. A evolução do trabalho do Cimi	20
3.1. Terra	20
3.2. Estrutura e funcionamento	30
3.3. Diálogo Inter-Religioso e Inculturação	36
3.4. Movimento Indígena	39
3.5. Formação dos Missionários	45
3.6. Formação dos Índios	49
3.7. Saúde	53
3.8. Educação	56
3.9. Auto-Sustentação	60
3.10. Índios isolados e de pouco contato	63
3.11. Alianças	65
3.12. Comunicação	69
3.13. Cooperação Internacional	73
PARTE IV - CONJUNTURA POSSÍVEL DE UM FUTURO PRÓXIMO	76

*“Tudo tem seu tempo, o momento oportuno
para todo propósito debaixo do sol”.*
(Eclesiastes)

APRESENTAÇÃO

O presente documento procura apresentar de maneira sistematizada os pontos centrais que foram ressaltados no processo de auto-avaliação do Cimi. Este processo de reflexão ocorreu de maneira abrangente, envolvendo os onze regionais e suas equipes locais, incluindo também o Secretariado Nacional na reflexão sobre a ação do Cimi nos últimos 25 anos.

Devido à riqueza das experiências, relatadas nos materiais produzidos pelas equipes regionais, optamos por apresentar um relatório mais sintético com a sistematização das questões centrais discutidas. Os relatórios das equipes regionais estarão à disposição para informações mais detalhadas.

Este relatório foi estruturado em quatro partes.

Como é comum em um relatório de avaliação, a primeira parte procura resgatar o que foi o processo de avaliação e a metodologia utilizada.

A segunda parte contém um relato histórico da atuação do Cimi no Brasil, nos seus 25 anos de existência.

A terceira, procura focar as principais áreas de atuação do Cimi, no que tem consistido sua linha de atuação, os resultados que vêm sendo obtidos e as perspectivas.

Esta parte é o ponto central do processo, uma vez que é aí onde são apresentadas as dificuldades, os avanços e os desafios que estão colocados para o Cimi hoje e as perspectivas de atuação.

Finalmente, uma quarta e última parte, onde se vislumbra brevemente os cenários de futuro para os povos indígenas e para a atuação do Cimi.

Brasília, novembro de 1997.

Coordenação da Avaliação

INTRODUÇÃO

O Cimi - Conselho Indigenista Missionário, organismo anexo à CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, tem como sua responsabilidade articular, organizar, subsidiar, em suma realizar o trabalho da Igreja Católica no Brasil junto aos povos indígenas.

O Cimi nasceu há 25 anos, em 1972, fruto de encontros e reflexões de um grupo de missionários sensíveis à grave situação dos índios naquele difícil momento da história brasileira, quando sofríamos uma feroz ditadura militar. Os militares ditavam e buscavam o fim dos povos indígenas. O Cimi nasceu para afirmar e praticar o contrário. Animando e apoiando o protagonismo dos índios, podemos dizer que o Cimi contribuiu para a derrota da ditadura e seu projeto de morte.

Ao longo destes anos, muitas histórias se passaram, a proposta do Cimi se espalhou no interior da Igreja, no interior da sociedade brasileira, no interior da história do Brasil, se irmanando com outras lutas, com as lutas gerais do povo, com as lutas específicas dos trabalhadores do campo e da cidade.

Combinando ação e reflexão, construindo seus referenciais comuns nas Assembléias Gerais, a cada dois anos, o Cimi construiu a sua própria história, suas próprias concepções e os caminhos da sua prática junto aos povos indígenas.

O objetivo maior do Cimi é levar a Boa Nova aos povos indígenas do Brasil - a do seu direito à Vida e à Vida em plenitude. Através da presença e compromisso cotidianos, busca o Cimi construir com os índios sua aliança na realização desta Boa Nova.

É este caminho de 25 anos percorridos e o quanto se atingiu deste objetivo que vamos conhecer e avaliar através deste documento. E, a partir dele, desenhar o futuro do Cimi.

PARTE I

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO: RAZÕES E METODOLOGIA

Avaliação - S.F. 1. Ato ou efeito de avaliar(-se). 2. Apreciação, análise. 3. Valor determinado pelos avaliadores: A avaliação do quadro foi baixa ✦ *Avaliação formativa: Processo de avaliação realizado no decorrer de um programa instrucional visando aperfeiçoá-lo. Avaliação somativa: Processo de avaliação final de um programa instrucional visando julgá-lo.*

(Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa)

A origem da proposta

A idéia de se fazer uma avaliação partiu de uma demanda externa, das agências de Cooperação Internacional. Esta proposta, ao ser colocada para o Cimi exatamente no momento em que comemorava os seus 25 anos, veio de encontro a um desejo que já estava presente na grande maioria de suas equipes. A idéia de realizar uma auto-avaliação ganhou força. O processo de reflexão sobre o que tem sido o trabalho do Cimi foi então desencadeado em todas as equipes. Essa reflexão possibilitou que aflorassem as grandes questões que são colocadas hoje em relação ao seu trabalho junto aos povos indígenas, bem como sua perspectiva de futuro.

Desta forma a avaliação teve início com o grande desafio de deflagrar um processo auto-avaliativo de grande envergadura. Decidiu-se também que seria importante que a avaliação contemplasse dois enfoques diferenciados, um olhar interno (auto-avaliação) e um olhar externo (avaliação externa).

O primeiro momento, a partir do qual se construiu a metodologia de avaliação, se deu com a visita a todos os regionais, para um levantamento exaustivo dos elementos que deveriam nortear o processo de avaliação, garantindo, dessa forma, a participação de todas as equipes locais. Vale ressaltar que esse momento inicial possibilitou que a avaliação assumisse um caráter bastante aberto, evidenciando uma disponibilidade do Cimi em expor seu trabalho numa perspectiva de reforçar sua ação.

A partir desse levantamento foi elaborado um roteiro básico que, além dos esclarecimentos sobre a importância e o significado do processo avaliativo, apresentava oito questões-chaves para orientar as reflexões das equipes locais e regionais. Essa proposta foi enriquecida com sugestões e comentários formulados por diversas agências de Cooperação que vêm apoiando o Cimi nos últimos anos.

Para coordenar esse processo constituiu-se um grupo formado por representantes da equipe do Cimi: Egon Heck, Saulo Ferreira Feitosa, Roberto Antonio Liebgott, Gunter Francisco Loebens; três assessores: José Lopes da Cunha Júnior, Lucia Helena Rangel e Paulo Maldos e duas pessoas pela CIDSE: Maria Lucia Bellicanta do CERIS e Sandra Lobo do Instituto Agostinho Castejon.

Essa Coordenação da Avaliação reuniu-se por diversas vezes no decorrer de todo o processo, com a finalidade de decidir sobre os encaminhamentos necessários, discutindo inclusive a adequação dos dois avaliadores indicados para a avaliação externa: Ranulfo Peloso da Silva (CEPIS - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae) e Wilfriede Paz Grümberg (antropóloga austríaca). Discutiu-se também o caráter da avaliação externa, compreendida como uma complementação e não como fiscalização, e de como se daria a sua incorporação ao processo de auto-avaliação.

Para divulgar os encaminhamentos dessa coordenação e esclarecer sobre o roteiro de avaliação foram editados dois boletins informativos no decorrer do processo.

O envolvimento das equipes e regionais na Avaliação

O momento seguinte foi o envolvimento das equipes que compõem os regionais no processo avaliativo. Esse envolvimento ocorreu de maneira diferenciada. Alguns processos foram bastante ricos levantando inúmeras questões em relação à ação do Cimi. Outros regionais, no entanto, não conseguiram elaborar uma reflexão sobre o trabalho e tiveram a Assembléia Regional como o momento de aprofundamento da avaliação. Esses processos, contudo, não deixaram de evidenciar tensões existentes o que em si representou um fator de dificuldade para deslançar o processo avaliativo.

Vale ressaltar que todos os relatórios avaliativos das equipes regionais foram elaborados a partir de ***dados internos*** (consultas a documentos, cartas, livros, artigos etc) e ***dados externos*** (entrevistas, conversas etc). Para um resgate histórico e complementação de informações, as discussões das equipes locais foram transformadas em relatórios e estes sistematizados em relatórios regionais. Cada um apresentado e discutido nas assembleias regionais. Ao todo foram realizadas

onze assembleias com a participação de pelo menos dois representantes da Coordenação. O momento de aprofundamento das assembleias serviu também de complementação e ajustes aos relatórios regionais.

A metodologia adotada levou em conta a diversidade das regiões em que se dá o trabalho do Cimi. O que poderia ser uma dificuldade acabou se apresentando como um elemento de enorme riqueza. A idéia de auto-avaliação permitiu o envolvimento de todos sem que esta avaliação tivesse o caráter de fiscalização ou de responder às expectativas externas.

O momento final de sistematização

Esse processo teve como momento final a sistematização dos onze relatórios regionais. As informações básicas apresentadas nestes relatórios foram agrupadas em três macro regiões assim constituídas: Macro região I (Norte I, RO, MT e Acre); Macro região II (GO/TO, Norte II, MA, e NE) e Macro região III (Leste, Sul, MS e Secretariado Nacional).

Este momento teve início com a apresentação de cada uma das equipes para que houvesse a socialização dos diversos processos desenvolvidos. Foi uma ocasião de grande riqueza de discussões. Pode-se dizer que a metodologia possibilitou que se expressasse o conjunto das experiências e ações que hoje vêm sendo desenvolvidas pelo Cimi. Vale lembrar que as análises contidas nesse processo são portanto expressão do que as equipes locais puderam perceber e explicitar, ressaltando as linhas de trabalho em cada contexto social, em cada momento e em cada região, representando os diferentes níveis de organização.

A equipe de Coordenação e dois representantes de cada Regional (cerca de trinta pessoas) estiveram reunidos por seis dias consecutivos, no mês de setembro, em Brasília. Estas pessoas foram distribuídas pelos três grupos, cada um representando uma macro-região, para efetivar a leitura e a sistematização dos onze relatórios apresentados.

A presente avaliação, com a preocupação de ter uma visão de como o Cimi é percebido pelos vários segmentos da sociedade, realizou entrevistas com uma gama de pessoas que representam a sociedade civil (juristas, políticos, intelectuais, religiosos, entidades de classe, movimentos sociais etc.). Estes depoimentos foram colhidos durante o processo de auto-avaliação.

Os Avaliadores Externos

Vale ressaltar ainda que a avaliação externa foi incorporada de maneira complementar ao processo de auto-avaliação, no intuito de superar as dificuldades e ao mesmo tempo preservar as vantagens que se apresentam nos dois tipos de avaliação (um olhar interno e um olhar externo). O relatório dos avaliadores é o Anexo 1 deste Relatório Geral.

Os avaliadores externos consideraram, numa primeira etapa, os relatórios produzidos pelas equipes regionais e as entrevistas. Logo após, participaram de reunião da Diretoria do Cimi, quando levantaram algumas questões para debate. Em seguida, visitaram regionais e áreas indígenas (ver ponto F. "Cronograma de Atividades dos Avaliadores" - Anexo 1). Ao final, consolidaram suas observações e questionamentos em relatório próprio.

O Seminário Final de Avaliação

O Seminário Final, realizado em outubro, em Brasília, transcorreu durante quatro dias, tendo como participantes representantes dos regionais, do Secretariado Nacional, da Presidência do Cimi, das Agências de Cooperação Bilateral e Misereor e a Coordenação da Avaliação, num total de 60 pessoas.

Houve um primeiro dia de discussão interna, dos membros do Cimi, sobre as questões apontadas pelo Processo de Avaliação. Os três dias seguintes, com todos os participantes, foram dedicados à leitura, análise, debate e sugestões para o relatório da avaliação. As propostas de correção e complementação do texto foram incorporadas para a confecção final deste ***Relatório Geral de Avaliação***, enviado como instrumento de trabalho aos participantes da ***XII Assembleia Geral do Cimi***.

PARTE II

DADOS HISTÓRICOS DO NASCIMENTO DO CIMI

“Dado o momento histórico vivido pelos povos indígenas do Brasil, de espoliação de suas terras, destruição de sua cultura e negação do seu direito de decidir sobre seu futuro, a Igreja Missionária, reunida nesta 1ª Assembléia Indigenista, reconhecendo sua omissão e conivência com esta situação injusta e anticristã, e consciente tanto da sua co-responsabilidade em relação a estes povos, quanto da sua missão de anunciar o Evangelho, se compromete a seguir estas linhas de Ação e Programação:...”

(Documento Final da I Assembléia Geral do Cimi -
Goiânia, 24 a 27 de junho de 1970)

1. A conjuntura política da época

O golpe militar de 1964 impôs um modelo de desenvolvimento baseado no grande capital nacional e transnacional. Como expressão maior deste momento temos o chamado “milagre brasileiro”! O período em que se alardeou uma das maiores taxas de crescimento econômico foi também o de maior violência e repressão da história recente em nosso país.

O Plano de Integração Nacional (PIN), mais que um grande projeto, foi a palavra de ordem, a bandeira com a qual o grande capital começou a “galopar” pelo território brasileiro em busca dos melhores condições de lucros. Ao Estado cabia abrir caminhos e remover obstáculos, dentre os quais os índios.

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910, com o objetivo de proteger os índios das crueldades e violências da expansão nacional e integrá-los ao conjunto da sociedade brasileira, além de submergir em profunda corrupção, não mais servia aos objetivos que dele esperava o regime militar. Por isso foi extinto, em 1967.

A Funai, criada também em 1967, estava “armada” e casada com a ideologia desenvolvimentista, cabendo-lhe a função de remover os obstáculos, demover as resistências e impedir as presenças indesejadas. O general na presidência do órgão estava sintonizado com o general superior, no Ministério do Interior, que por sua vez estava integrado ao projeto do general presidente da República e assim por diante. Essa militarização da questão indígena e do órgão indigenista oficial fica evidenciada na composição dos quadros dirigentes da Funai, que em sua grande maioria são oriundos dos órgãos de segurança e informação, como o Conselho de Segurança Nacional e Serviço Nacional de Informação - SNI. Com isso passa a existir um forte controle sobre as comunidades indígenas e suas lideranças, dificultando ou mesmo impedindo deslocamentos e manifestações. Uma expressão dessa política é a criação da GRIN (Guarda Rural Indígena) com funções policiais e repressivas dentro das áreas indígenas (essa experiência, que pretendia ser nacional, com a formação prevista de três mil índios, ficou limitada a uma centena de índios Karajá, Krahô, Apinajé, Maxakali e alguns outros).

Por outro lado se estrutura um setor empresarial dentro do próprio órgão indigenista, que estimula e coordena o saque de recursos naturais (madeira, minérios) e grandes projetos de desenvolvimento, especialmente no sul e centro do país (lavouras de soja, fazendas de gado).

Os povos indígenas se encontravam sob forte impacto das ações colonizadora e geopolítica de ocupação, integração e desenvolvimento impostos pelos interesses no poder.

Na região sul, a quebra dos pequenos proprietários e a expansão acelerada e violenta da monocultura da soja pressiona e invade os territórios indígenas e gera uma legião de famílias de camponeses empobrecidos, sem condições de continuar vivendo da terra. São estas famílias, geralmente de origem alemã ou italiana, que serão a base para os grandes projetos da ditadura de ocupação da região norte, de “colonização” na beira das estradas, de reserva de mão-de-obra barata para as grandes empresas e de invasão das terras indígenas na região amazônica.

O lema do governo militar: “Amazônia, terra sem homens para homens sem terra” foi a senha para uma campanha massiva de mistificação, que incentivava os pequenos agricultores a entregar suas terras para os bancos e as empresas e partir para a Amazônia, levados pelo governo, na ilusão de enriquecer rapidamente.

Não região nordeste, os antigos latifúndios falidos iam sendo vendidos para empresas de plantio de cana ou da agropecuária. Os novos donos exigiam a “terra limpa” - de gente - o que significou enormes conflitos e inúmeras mortes durante os anos 70. Nestes latifúndios moravam há 30, 40, até 100 anos milhares de famílias de arrendatários, foreiros antigos que tinham sua pequena roça familiar. A expulsão destas famílias gerou novas invasões dos territórios indígenas na região e a migração massiva de camponeses pobres para as grandes capitais do sul do país ou para a busca das “terras livres” das frentes de expansão na região amazônica. Essas famílias pobres iam buscar terras no fundo das estradas abertas pela “colonização” na região norte e invadir os territórios indígenas, incentivados pelo próprio governo militar.

Para a maioria dos povos indígenas, especialmente da Amazônia, essa conjuntura significou uma nova guerra: estradas rasgaram seus territórios e com elas chegaram as invasões, as agressões físicas e culturais, as epidemias e muitas vezes a expulsão. Povos isolados foram contatados às pressas e vários deles logo transferidos para espécies de “depósitos” de índios, em que foram transformados o Parque do Xingu (MT), Área Indígena Guaporé (RO), dentre outros.

Os Nambikwara, do Vale do Guaporé, foram vítimas dessa política de expansão das fronteiras agropecuárias, madeireiras e minerais. Para que essas ricas terras pudessem ser exploradas, foi desviado o traçado da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), cortando ao meio o território desse povo. A Funai se apressou em expedir “certidões negativas” dizendo que ali não existiam índios, liberando as terras para os pecuaristas. Logo depois se encarregou de transferir alguns grupos que estavam no caminho da ocupação agropecuária.

Também a Funai e o INCRA se encarregaram de garantir não apenas invasões de territórios indígenas como oficializaram esse processo através da prática de concessão das certidões negativas, da expedição de títulos de propriedade e mesmo promovendo a colonização em terras indígenas, como foi o caso de Burareiro, na terra Uru-Eu-Wau-Wau, e dos Oro Wari, em Rondônia.

Um dos exemplos de como as estradas passaram a significar o caminho de morte para vários povos indígenas na Amazônia, é o dos Waimiri-Atroari. A BR-174 (Manaus-Boa Vista), construída entre 1968 e 1974, quase exterminou esse povo. De uma população estimada em aproximadamente três mil índios, eles foram reduzidos a um pouco mais de trezentas pessoas. Suas malocas foram bombardeadas e metralhadas, com a presença do Exército e milícias particulares.

Dentre os grandes projetos que causaram violências e transferências de povos indígenas, estão as hidrelétricas: Itaipú (PR), que inundou as terras de grupos Guarani; Tucuruí (PA), que alagou o território dos Parakanã e Balbina (AM), que inundou parte do território Waimiri-Atroari.

Em 1976, o projeto RADAM detecta a presença de vários minérios na região do Aripuanã. Em consequência, o Parque Indígena Aripuanã é diminuído em 50% ficando vários grupos Cinta Larga fora do limite. Além disso, são expedidos centenas de alvarás de pesquisa mineral nesta área. O mesmo ocorreu logo depois em vários territórios indígenas, como o Waimiri-Atroari, Yanomami e Alto Rio Negro.

Os povos indígenas, em inúmeros casos, passaram a ser tratados como impecilhos à integração e desenvolvimento do país. Por isso foram tratados como objetos, como “quistos” a serem eliminados. E para isso eram usadas todas as formas, desde os massacres, como o dos Cinta Larga, do Paralelo 11 (com a morte de todos os membros de uma aldeia), Tapayuna, envenenamentos (açúcar com arsênico), e contaminação com roupas.

O “confinamento” de muitos povos indígenas em áreas reduzidas pelo avanço das frentes de expansão, gerou processos de desestruturação social, étnica/cultural e a migração de muitos grupos para outras regiões e mesmo periferias de cidades. Essa crescente inserção forçada dos povos indígenas no modelo capitalista de trabalho e consumo transformou muitos índios(as) em trabalhadores(as) assalariados(as), domésticas e outras submetidas à prostituição.

O que se passava na Amazônia, já havia acontecido com os povos indígenas de toda a região da costa brasileira, bem como nas regiões sul e sudeste, durante mais de quatrocentos anos de impacto e destruição de numerosos povos que ali viviam, dos quais vários conseguiram resistir e sobreviver.

No sul do país, com a mecanização e a monocultura (especialmente da soja), houve um processo sistemático de destruição e expulsão dos minifúndios, gerando um grande êxodo e migração para outras regiões do país.

Na ótica governamental, no nordeste e em outras regiões, o problema indígena parecia definitivamente resolvido, uma vez que “não mais existiam índios”. Porém na região Sul e central do país, a teimosia dos índios em continuar a viver e manter terras sob seu domínio, estava sendo incômodo às iniciativas de expansão agropecuária e outras atividades econômicas, como a extração madeireira. As ocupações e invasões das terras indígenas faziam parte da estratégia integracionista.

Era a única maneira de construir a pátria “grande e forte”. Um véu de silêncio envolvia a maioria dos índios. Apressava-se a solução final do problema indígena, ou seja, a sua total dissolução na “comunhão nacional”, com a eliminação das diferenças étnicas.

A ditadura militar tinha praticamente destruído a grande maioria das formas de organização da sociedade que pudessem representar alguma contestação ao regime implantado. O silenciamento da sociedade civil, a desestruturação das “forças vivas” de articulação e organização dos amplos setores populares (sindicatos, partidos, entidades) possibilitaram a implantação dos grandes projetos de desenvolvimento. Reinava um clima de forte temor e terror. Tortura, invasões de universidades, censura à imprensa e imposição de um nacionalismo do “ame-o ou deixe-o” silenciavam os últimos sinais de resistência organizada, como a Guerrilha do Araguaia.

É neste contexto que nasce o Cimi, em 1972. No auge do “milagre econômico”, da repressão e da violência militar. O grito de socorro dos povos indígenas ecoava por entre as frestas da dominação. Para vários missionários e pessoas sensíveis a esta causa dentro da Igreja Católica, não era possível calar ou ficar inerte diante desse clamor. Seria preciso sacudir o pó e partir para uma ação mais ampla e eficaz a favor desses povos. Foi então concebida uma forma de articulação, animação e coordenação das atividades missionárias junto aos índios, na forma de um Conselho.

2. O processo de criação do Cimi

As raízes dessa nova forma de atuação e presença missionária junto aos índios tem suas fontes em décadas anteriores. Experiências de convivência respeitosa e solidária, baseadas no Evangelho, como a das Irmãzinhas de Foucault, junto aos Tapirapé (Mato Grosso, desde 1953), dentre outras, eram pequenas luzes que começavam a iluminar na imensidão da floresta e dentro da Igreja. O Concílio Vaticano II e Medellín estimularam a busca e descoberta de novas formas de presença e trabalho junto aos povos indígenas em todo o continente. No Brasil, a Igreja passa a estimular uma nova pastoral que tem sua expressão mais forte nas comunidades eclesiais de base e sua fundamentação na Teologia da Libertação.

A reflexão e questionamento sobre a atuação tradicional da Igreja Católica nas diferentes missões deu origem a encontros dos “missionários descontentes” e amigos das populações indígenas que começaram a ser realizados desde 1968.

Fruto dessa busca de novas formas de presença e compromisso com a causa indígena, foi a criação da Operação Anchieta - Opan, em 1969. Ela teve o objetivo de trazer a participação organizada dos leigos para o trabalho junto aos índios. Essa nova proposta indigenista, de convivência e trabalho nas aldeias, sem as estruturas e vícios das missões tradicionais, marcou o processo de organização do Cimi e definição de suas linhas de ação. Integraram o secretariado do Cimi, as equipes volantes (de levantamento da realidade indígena) e posteriormente as novas equipes de trabalho em alguns regionais.

A constituição inicial do Cimi, como um Conselho de “assessores intelectuais” da questão indígena, que ajudasse na elaboração de novas linhas de atuação missionária (diretório indigenista/missionário), estabelecesse formas de relação e colaboração com outras atuações indigenistas (especialmente com a Funai) e discutisse as políticas e a legislação indigenista (Estatuto do Índio), começou a mudar depois do primeiro ano. Isso especialmente por não conseguir responder às aspirações que emergiam das necessidades e atuação missionária. Com a criação do “secretariado executivo” (junho de 1973) imprime-se uma nova dinâmica ao Cimi. Viagens, contatos, levantamentos, cursos passam a multiplicar-se em todo o país. Essa atuação, de levantamento da realidade indígena e denúncia sistemática das violências, agressões e morte a que estavam sendo submetidos os índios, acaba imprimindo uma relação de enfrentamento com a política indigenista oficial (e muitas vezes de questionamento das missões e igrejas locais). Em consequência disso surgem também tensões e debates internos no Cimi, que ocasionaram a renúncia de seus dois primeiros presidentes. A dura realidade e a determinação na defesa da vida dos povos indígenas foi construindo e consolidando uma nova dinâmica de presença e compromisso com esses povos.

Os primeiros regionais do Cimi tiveram sua origem nos “Cursos de Indigenismo” realizados nos anos de 1974-75. Foram sete cursos em diferentes regiões do país. O secretariado executivo, as equipes volantes e uma equipe da diocese de Goiás Velho tornaram possíveis esses marcos que iriam dinamizar e organizar a ação indigenista missionária em todo o país.

Os levantamentos da situação indígena, pelo secretariado do Cimi, tiveram como resultado um levantamento demográfico e sócio-cultural concluído em 1978, que registrou a existência de uma população indígena de 180.000 pessoas (até então o dado oficial falava em apenas cem mil índios). Ele serviu de base para a definição de ações em várias regiões do país, constituindo-se num referencial para a questão indígena e para as lutas pelos direitos desses povos.

Alguns regionais, como o Leste e Nordeste, viriam a constituir-se posteriormente, em 1978, após um levantamento feito pelo secretariado executivo. Constatou-se a presença de 22 povos indígenas nesta região onde oficialmente eram considerados extintos. Com o andamento e ampliação das atuações dos missionários nas igrejas locais, surgiu a necessidade de constituírem-se outros regionais. Rondônia desmembrou-se do Regional Amazônia Ocidental, em 1981, e o Regional Goiás/Tocantins veio a ser criado em 1989.

No ano seguinte à criação do Cimi, o documento **Y-Juca Pirama** deixava clara a postura política e antropológica que marcaria os novos caminhos dos missionários católicos, articulados no Cimi. Por um lado denuncia a situação de violência, massacres e desrespeito a que estavam sendo submetidos os povos indígenas, deixando claro que “não aceitaremos ser instrumentos do sistema capitalista brasileiro”. Em contraposição afirma o compromisso com a vida e os direitos dos povos indígenas. Diante do quadro de violência e morte o documento ressalta os valores que sustentam e mantêm as sociedades indígenas: a liberdade, o espírito comunitário, os processos de educação e socialização, a vivência harmoniosa com a natureza.

O Cimi buscou, desde seu início, assegurar a autonomia que lhe possibilitasse uma ação ágil e eficaz, construindo dentro desse espírito sua relação com a CNBB. A atuação corajosa, as denúncias constantes, os enfrentamentos com a política indigenista oficial, desencadearam críticas e restrições por parte de setores dentro da própria Igreja. Essa situação levou à constituição de uma comissão de bispos que sugeriu a inclusão do Cimi como órgão anexo à CNBB.

A convergência de esforços, práticas, reflexões e acontecimentos culminaram na realização da I Assembléia Nacional do Cimi, em junho de 1975, em Goiânia. Este foi o acontecimento que consolidou os rumos, as linhas de ação e as estratégias do organismo.

A Assembléia definiu os eixos que iriam orientar toda a atuação do Cimi.

- **a luta pela terra**, como condição fundamental para garantia da vida presente e futura desses povos;
- **respeito e valorização das culturas** desses povos, como condição para sua afirmação étnica no cenário brasileiro;
- **autodeterminação**, ajudando os povos indígenas a serem os autores e destinatários de seus projetos e de sua própria história.

Para vivenciar esse compromisso foi assumida a “**encarnação**” na vida, cultura e realidade desses povos como uma atitude básica.

Para que a ação tivesse eficácia e ajudasse na caminhada mais ampla da Igreja e transformação da sociedade, seria fundamental que o trabalho indigenista/missionário fosse parte da **pastoral global** da Igreja.

O Cimi passa a ser uma referência importante da questão indígena por ter conseguido veicular a realidade desses povos na opinião pública nacional e internacional, através de freqüentes denúncias da violação dos seus direitos: invasão das terras, saque das riquezas naturais, exploração da mão-de-obra indígena, repressão contra suas manifestações. Para tanto buscou utilizar também os espaços de comunicação da Igreja e criou mecanismos próprios, como o Boletim do Cimi (desde maio de 1972) e informativos regionais, como o Luta Indígena, desde 1976, Porantim, desde 1978, e o Mensageiro, em 1975.

3. Os momentos de referência

O diagnóstico da realidade dos povos indígenas na década de 70 aponta a situação dramática vivenciada por estes povos, em função do modelo sócio-político-econômico implantado pelo regime militar. A situação indígena chegou a tal gravidade (massacres, invasões, epidemias) que caracterizava um verdadeiro processo de genocídio e etnocídio.

Essa realidade levou alguns parlamentares a solicitarem a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito, para uma averiguação mais ampla dessa realidade. Em 1967 já se havia feito uma CPI do Índio no Rio Grande do Sul. Em consequência dos resultados desta se instalou uma CPI nacional (esta foi interrompida pelo Ato Institucional nº 5, o AI-5 e conseqüente fechamento do Congresso Nacional). Desde 1975 o Cimi lutou para que se instalasse uma CPI do Índio, que só veio a ocorrer em 1977. O depoimento do Cimi, nesta CPI, teve bastante impacto.

Desde 1970 estava em elaboração uma legislação que regulamentasse a relação dos índios com o Estado e a sociedade. Quando da criação do Cimi, em 1972, logo foi constituída uma comissão que estudasse e apresentasse sugestões e emendas ao projeto em tramitação no Congresso. Das emendas sugeridas pelo Cimi, foi aceita a que propôs a “integração lenta e harmoniosa na sociedade nacional”, ao invés de constar apenas o termo “integração”. O Estatuto do Índio foi aprovado em dezembro de 1973, estabelecendo cinco anos para a demarcação de todas as terras indígenas. Essa legislação foi usada para acelerar o processo de integração. Esse mesmo Estatuto passou a ser usado pelos povos indígenas e seus aliados na defesa das terras indígenas e suas riquezas naturais.

O governo, que tinha a obrigação de demarcar todas as terras indígenas até 1978, julgou mais eficaz resolver o problema livrando-se dos índios. O ministro do Interior, Rangel Reis, insistiu em “emancipar” os índios, o que na verdade significava liberar a maioria das terras indígenas para os interesses políticos e econômicos. Conforme proposta por ele apresentada em 1976, pelo menos 80% dos índios poderiam ser emancipados imediatamente e com mais 20 anos todos os índios estariam integrados à sociedade brasileira. Portanto, o Brasil teria resolvido o *problema indígena* uma vez que *não mais existiriam índios*.

O isolamento e confinamento a que estavam submetidos grupos, comunidades e povos indígenas começou a ser rompido a partir de visitas, reuniões, encontros e, posteriormente, assembléias. O movimento indígena emerge no cenário nacional, com bastante força, adquirindo crescente visibilidade social. Sua voz começa a ser ouvida, suas lutas, especialmente pela terra, passam a ter grande repercussão.

As Assembléias Indígenas, que iniciaram em 1974, passam a exercer uma importante função na tomada de consciência dos direitos e da afirmação étnico/cultural das centenas de povos indígenas. Elas foram acontecendo nas diversas regiões e em nível nacional. Em menos de uma década foram realizadas 50 Assembléias Indígenas em todo o país, de Surumu, em Roraima, às Ruínas de São Miguel, no Rio Grande do Sul.

Foi graças a esses diversos mecanismos que o movimento indígena foi construindo suas estratégias e formas de luta, especialmente pelas suas terras. Os Xavante iniciam a luta contra os fazendeiros invasores de seus territórios, os índios do sul começam a expulsar milhares de colonos e grandes proprietários que haviam invadido suas terras (1978), os Txucarramãe lutam contra sua transferência (a construção da BR-080, que cortou a parte norte do parque do Xingu), enfim tem início uma verdadeira batalha desses povos pela terra, pela vida e pelo direito de serem reconhecidos e terem seu lugar no presente e no futuro deste país.

A ameaça de oficializar a extinção dos povos indígenas por decreto, com a “emancipação compulsória”, gerou uma forte campanha em favor dos índios envolvendo amplos setores da sociedade brasileira e grupos solidários em nível internacional, em 1978. Nesse processo de mobilização em favor dos direitos dos povos indígenas, surgiram várias entidades indigenistas como a ANAÍ (Associação Nacional de Apoio ao Índio), CPI (Comissão Pró-Índio) e diversas entidades em várias capitais brasileiras, com as quais o Cimi mantém contato permanente.

A atuação corajosa dos missionários do Cimi teve reflexos dentro da Igreja Católica, onde se organizou instrumental semelhante para trabalhar a questão da terra. Em 1975 foi criada a CPT (Comissão Pastoral da Terra). Também o contato com outras igrejas estimulou a organização de articulações e organismos como o GTME (Grupo de Trabalho Missionário Evangélico), em 1979. Em nível latino-americano também se iniciou um processo de interação que veio a se consolidar na “Articulação Latino-Americana”.

4. As relações do Cimi com o movimento indígena, a Igreja e a sociedade civil

a) Com o movimento indígena

Os missionários vão para as aldeias com uma nova atitude baseada na valorização da vida e da cultura desses povos. Assim, inverte-se a lógica tradicional de levar a civilização ocidental, a doutrina, as técnicas, as mercadorias na bagagem do missionário, para uma atitude respeitosa de ouvir, conhecer, conviver e aprender com os índios.

Em outras áreas os missionários assumem com os índios as lutas, estando com eles nos enfrentamentos e mesmo dando sua vida na defesa dos direitos desses povos. Com isso se estabelece uma relação de confiança recíproca, que se traduz em gestos de solidariedade e apoio, em formas novas de colaboração e parceria.

Muitas dificuldades e obstáculos surgem. A histórica presença paternalista e assistencialista gera uma grande dificuldade de compreender trabalhos de caráter mais político e de conscientização. Os agentes da política indigenista oficial, muitas vezes, criaram obstáculos à presença em área, proibiram ou até reprimiram a presença de missionários do Cimi. Os interesses econômicos, de fazendeiros, madeireiros, mineradoras aliciaram e cooptaram lideranças, fazendo-os crer que os missionários do Cimi eram contra eles.

De maneira geral, a presença despojada e respeitosa, o testemunho e o compromisso criaram laços de amizade e confiança entre os índios e os missionários do Cimi, levando à superação dos diferentes obstáculos.

O acreditar de que os povos indígenas devem ser os protagonistas e construtores de sua autodeterminação, fundamentou a relação dos missionários com os povos indígenas. O estímulo e apoio concreto a visitas, encontros, reuniões e Assembléias Indígenas teve sempre esse horizonte de ajudar a conquista da autonomia desses povos.

b) Com a Igreja Católica

A questão indígena, por ocasião da criação do Cimi, era uma preocupação restrita a algumas igrejas e congregações religiosas que atuavam na Amazônia. Mesmo algumas dessas igrejas, com expressiva presença indígena, negavam-se a enxergar e reconhecer essa realidade. Houve até atitudes extremas de expulsar membros do secretariado do Cimi que buscavam demonstrar a existência de índios em determinadas Igrejas locais.

Na Amazônia um fato marcante foi o despertar da Igreja Católica para as questões sociais, cruciais, que o modelo de desenvolvimento e integração estavam trazendo para a região. Em consequência disso foi convocado o Encontro de Pastoral de Santarém, onde os bispos de toda a Amazônia discutiram e aprofundaram os desafios vividos pela população da região e definiram linhas de ação e estratégias comuns. Esse Encontro se realizou um mês após a criação do Cimi. D. Pedro Casaldáliga e D. Tomás Balduino foram os porta-vozes da criação e objetivos desse novo organismo de pastoral indigenista. O Cimi recebeu então sua primeira grande aprovação, tendo todos os presentes assumido o compromisso de fortalecê-lo e apoiá-lo em suas regiões. A prática depois demonstrou ser bem mais difícil uma mudança de atuação.

O Cimi buscou levar a questão indígena para dentro da Igreja Católica, através da produção de informações, participação e promoção de cursos e encontros sobre essa realidade, visando a sensibilização ampla e o assumir da questão indígena como sendo uma responsabilidade de todos os seus membros.

Apesar de encontrar resistências e às vezes até mesmo rejeição, a causa indígena e a atuação do Cimi, foram conseguindo crescente aceitação, solidariedade e mesmo apoio das igrejas locais. Já o apoio da presidência da CNBB passou a ser cada vez mais efetivo, quer nos enfrentamentos com a política oficial, pronunciamentos públicos, quer nas iniciativas para dentro da Igreja. Uma das conquistas importantes neste aspecto foi um espaço para pronunciamento do Cimi em todas as Assembléias anuais da CNBB.

Com relação às missões historicamente instaladas junto aos povos indígenas na Amazônia (salesianos, jesuítas, Consolata, franciscanos) houve grande esforço de fazer avançar a reflexão teológico/missionária com relação à nova percepção e forma de presença junto aos povos indígenas. De maneira diferenciada, houve a participação desses missionários nos momentos coletivos de avaliação, planejamento e definição das atividades missionárias: cursos, assembléias e encontros. Porém, as estruturas seculares, as práticas assistencialistas e as mentalidades consolidadas impediram um avanço mais efetivo rumo a uma nova prática indigenista/missionária, articulada no Cimi.

Em muitas dioceses e prelazias onde até então apenas se realizava a “pastoral da desobriga” junto às comunidades indígenas, foram se constituindo equipes (na maioria de leigos) e se organizando a pastoral indigenista. Embora nem sempre as Pastorais Indigenistas estivessem em total sintonia com as linhas de ação do Cimi (algumas surgiram até em oposição), representaram um aumento significativo da atuação missionária junto aos povos indígenas em todo o país.

Com o surgimento de novas pastorais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral do Migrante, Pastoral Operária etc, estabeleceu-se uma relação de intercâmbio e apoio mútuo, que muito ajudou no crescimento dessas pastorais.

c) Com a sociedade civil

A grave situação em que se encontravam os povos indígenas era consequência da política colonizadora - abertura de novas fronteiras, extrativistas e outras, bem como das estratégias geopolíticas dos governos militares.

Frente a esta realidade, o Cimi procurou situar seu compromisso com esses povos na perspectiva de transformação da sociedade e da afirmação da identidade e autonomia desses povos. Pois o futuro deles estava ligado ao futuro de toda a sociedade.

A atuação do Cimi na sociedade civil se dá fundamentada na realidade histórica e atual dos povos indígenas, embasada teológica e juridicamente na defesa dos direitos indígenas. Por isso, todas as violências e desrespeitos a esses direitos são denunciados na imprensa, notadamente a política anti-indígena assumida pelo governo brasileiro. Desta forma a causa destes povos se projeta no cenário político nacional e internacional, possibilitando a ampliação e consolidação do leque de aliados. Em consequência disso surgiu uma diversificada forma de apoios à causa indígena na sociedade civil, seja de maneira mais informal ou mais permanente através das diversas entidades indigenistas então criadas.

As atividades foram realizadas através da divulgação e sensibilização da realidade indígena junto à opinião pública, quer pelos meios de comunicação social, quer pela participação em debates, palestras nas escolas, igrejas, universidades, em manifestações e atos públicos.

O Cimi trabalha na busca de aliados na sociedade, com os setores populares e organizações dos trabalhadores, participando diretamente em diversos fóruns sobre a questão da Terra (reforma Agrária), direitos humanos, cidadania, meio ambiente, educação, saúde etc, promovendo seminários conjuntos, debates públicos, e uma série de atividades informativas e formativas.

Junto a esses setores oprimidos os índios passam a ser vistos como aliados no processo de transformação dessa sociedade.

PARTE III

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO CIMI

“Nesta Assembléia, constatamos que o Cimi se consolida e se afirma como um serviço efetivo à causa dos índios brasileiros e intérprete da Igreja Missionária do Brasil.

Entre as provas mais convincentes de sua fidelidade às definições da Iª Assembléia Nacional em 1975, queremos realçar o testemunho do índio Simão e dos missionários Rodolfo, João Bosco e Afonso, cujas mortes trágicas tornam-se o símbolo de muitas outras mortes não apenas de indivíduos mas de povos inteiros na terrível caminhada da resistência indígena aos dominadores, desde os tempos da colonização.

Essas mortes são, para nós, uma interpelação e um apelo ao compromisso, já agora selado e autenticado pelo sangue, de assumir a causa dos povos indígenas “com todas as suas consequências”. Estes mortos estiveram presentes em nossas celebrações de “Todos os Santos” e da “Páscoa” libertadora”.

(Comunicado da II Assembléia Geral do Cimi - Goiânia,
9 de novembro de 1977)

1. A evolução da conjuntura política

A segunda metade dos anos 70 foi o período em que o regime militar voltou a ser abertamente questionado pelos movimentos sociais, pelo movimento estudantil, pelo movimento pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, por intelectuais e setores democráticos de maneira geral.

No interior das Forças Armadas já vinha ocorrendo a disputa da estratégia a seguir: se endurecimento do regime ou retirada gradual dos militares da cena política. Vinham vencendo os setores que defendiam a segunda proposta, teorizada e articulada pelo general Golbery do Couto e Silva. Era a proposta de “abertura lenta, gradual e segura”.

A tese destes setores era a de que um fechamento maior do regime poderia criar uma polarização política e social imensas, desgastando os militares e enfraquecendo o regime como um todo. Tal polarização poderia dar margem a processos revolucionários radicalizados, sob hegemonia da esquerda. É famosa a frase do general Golbery: “Ou mudamos algo agora ou terminaremos todos pendurados num poste”.

As greves no ABC paulista em 1979 e em outros grandes centros, as lutas no campo, os movimentos populares nas cidades, a luta estudantil, as campanhas por liberdade dos intelectuais e artistas dão impulso a articulações maiores pelo fim do regime militar.

As lutas pela redemocratização do país possibilitaram o surgimento de vários movimentos sociais os quais, a partir dos anos 80, institucionalizaram-se, como a CUT, o PT, o MST, dentre outros. A criação da UNI (União das Nações Indígenas), em 1980, significou uma primeira tentativa de dar direção, em nível nacional, para a luta indígena no país.

A reconquista de terras, cujo meio ambiente fora degradado pelos invasores, a reestruturação das aldeias e a rearticulação dos índios estabelecendo novo ordenamento sócio-econômico, provocaram outras demandas de trabalho, sobretudo, nos aspectos da saúde, educação, economia, organização e formação. Diante disso, o Cimi intensificou a formação de equipes locais e a capacitação das mesmas, com o objetivo de exercer o acompanhamento específico e sistemático às comunidades indígenas, através da assessoria e apoio nos aspectos da organização e formação, como também para buscar o envolvimento da sociedade regional e dos órgãos de Estado no apoio aos índios.

Com a Nova República e o governo José Sarney, em 1985, cresceram as expectativas de mudanças mais profundas no Estado e na sociedade brasileira. A campanha por uma *Assembléia Nacional Constituinte*, livre e soberana tomou corpo.

Neste período, veio à luz um projeto militar de controle e ocupação da região amazônica, atingindo inúmeras áreas indígenas, o Projeto Calha Norte. O Cimi foi a primeira entidade a colocar o projeto publicamente e a denunciá-lo. Como se percebe da formulação do Projeto, os setores militares ligados à área de segurança do governo analisavam a conjuntura internacional a partir da doutrina de Segurança Nacional. Temiam repercussões no país de conflitos ideológicos a partir de movimentos em países fronteiriços e no Caribe sinalizando, assim, para realidades como as da Nicarágua, El Salvador, Guatemala e Cuba. O Projeto Calha Norte atingiria, na faixa de fronteira, 51 áreas indígenas e cerca de 50.000 índios.

Outro grande palco de disputas sobre a questão indígena se deu durante o processo constituinte. Frustrando as expectativas populares, ao invés de se instalar uma Assembléia Nacional Constituinte, com o fim único de redigir uma nova Carta constitucional, o que houve foi o Congresso ter poderes constituintes, a par do poder de produzir a legislação ordinária.

Durante os embates por um novo texto constitucional, o jornal “O Estado de São Paulo”, conservador, alugou suas páginas para uma campanha difamatória contra o Cimi que estaria, segundo estas acusações, defendendo os direitos indígenas numa perspectiva de “internacionalizar a Amazônia” e defender interesses de empresas mineradoras internacionais. Esta campanha, intensa, tentou prejudicar a elaboração de um texto constitucional que reconhecesse os direitos originários dos povos indígenas. Ficou provado que esta campanha foi articulada e financiada por empresas mineradoras nacionais, particularmente a empresa Paranapanema, preocupada com o fim de seus privilégios de exploração mineral em área indígena.

Os índios acabaram por ser os sujeitos políticos fundamentais para garantir seus direitos no texto constitucional. Dirigiram-se a Brasília, a partir de várias regiões do país, mais de uma centena de representantes indígenas de dezenas de povos para acompanhar, dentro e fora do Congresso Nacional, a elaboração do capítulo indígena da Constituição.

A mobilização de todo o conjunto do Cimi foi decisiva. As equipes locais levavam às aldeias informações sobre o que estava ocorrendo no Congresso Nacional - uma complexa disputa envolvendo os direitos indígenas. Com isso, proporcionavam às lideranças condições para compreender a gravidade do momento e mobilizar-se para garantir um melhor ordenamento jurídico do Estado brasileiro. Nas sedes regionais, exercia-se forte pressão sobre os parlamentares constituintes, a partir de suas bases eleitorais. Em Brasília a atuação permanente do secretariado nacional, mantinha as bases missionárias atualizadas sobre o andamento do processo constituinte (criação de uma assessoria específica para esse fim, distribuição mensal de um “informe constituinte”); trabalhava em conjunto com a CNBB e outras forças sociais; e marcou presença diária no Congresso Nacional durante todo o período. Os coordenadores regionais e alguns missionários revezavam-se em Brasília. Esta pressão e vigilância, articulada com outras entidades indigenistas, viabilizou a aprovação do texto como o conhecemos hoje.

O Capítulo 231 da Constituição Federal significou uma mudança histórica nas relações do Estado brasileiro com os povos indígenas.

Em 1989 houveram as primeiras eleições diretas para a Presidência da República, pós-ditadura militar. O presidente eleito, Fernando Collor de Mello, tinha um ambicioso projeto pessoal, articulado com a onda neoliberal, então hegemônica no mundo logo após o fim da guerra fria, da queda do muro de Berlim, do fim das experiências do socialismo no leste europeu.

Com relação a questão indígena, o governo Collor passou praticamente um ano sem se posicionar, sem definir nenhum tipo de política. No início de 1991, são assinados cinco decretos, que fixaram novas atribuições ao Ministério da Justiça, à Fundação Nacional de Saúde, à Secretaria do Meio Ambiente, ao Ibama, à Embrapa e ao Ministério da Educação para a demarcação de terras indígenas, assistência à saúde, proteção do meio ambiente, a auto-sustentação e a educação indígena.

Ao serem fixadas atribuições a esses órgãos, o Presidente da República promoveu brutal esvaziamento do órgão indigenista, reservando-lhe apenas o encargo de identificar as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, exercer o poder de polícia sobre elas e colaborar com aqueles órgãos, em suas novas atribuições.

O ex-presidente Fernando Collor utilizou a questão indígena como estratégia de “marketing” de seu governo vis-a-vis a realização da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, promovida pela ONU e realizada em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, realizou algumas demarcações de terras e, particularmente, a demarcação da área Yanomami, no final de 1991.

Em 1993, devido às denúncias comprovadas de corrupção e a um processo de impeachment, Collor foi afastado do cargo. Assumiu o vice, Itamar Franco e, em 1994, em novas eleições presidenciais foi eleito Fernando Henrique Cardoso, que retomou o programa neoliberal de Fernando Collor de Mello.

2. A conjuntura política atual

Vivemos um modelo de democracia sem participação efetiva da sociedade. Este modelo se caracteriza, fundamentalmente, pela supremacia das leis de mercado, em detrimento dos direitos sociais. As políticas governamentais atuais visam dotar de infra-estrutura algumas regiões e setores produtivos, com o objetivo de atrair capitais e com isto inserir o Brasil no processo de globalização. Os investimentos sociais são a cada ano menores, mostrando com isto a prioridade do Estado: apoio ao capital estrangeiro e não resposta às demandas sociais.

Apesar de tudo, esta é uma época privilegiada para a construção do futuro. Estamos vivendo um período de mudanças políticas, no qual temos a oportunidade histórica de não somente resistir, mas de efetivamente intervir.

A atual mudança no discurso de órgãos governamentais e a criação de instrumentos para a participação dos movimentos sociais tem reforçado a defesa da cidadania. A conquista desses espaços, todavia, impõe novas exigências à sociedade civil.

Vários setores populares têm feito esforços exaustivos para qualificar a formulação de suas reivindicações, para elaborar propostas adequadas às suas necessidades e, em muitos casos, para assumir parte das responsabilidades do Estado, através de ações em parceria. Se por um lado estas iniciativas têm forjado experiências democratizantes, descentralizadoras e voltadas para as necessidades sociais, por outro permanecem centralizados os espaços que deliberam sobre as políticas que realmente impactam a vida da população. No fundo, a parceria consiste em repassar o patrimônio público à iniciativa privada e as responsabilidades sociais do Estado à sociedade civil.

Em relação à política indigenista oficial, destaca-se a extrema morosidade da Funai no trato da questão indígena. Seus quadros são, na maioria, despreparados, desmotivados e sem opção pela causa. O órgão indigenista está praticamente falido e insiste em municipalizar o atendimento às áreas indígenas - especialmente em relação à saúde, educação e atividades produtivas.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, desde o início do seu governo, tem uma dupla atitude com relação à questão indígena. Em discurso, em tese, nas viagens ao exterior, fala como acadêmico, defende os direitos indígenas e alinhava argumentos de como o seu governo tem defendido esses direitos. Na prática, porém, seu governo tem sucateado a Funai, tem diminuído recursos para as áreas de saúde, educação e demarcação e, através do Decreto 1775/96, buscou restringir os direitos indígenas sobre suas terras, favorecendo, privilegiando e incentivando toda a sorte de interesses dos invasores de terras indígenas. Este decreto, que define os procedimentos com relação à demarcação das terras, inclui o princípio do contraditório como estratégia de redução dos territórios indígenas, tanto as já demarcadas como as por demarcar.

Tal como Collor, Fernando Henrique se utiliza da questão indígena como estratégia para divulgar uma imagem de governo respeitoso dos direitos humanos. Na prática, coerente, não com seu discurso, mas com a composição política que define o caráter ideológico e político de seu governo, Fernando Henrique tem tratado com desprezo a questão indígena: corta recursos, sucateia o órgão indigenista, não realiza demarcação de terras, paralisa projetos de lei no Congresso e, por fim, mantém o Decreto 1775/96, cuja essência é integracionista, redutora das terras indígenas e um retrocesso enorme com relação à Constituição de 1988.

Políticas oficiais com relação às Terras Indígenas

- **Colonial: “desocupar, limpar...”**

Desde a chegada dos primeiros europeus, iniciou-se o processo de invasão e expulsão dos povos indígenas de suas terras. São quatro séculos em que os índios são sistematicamente expulsos, arrancados de suas terras, transferidos, mortos. Em consequência temos um quadro alarmante do quase total roubo das terras indígenas até o final do século 19. Algumas concessões de terras foram feitas aos índios em decorrência de acordos de guerras (com os Janduíim), ou pela colaboração nas Guerras do Brasil com outros países (os Kadiwéu, pela sua luta na Guerra do Paraguai), ou pequenas áreas de aldeamentos, no litoral e nordeste.

- **“Ilhas de integração” - Política do SPI, a partir de 1910**

Por causa da crueldade que o processo de invasão e ocupação das terras indígenas pelas frentes de expansão estava gerando, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio - SPI, em 1910. A intenção foi evitar o massacre dos índios que estavam sendo contatados, reservando-lhes pequenas porções de terra, que possibilitassem sua integração na sociedade brasileira. Dezenas de “ilhas”, pequenas áreas, são destinadas a grupos indígenas em todo o país.

- **“Áreas de refúgio” - Parques Indígenas - a partir de 1951 (Parque do Xingu)**

Com o avanço sobre os povos indígenas do Brasil Central, a partir da década de quarenta, a violência e o extermínio pareciam inevitáveis. A única forma de salvar os povos que estavam sendo atingidos seria seu

agrupamento em grandes parques em que poderiam ser protegidos. Essa foi a proposta feita por integrantes do SPI na época (Darcy Ribeiro, irmãos Villas Boas, Gama Malcher). A primeira experiência neste sentido foi a criação do Parque do Xingu, em 1951. Essa experiência que recolocou a questão da terra indígena, foi bastante elogiada como modelo de proteção e garantia da sobrevivência dos povos indígenas. Mais tarde essas “áreas de refúgio” foram transformadas em espécie de “depósito” de índios, para onde foram transferidos diversos grupos indígenas, atingidos pelo processo desenvolvimentista.

- **“Reservas indígenas”** - a partir da década de 60

Com a extinção do SPI (1967) os governos militares passam a conceber a figura da “reserva indígena”, que eram pequenas porções de terra destinadas aos grupos indígenas, não necessariamente em seus territórios tradicionais. Foi a estratégia encontrada para acomodar os grupos indígenas ao processo de ocupação das terras no centro e norte do país. Ela admitia as transferências e deslocamentos dos índios, na medida em que iam se expandindo as frentes econômicas (agropecuária, mineral, madeireira). As reservas eram criadas em função dos conflitos que ocorriam entre os índios e invasores.

- **Áreas indígenas** - a partir do Estatuto do Índio - 1973

São as terras reconhecidas aos índios em seus territórios tradicionais. Os povos indígenas, a partir do Estatuto, passam a lutar pelo reconhecimento de suas terras tradicionais. É neste contexto que surge o Cimi, que se empenha para que as terras indígenas sejam reconhecidas e respeitadas, conforme a decisão e limites propostos por estes povos.

- **Terras Indígenas** - a partir da Constituição de 1988

Essa designação é oficializada na Constituição. Nesta nova conceituação, as terras indígenas assumem a conotação de território, onde as comunidades possam se reproduzir física e culturalmente, enquanto povos e diferenciados, dentro do marco do Estado Nacional.

- **Território Federal Indígena**

É uma forma de garantia das terras indígenas, onde os índios constituem a maioria da população. Previsto no Estatuto do Índio, na prática nenhum território federal indígena foi criado, apesar de existirem as condições para tanto, como por exemplo no alto Rio Negro.

3. A evolução do trabalho do Cimi

Vamos procurar abordar o desenvolvimento do trabalho do Cimi nos seus grandes temas, neste 25 anos, procurando destacar sempre que possível:

- o desenvolvimento histórico;
- a concepção de trabalho;
- a prática desenvolvida;
- os resultados obtidos e
 - as perspectivas.

3.1. Terra

a) Histórico

O chão estava sumindo debaixo dos pés dos povos indígenas, quando da criação do Cimi em 1972. No Nordeste e Sudeste várias terras indígenas haviam sido totalmente expropriadas, no sul as massivas invasões estavam empurrando os índios para os últimos refúgios dentro de suas terras. No centro-oeste, nos estados de Mato Grosso e Rondônia, as fazendas estavam transformando a floresta e habitat indígenas em imensas pastagens, onde a pata do boi com sua “missão civilizadora” (conforme o ministro da Agricultura, Cirne Lima), foi ocupando os territórios indígenas. Outras tantas terras indígenas transformaram-se em fundos dos lagos das hidrelétricas ou em brinquedo nas mãos de garimpeiros, que as foram revirando e poluindo os leitos dos rios.

Essa dramática situação das terras indígenas levou o Cimi a assumir essa luta como condição primeira para garantir a sobrevivência dos povos indígenas.

Duas atitudes foram tomadas de imediato: a denúncia de todas as invasões e roubos sistemáticos das terras indígenas, exigindo dos órgãos públicos a demarcação e garantia dessas terras; e o esclarecimento às comunidades indígenas quanto ao seu direito histórico e constitucional (Art. 198, da Constituição de 1967) sobre os territórios. Isto desencadeou um processo de levantamento da situação das terras indígenas em todo o país e animou esses povos a lutar por suas terras e recursos naturais nelas existentes.

Além disso havia, por um lado o “controle policial” sobre as terras indígenas por parte do órgão indigenista oficial proibindo a entrada dos membros do Cimi, e por outro lado o estímulo à invasão e saque destas terras.

b) Concepção

Entendemos a terra indígena como o espaço necessário para cada povo indígena exercer sua autonomia. Sua demarcação deve levar em conta o universo simbólico e cultural desses povos. Deve contemplar a forma de utilização da terra de acordo com os usos, costumes e tradições. Deve ser suficiente para garantir a existência futura desses povos. Por isso o Cimi tem sempre privilegiado a visão que os próprios índios tem de sua história e de seu território

“Sem terra o índio não pode viver”. Esse mote ocupou lugar central na reflexão das equipes missionárias, desembocando insistentemente em inúmeras resoluções de Assembléias Regionais, cujas proposições indicam a necessidade de conhecer a situação específica de cada povo no âmbito da região na qual vivem; identificar as necessidades da comunidade em relação aos aspectos econômicos, sócio-culturais, ecológicos e populacionais; desenvolver o diálogo com a comunidade no sentido de alertar sobre as ameaças externas; reforçar a importância da participação das comunidades, indivíduos e lideranças nos processos de demarcação de suas terras e, principalmente, de protagonismo na luta pela conquista definitiva de seus territórios.

No decorrer destes 25 anos a criação dos onze regionais implicou a agregação de agentes missionários que vão tomando consciência do significado e da necessidade da terra como substrato, base material essencial, para a existência dos povos indígenas. Essa consciência emerge, por um lado, do convívio direto com as comunidades indígenas; é um processo de aprendizagem, através do qual os índios mostram que a terra não é, para eles, um mero objeto de trabalho, mas um meio de existência, o arsenal simbólico e material, referência dialética da vida e de suas formas peculiares de relação com a natureza e de sociabilidade. Assim é que os missionários aprendem que terra é território, espaço material e imaterial, geografia, lugares míticos e mágicos, biosfera e morada de tantos espíritos.

Para os agentes do Cimi, mais do que uma bandeira, a luta pela demarcação das terras indígenas passa a ser a mística motivadora e mantenedora da ação missionária

Por outro lado, a consciência de que lutar pela demarcação das terras indígenas era prioridade brotou das configurações sócio-políticas e econômicas, características de cada região do Brasil.

c) Prática

A luta pela demarcação das terras indígenas constitui a ação mais importante do Cimi desde sua fundação, formando a base sobre a qual desenrolam-se 25 anos de caminhada. Neste período as onze Assembléias Gerais realizadas destacaram essa prioridade, reiterando sempre a concepção de que a terra é o espaço fundamental, necessário e privilegiado para a existência e reprodução social, física e cultural dos povos indígenas.

Uma das primeiras e importantes ações do Cimi foi fazer um amplo levantamento sobre a situação em que se encontravam as terras indígenas em todo o país. De posse dos dados reveladores da dramática situação em que viviam os povos indígenas com a perda quase total da maioria de seus territórios, foram se desenvolvendo as lutas nos diversos níveis e instâncias, desde a aldeia até o Planalto.

O momento histórico de surgimento do Cimi coincide, no caso das regiões Centro-Oeste e Norte, com a emergência de sérios conflitos pela posse da terra em decorrência das estratégias de ocupação destas regiões, o que provoca transtornos incomensuráveis para as populações indígenas locais. Nestas regiões encontravam-se o maior número de povos e as mais variadas situações vivenciadas por eles: desde aqueles que não eram mais considerados indígenas, tais como os “caboclos” do Acre incorporados ao trabalho nas frentes seringalistas, até povos desconhecidos, sem contato com a sociedade brasileira. Entre essas duas polaridades a variação de situações revelava uma multiplicidade de línguas, culturas e territorialidades, todas elas ameaçadas pela violência e truculência características do processo de ocupação recente das regiões Amazônica e Centro-Oeste.

Nas regiões Sul, Sudeste, Leste e Nordeste já havia uma estrutura agrária mais consolidada, caracterizada pelas grandes e médias propriedades, pelas pequenas propriedades em algumas porções do Sul e pelo latifúndio no Nordeste que reservou aos povos indígenas, de modo geral, pequenas parcelas territoriais, as Reservas Indígenas, muitas delas demarcadas na primeira metade do século XX, a partir das ações do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). São, quase sempre áreas pequenas, cujos perímetros serviam apenas para abrigar os remanescentes de populações consideradas oficialmente como integradas à sociedade nacional.

Os índios destas regiões representavam, aos olhos da sociedade e do Estado brasileiro, o ponto final de sua existência enquanto sociedades autônomas e culturalmente diferenciadas. Além do que representavam também o modelo desejado para o futuro das populações da Amazônia e do Centro-Oeste. A situação dos povos integrados expressava, deste ponto de vista, o último passo na direção da assimilação definitiva, da dissolução de uma categoria étnica cuja existência era considerada transitória e inscrita no passado.

Neste sentido, as situações típicas das populações indígenas das regiões Sul, Sudeste, Leste e Nordeste apresentam configurações variadas entre comunidades que vivem em reservas e comunidades dispersas, sem terra. As reservas constituem espaços parcelares, nos quais as populações vivem fechadas sob o controle tutelar e autoritário do Estado, que regula o movimento de entrada e saída das áreas, assim como o agenciamento da mão de obra indígena empregada nas propriedades vizinhas. Isoladas e solitárias, estas comunidades reproduzem-se em áreas que não comportam o crescimento populacional, nem as formas tradicionais de relação com a natureza; não comportam o futuro porque foram concebidas como reservatório da “integração”, isto é, da transitoriedade e da dissolução.

As comunidades dispersas, sem terra, viveram no decorrer desses cinco séculos de história do Brasil, particularmente no século XX, uma condição bastante peculiar. Em função da discriminação étnica e racial que desqualifica o índio inserindo-o no estigma de canibal, matador, traíçoeiro, sujo, falante de estranhas línguas e costumes atrasados, foram compelidas a negar suas identidades, transportando para um plano clandestino suas referências culturais. Por realizarem casamentos interétnicos foram tomados como populações assimiladas e, assim, desapareceram do cenário social a maioria dos povos do Nordeste, Sudeste e Leste. São décadas, ou mesmo séculos de uma existência esbulhada, de expropriação de terras, usurpação de direitos e desvalorização impositiva de referências culturais, impelindo essas comunidades a viverem um longo tempo como posseiros, sem terra, agricultores pobres, compartilhando a miséria com as camadas sociais desvalidas nessas regiões do Brasil.

Esses cenários embasam o surgimento de um novo indigenismo na década de 1970, que priorizou a luta pela demarcação das terras indígenas. A criação do Cimi é acompanhada pelo surgimento de diversas entidades de apoio à causa indígena, congregando antropólogos, jornalistas, advogados, enfermeiros, médicos, estudantes, artistas. Esse “indigenismo alternativo” não permite neutralidade, surge engajado e militante, a favor dos direitos e da demarcação das terras indígenas. Passa a exigir uma reflexão profunda a respeito de uma nacionalidade pluriétnica que contemple a diversidade sócio-cultural..

Conjugam-se, desta forma, duas vontades e duas consciências: a dos novos indigenistas - incluindo aqueles indigenistas da Funai que partilham dessas mesmas posições - e a dos índios, que encontram finalmente o apoio necessário para lutar pelo seu espaço de existência.

Os povos indígenas abraçam esta luta reanimados em seu espírito guerreiro, recriando formas de resistência conscientes de que precisam agir na defesa de seus territórios e pela continuidade de suas vidas, mesmo que não consigam compreender as razões da sociedade que os ataca, expropria, leva epidemias e os discrimina, condenando-os ao esconderijo de suas verdadeiras identidades. Esse protagonismo indígena, particularmente nas lutas pela terra, tem possibilitado os avanços e conquistas significativas, tanto em nível das leis como na prática concreta das demarcações e garantia de seus territórios.

O Cimi desenvolve três eixos de atuação no processo de demarcação das terras indígenas:

- primeiro, enquanto formador de opinião, agente de luta, difusor de concepções e afirmador de uma postura clara, nitidamente favorável aos direitos indígenas;
- segundo, atua indiretamente, através de seus regionais e do Secretariado Nacional denunciando casos específicos, elaborando levantamentos a respeito da situação jurídica das terras, recolhendo documentação, fornecendo informações às demais entidades e órgãos públicos, colaborando com a organização dos povos e assessorando lideranças indígenas e
- terceiro, atua diretamente em processos de demarcação e conquista de territórios através do trabalho das equipes missionárias que estão convivendo com as comunidades indígenas.

Dados da Funai indicam 556 terras indígenas. Na maioria delas há atuação de missionários do Cimi, seja de forma permanente, itinerante ou esporádica. Para se ter uma idéia, o Regional Norte I abrange 208 terras indígenas, das quais 123 tem presença de missionários, através de 31 equipes formadas por 129 missionários, distribuídas pelos estados do Amazonas e Roraima, acompanhando as comunidades contínua, descontínua ou esporadicamente.

O objetivo principal da ação indigenista do Cimi tem sido apoiar a luta dos povos indígenas em favor da demarcação de suas terras, da garantia de sua posse e do usufruto exclusivo dos recursos naturais nelas existentes. Esse apoio consiste tanto na presença solidária e comprometida (que tem levado vários membros do Cimi a dar sua própria vida), quanto no acompanhamento nos frios gabinetes e tapetes das instâncias do Executivo, Legislativo e Judiciário; tanto pisando o barro e os espinhos dos varadouros na identificação dos limites (nos Grupos de Trabalho de Identificação), quanto as viagens simbólicas e reais identificadas nas memórias dos anciãos; tanto no apoio direto (humano e financeiro) aos diversos processos de garantia do direito constitucional às terras indígenas, quanto à defesa desse direito nos diversos espaços e tribunas, meios de comunicação e momentos de reflexão; tanto participando nos diversos momentos do procedimento de demarcação, como em campanhas nacionais e internacionais pela demarcação e garantia das terras indígenas.

Várias formas de luta pela terra (iniciativas próprias dos índios)

Em função das características regionais e especificidades culturais, os povos indígenas foram construindo formas diferenciadas de luta pela terra, qualificando a ação das comunidades e aumentando o poder de pressão sobre o Estado Brasileiro, obrigando-o a implementar os procedimentos administrativos de demarcação das terras indígenas. Assim sendo, as iniciativas próprias dos índios vão conquistando denominações várias:

- **Retomada** - expressão usada para designar a reconquista territorial. Ocorre em situações onde a comunidade ou povo indígena foi vítima de total expropriação, ficando privado da posse por vários anos ou décadas. O ato de retomar implica sempre no confronto direto dos índios com o invasor, já que a posse indígena dependerá da expulsão daquele. Por esse motivo há muita violência decorrente dessa ação. É mais comum nas regiões nordeste, sul e sudeste;
- **Auto-demarcação** - acontece em regiões onde os índios estão na posse, a área não está demarcada e sofre ameaça de invasão ou já está invadida. Antecipando-se à ação do Estado, os índios organizam-se e fazem a delimitação da área apoiando-se em assessoria técnica especializada. Em alguns casos tem sido possível estabelecer convênios com o órgão indigenista federal - Funai/Cooperação Internacional para o procedimento auto-demarcatório, assim como pleitear o reconhecimento das auto-demarcações realizadas. É mais comum na região norte.

Além dessas existem muitas formas de pressão política, através da articulação inter-étnica, visitas a órgãos públicos, articulação com o Ministério Público Federal. Existem ainda lutas para proteger as áreas já demarcadas, como a reabertura de picadas (reavivitação dos marcos etc) e a vigilância da comunidade.

Na atuação direta os missionários e missionárias, através da experiência acumulada, foram definindo um “know-how” (conhecimento específico) próprio para a entidade, sendo esse aprimorado e assimilado pelo conjunto do Cimi, a partir da socialização das várias práticas.

Naquelas situações anteriormente descritas, em que houve esbulho de terras indígenas e incorporação das mesmas ao latifúndio, necessita-se de um forte suporte jurídico-legal para comprovar a ocupação tradicional. Nesses casos os agentes, além da assessoria à comunidade, ajudando nas reflexões e planejamento das atividades, desenvolvem tarefas específicas de coleta de elementos comprobatórios.

Acontece aí uma verdadeira pesquisa documental:

- resgate da história oral, através de conversas com índios mais velhos, muitos deles morando em periferias de cidades, fazendas, outras áreas indígenas etc;
- entrevistas com pessoas não-índias conhecedoras da história regional;
- consulta a fontes históricas como teses, monografias, jornais, revistas, visitas a bibliotecas e instituições acadêmicas etc;
- coleta de documentos oficiais em arquivos públicos, museus, Funai, INCRA e outros órgãos governamentais em nível federal, estadual e municipal.

Tudo isso resulta num vasto levantamento etnográfico e cartorial, com base nos quais elabora-se dossiês, cartilhas, folhetos, vários materiais informativos, para serem distribuídos e discutidos com a sociedade envolvente, no intuito de esclarecer sobre o direito dos índios às áreas reivindicadas e conquistar apoios para a luta. Além dos grupos organizados da sociedade (sindicatos, associações, pastorais, movimentos), esse material também é distribuído para formadores de opinião em geral: advogados, antropólogos, parlamentares, jornalistas etc.

Para as comunidades participantes do processo esses subsídios ganham importância fundamental na medida em que apropriam-se de seus conteúdos, convertendo-os em potencial mobilizador, dando substância material às suas reivindicações. Conscientes disso, os agentes investem na devolução das pesquisas às comunidades, utilizando-se de metodologias várias adaptadas às realidades locais.

A atuação do Cimi tem se dado da seguinte forma:

- acompanhamento e análise dos atos do Poder Executivo, principalmente os referentes aos procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas;
- proporcionando momentos de formação com lideranças indígenas, para que elas compreendam melhor a sociedade não índia e o Estado brasileiro, bem como a atuação das diversas forças políticas;
- apoiando e assessorando as organizações indígenas em suas manifestações em defesa de seus territórios e das riquezas naturais nelas existentes;
- privilegiando a presença nas áreas de conflito;
- contribuindo para que os povos indígenas tenham plena consciência de seu direito de posse sobre as terras em que vivem, tal como rege a legislação específica para os índios, assim como àquelas das quais foram expropriados;
- colaborando no empenho das comunidades em definir, elas próprias, a área que consideram suficiente para sua reprodução atual e futura;
- apresentando à Funai, se possível através dos próprios líderes indígenas, as reivindicações sobre as terras, acompanhadas de memorial descritivo, mapas e documentação pertinente;
- tomando iniciativas junto ao poder público no caso dos povos que possuem contato recente com a sociedade brasileira, não dominam a língua portuguesa e não conhecem as condições necessárias para a garantia da integridade de suas terras.

Além dessas ações diretas outras atividades são desenvolvidas no sentido de reforçar a luta pela conquista das terras indígenas:

- incentivo à participação dos povos em encontros e assembleias regionais e nacionais, visitas das lideranças às comunidades das regiões nas quais atuam;
- reflexão e estudo do processo Constituinte e da legislação específica para terras indígenas;
- assessoria jurídica às comunidades e organizações indígenas;
- participação nas atividades promovidas pelas articulações indígenas regionais;
- ajuda na elaboração de projetos e contato com agências de Cooperação;
- articulação com os movimentos populares, especialmente aqueles que priorizam a luta pela terra e pela reforma agrária;
- contato com órgãos públicos (Justiça Federal, Polícia Federal, Ibama, Secretarias Estaduais, poder legislativo municipal, estadual e federal, Procuradoria da República, Funai);
- seminários internos nos regionais para discussão de retomadas, auto-demarcação, auto-sustentação e procedimentos de demarcação de terras;
- encontros interregionais e nacionais sobre o tema “Terra”, organizados pelo Secretariado;
- sensibilização da sociedade em geral, através dos meios de comunicação social, universidades, escolas e pastorais em relação a questão indígena.

O Cimi tem cobrado insistentemente do Estado a sua obrigação de demarcar e garantir as terras indígenas, pois essa é uma obrigação constitucional. Apesar do descumprimento de dois prazos estabelecidos (o primeiro pelo Estatuto do Índio - 1978, e o segundo prazo estabelecido pela Constituição, até 1993), quase a metade das terras indígenas ainda não estão demarcadas. Recentemente o órgão indigenista oficial anunciou um novo prazo, o ano dois mil. Estaremos apoiando, assessorando e subsidiando o movimento e os povos indígenas para que possam ter suas terras regularizadas o quanto antes.

Na luta pela terra, como nas demais áreas de atuação, o Cimi privilegia o assessoramento jurídico e não a ação no Judiciário.

d) Resultados

Não se pode identificar os resultados obtidos na luta pela demarcação de terras indígenas observando-se apenas os números de áreas demarcadas e suas superfícies. Todavia é impossível negar a importância desses elementos enquanto indicadores quantitativos. Compreendendo tal significado, alguns regionais procuraram demonstrar, com números, conquistas territoriais obtidas através de iniciativas próprias das comunidades indígenas.

Destacamos aqui os dados apresentados pelos regionais MS e NE referentes às lutas pelas retomadas, que contaram com a assessoria e apoio do Cimi.

No Mato Grosso do Sul foram registradas dez retomadas, totalizando 29.291 há, beneficiando diretamente 2.411 pessoas. No Nordeste houve registro de 23 retomadas, correspondendo a 26.400 há, com benefício direto para 9.700 pessoas.

Considerando a realidade dos Guarani-Kaiowá, no MS, onde há grande número de suicídios resultantes do confinamento a que estão submetidos, pode-se deduzir os ganhos trazidos pela ampliação de parte de seus território, significando aumento real da expectativa de vida. Os missionários do Cimi na região constataam uma redução no índice de suicídios nas áreas retomadas.

Embora hajam componentes diferentes, benefícios semelhantes podem ser apontados na região Nordeste, onde constata-se o crescente fenômeno da etnogênese, responsável pelo grande número dos chamados “povos emergentes”. Exemplo disso é o Estado do Ceará que no início da década de 80 não havia registro de povos indígenas, tendo-se hoje conhecimento de 11 etnias.

O regional Mato Grosso teve a preocupação de contabilizar o total de áreas demarcadas administrativamente, nas quais houve a participação direta do Cimi, inclusive tendo alguns missionários integrado grupos de trabalho. Das 49 terras demarcadas, equivalentes a 15.905.612,83 ha, o Regional MT contribuiu diretamente em 36 delas. Isso significa 73,43% do total e representa 8.625.935,83 ha.

A partir desses levantamentos, procuramos fazer um balanço em nível nacional, tomando como referência, para fins de cálculo, o ano de criação do Cimi, 1972. É óbvio que não pretendemos afirmar constituir-se em mérito da entidade todas as áreas demarcadas desde então. Mais do que pretensão, seria a negação de todo o processo das lutas indígenas e indigenistas do país, que mobilizaram grande parte da sociedade brasileira e setores internacionais, com envolvimento de várias entidades indigenistas e de defesa dos direitos humanos.

Por outro lado não é possível desconsiderar o pioneirismo do Cimi, em apoiar as lutas concretas pela demarcação das terras indígenas, a partir dos anos 70, bem como sua determinante contribuição na construção do indigenismo brasileiro. Além do mais, não obstante o apoio incondicional do Secretariado Nacional com um corpo especializado, a entidade dispõe de uma grande rede de equipes missionárias, possibilitando-lhe acompanhamento direto a 181 povos, dentre os 204 até hoje conhecidos. Os dados gerais das demarcações encontram-se nas tabelas abaixo.

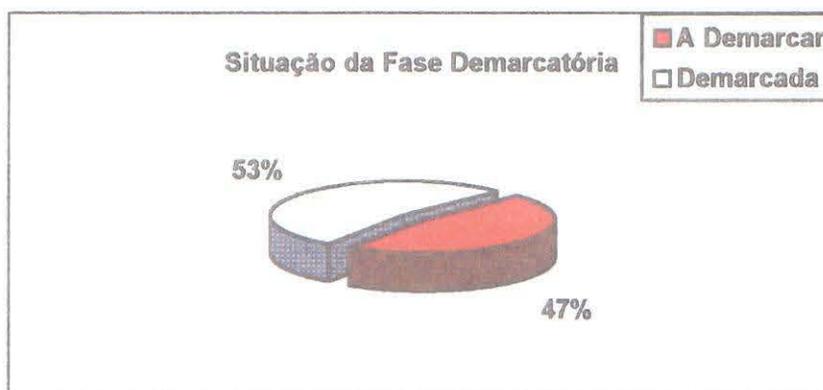
Vale ressaltar que área demarcada necessariamente não significa garantia da posse. A grande maioria ainda continua aguardando regularização (desintrusão). Muitas já regularizadas são objetos de constantes invasões, não tendo portanto isentas dos violentos conflitos fundiários.

Também não podemos omitir os trágicos resultados indesejados, decorrentes de todo o processo de lutas. Grande parte dos territórios conquistados, onde florescem sementes de Vida Nova foram regados pelo sangue de muitos companheiros e companheiras. Lideranças indígenas, missionários e missionárias do Cimi, fazem parte da inominável lista dos mártires da terra que todos desejamos sejam, um dia, Sem Males.

Quadro Geral das Terras Indígenas no Brasil¹

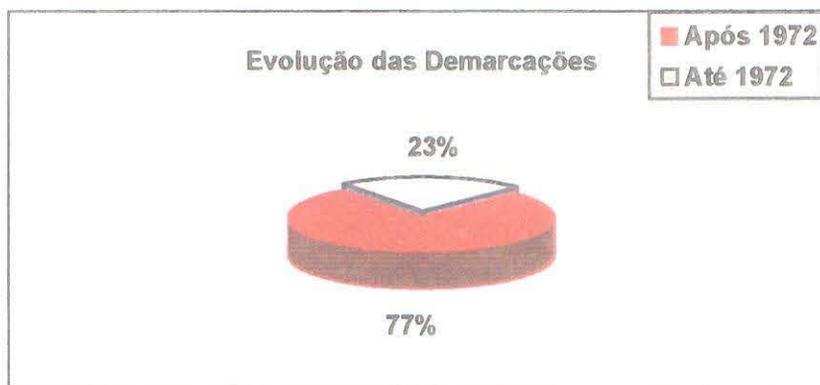
DADOS GERAIS	
Nº de Terras	Superfície (ha)
556	83.508.690

TERRAS DEMARCADAS		TERRAS A DEMARCAR	
Nº de Terras	Superfície (ha)	Nº de Terras	Superfície (ha)
297	56.468.855	259	27.039.835



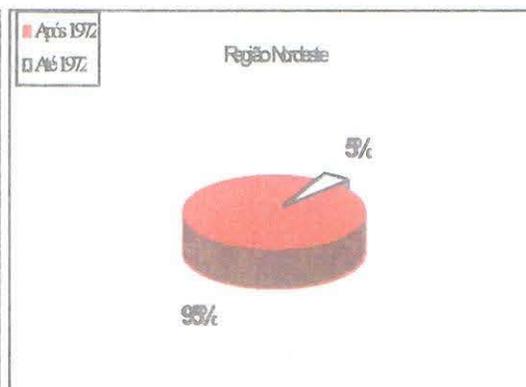
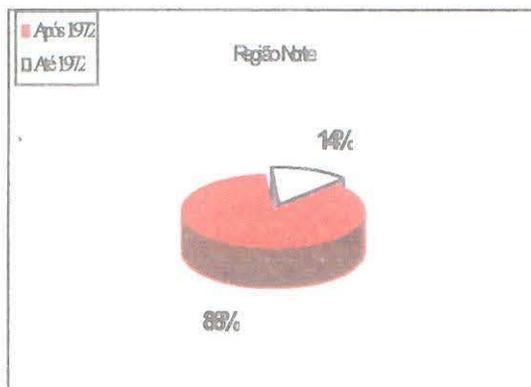
¹ Elaborado com base em dados do Cimi e da DAF (Diretoria de Assuntos Fundiários) da Funai (Fundação Nacional do Índio)

EVOLUÇÃO DAS DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL			
ÁREAS DEMARCADAS ATÉ 1972 ²		ÁREAS DEMARCADAS DE 1972 A SETEMBRO DE 1997	
Nº de Terras	Superfície (ha)	Nº de Terras	Superfície (ha)
67	1.733.245	230	54.735.610



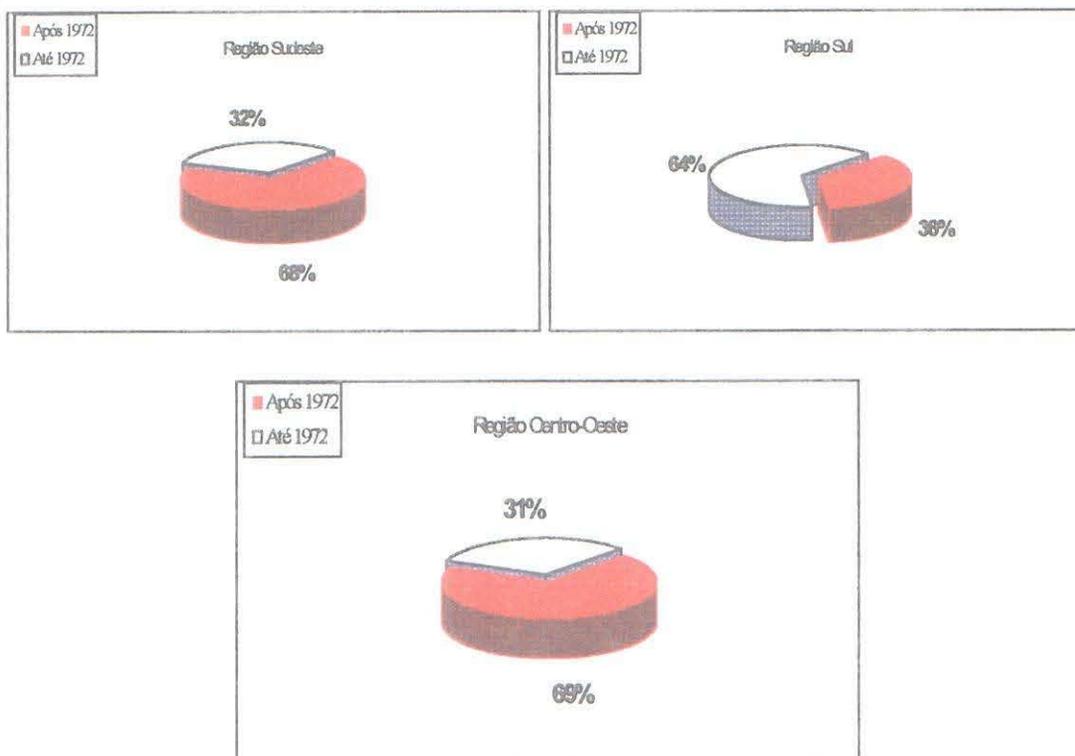
EVOLUÇÃO DAS DEMARCAÇÕES DE ÁREAS INDÍGENAS - POR REGIÕES

Região	ATÉ 1972		APÓS 1972	
	Nº de Terras	Superfície (ha)	Nº de Terras	Superfície (ha)
Norte	19	778.319	118	41.342.078
Nordeste	02	47.506	37	1.752.194
Sudeste	07	10.570	15	64.726
Sul	16	106.232	09	40.526
Centro-Oeste	23	790.978	51	11.535.726
Total	67³	1.733.605	230	54.735.250



² 1972: Ano da criação do Cimi

³ Desse total apenas 01 área (Marechal Rondon) foi demarcada pela Funai, sendo as demais referentes ao período do SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Esse dado revela que nos cinco primeiros anos da Funai, apenas uma demarcação foi realizada.



e) Perspectivas

A atuação do Cimi quanto à questão da terra deve continuar se dando da seguinte forma:

- continuar apoiando e assessorando os povos e as organizações indígenas em suas manifestações e lutas em defesa de seus territórios e das riquezas naturais nelas existentes;
- Qualificar cada vez mais nossa ação neste campo, baseados na visão dos índios sobre seus territórios e incorporando elementos como a projeção demográfica nos critérios para a definição (delimitação) das terras.
- continuar apoiando todos os processos que garantam as terras dos povos indígenas: retomadas, autodemarcações, "desintrusamento", "estratégias de garantia da terra" (ocupação geográfica, econômica e sócio-política a partir da organização e cultura de cada povo);
- acompanhar e analisar os atos do Poder Executivo, principalmente os referentes aos procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas;
- proporcionar momentos de formação com lideranças indígenas, para que elas compreendam melhor a sociedade não índia e o Estado brasileiro, bem como a atuação das diversas forças políticas;
- ampliar a discussão sobre a concepção, o valor e a necessidade da demarcação das terras indígenas junto aos movimentos organizados da sociedade civil;
- aprofundar, junto aos povos e organizações indígenas, a discussão sobre as formas de garantir a melhoria da qualidade de vida em suas terras, a partir dos recursos nelas existentes, das tecnologias próprias ou da apropriação de novos mecanismos (isso considerando a crescente cobrança dos povos indígenas que já têm suas terras demarcadas mas as condições de vida estão cada vez piores - "não é suficiente demarcar as terras", repetem);
- ter especial atenção e ação junto aos povos mais fragilizados nas relações de contato com a nossa sociedade (grupos isolados e de pouco contato) ou cujas terras estão sob maior ameaça (áreas de maiores conflitos);
- articular e aprofundar mais a atuação do Cimi com relação às terras indígenas, uma vez que essa tem sido uma das atuações mais expressivas da entidade, através da realização de encontros e seminários, organizados pela Comissão de Terras Indígenas.

Ficam como questões para debate:

- a questão da terra foi e continua sendo uma das principais preocupações do movimento indígena e do Cimi. Além da demarcação e garantia da terra é importante aprofundar algumas questões de fundo, da terra enquanto base da construção da autonomia, do auto-governo. Seria o caso de pensar mais concretamente na proposta de “Territórios Federais Indígenas”, que consta no atual Estatuto do Índio (art. 30)?
- na preocupação da efetiva garantia das terras indígenas, que acabam jogadas na insegurança com ações do Executivo, como o Decreto 1775, não seria o momento de retomar uma pauta colocada pelos povos indígenas em nível mundial, que é o de que os povos indígenas sejam proprietários de suas terras ?
- seria possível avançar na proposta já colocada nos encontros sobre “terras indígenas com conflitos”, de se constituir formas ágeis (intercâmbio, equipe volante) de presença e apoio nas áreas de maior conflito?
- seria possível e conveniente recuperar a memória da participação em algumas lutas pelas terras indígenas exemplificativas nas diversas regiões, onde houve uma participação/apoio dos missionários do Cimi, socializando-os, para que possam contribuir com a acumulação dos conhecimentos da entidade a esse respeito?

Desafio: o abandono da terra, os índios na cidade

Dado o pouco acúmulo que o Cimi tem nessa temática, com experiências que estão apenas começando e muito localizadas, o texto não se propõe avaliar o trabalho, mas apontar perspectivas.

A presença de índios em periferias de cidades não é um fenômeno atual. Inúmeros centros urbanos foram construídos em cima de aldeias e à base de mão de obra indígena. Não é portanto, um fenômeno do nosso século e nem restrito à Amazônia.

Não é possível precisar o número de indígenas que residem nas periferias das cidades, uma vez que não há censo a esse respeito (segundo a Funai seriam cerca de trinta mil). Os dados do IBGE silenciam sobre a questão. As informações disponíveis, no entanto, permitem concluir que a população indígena em cidades como Manaus, Campo Grande, São Paulo e outras é numerosa.

Sabe-se, ainda, que a situação dos indígenas nas periferias dos centros urbanos é precária, submetidos que estão a uma dupla marginalização: enquanto índios e, portanto, atingidos por toda sorte de preconceitos e, enquanto mão-de-obra não qualificada, competindo com tantos outros não-índios num mercado cada vez mais excludente. Percebe-se que a falta de emprego, de escola, de atendimento à saúde, de moradia e de espaço para vivenciarem sua cultura, transformou seus sonhos de uma vida melhor na cidade em pesadelo.

A discussão sobre a problemática dos índios urbanos é nova, tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista organizativo. O próprio movimento indígena ainda não tem enfrentado o problema, embora já tenha incorporado em algumas regiões, como força política, organizações próprias dos índios urbanos.

Os organismos oficiais, como a Funai, não reconhecem como índios aqueles que residem em centros urbanos. Não tem acesso, portanto, aos seus programas de assistência.

O Cimi tem iniciado um trabalho de acompanhamento e assessoria aos processos organizativos dos índios, em Manaus. tem apoiado, ainda, iniciativas na área de saúde popular e educação, em parceria com outros órgãos, como a Universidade do Amazonas.

São inúmeros os desafios que a problemática dos índios urbanos apresenta ao Cimi. Constitui-se num primeiro desafio quantificar essa população e procurar informações mais exatas sobre a abrangência do fenômeno, as razões que levam famílias e pessoas a sair de suas aldeias, o impacto que sofrem nas periferias, bem como as reelaborações que fazem de seu mundo cultural.

Torna-se, igualmente fundamental, iniciar um diálogo sistemático com estas populações sobre as perspectivas que entendem ter, formas de luta já em curso ou não, possíveis de serem implementadas e possibilidades de articulação e solidariedade entre a luta dos índios urbanos e a luta indígena mais ampla.

3.2. Estrutura e funcionamento

a) Histórico

Os regionais, ao longo destes 25 anos, foram se estruturando de acordo com critérios geográficos, eclesiais ou mesmo da disponibilidade de quadros e da presença de povos indígenas. O Cimi hoje está estruturado em 11 Regionais e um Secretariado Nacional que articulam, dão apoio, orientam e coordenam o trabalho de 347 missionários e 112 equipes de área.

As formas e/ou sistemáticas das coordenações regionais variam de acordo com a realidade de cada Regional sem, no entanto, desrespeitarem o que estabelece o estatuto e o regimento da entidade. As coordenações regionais podem ser constituídas por um coordenador geral, eleito em Assembléia, ou por mais de um, formando um colegiado, ou uma equipe de coordenação regional ou ainda uma composição com pessoas das áreas formando uma coordenação ampliada. Vários Regionais passam por experiências distintas na composição de suas coordenações, buscando sempre responder as demandas do trabalho junto aos índios.

Os coordenadores regionais são eleitos em assembleias regionais e compõem a diretoria da entidade, juntamente com o presidente, vice-presidente e o secretário executivo, eleitos na Assembléia Geral, realizada a cada dois anos. É a diretoria que responde pela direção política da entidade, cumprindo as prioridades, as linhas de ação e os objetivos definidos na Assembléia Geral. Em função das demandas do trabalho e do aprofundamento das temáticas em algumas frentes de atuação como saúde, educação, formação, auto-sustentação, diálogo inter-religioso foram constituídas as Articulações Nacionais.

Hoje, existem as seguintes Articulações Nacionais do Cimi:

- ANE: Articulação Nacional de Educação;
- ANF: Articulação Nacional de Formação;
- ANAS: Articulação Nacional de Auto-Sustentação;
- ANS: Articulação Nacional de Saúde
- ANDRI: Articulação Nacional do Diálogo Inter-Religioso e Inculturação.

Estas instâncias, que constituem redes de missionários e assessores a nível nacional, são instâncias horizontais do Cimi, cada uma com uma dinâmica própria e que possibilitam que a entidade tenha um acúmulo próprio de reflexão, análises e propostas em cada uma dessas áreas. Semelhante processo ocorre nos Regionais, quando estes constituem setores responsáveis por temas específicos.

Regional	Nº de Missionários articulados	Nº de Equipes	Nº de áreas indígenas atingidas	Nº de Povos acompanhados
Goiás/Tocantins	07	05	13	05
Rondônia	22	12	34	24
Leste	14	06	11	11
Mato Grosso	58	14	54	10
Norte II	43	15	41	21
Norte I	129	31	123	68
Mato Grosso do Sul	24	10	23	05
Maranhão	08	03	12	07
Amazônia Ocidental	10	05	15	07
Sul	21	07	27	03
Nordeste	11	04	27	20
Total	347	112	380	181

b) Concepção

A estrutura e funcionamento do Cimi, numa perspectiva de democracia interna, buscam viabilizar e articular a diversidade de trabalhos do conjunto de missionários, equipes, regionais e outras instâncias, com orientações comuns definidas em Assembléia Geral da entidade, para viabilizar um trabalho mais qualificado junto às comunidades, povos e organizações indígenas e junto à sociedade, entidades, movimentos sociais e o Estado brasileiro.

c) Prática

O Secretariado Nacional e as estruturas regionais cumpriram o papel fundamental de instrumentos capazes de dar visibilidade às lutas locais, regionais e nacionais dos povos indígenas apoiadas pelo Cimi. Mostrou, também, capacidade de articular essas lutas levando em conta a conjuntura política regional, nacional e internacional.

Houve fases de tensionamento nas relações entre as bases e o Secretariado Nacional. Algumas equipes de base recebiam um acúmulo de estrutura burocrática e de poder em Brasília. A estruturação dos regionais e suas respectivas sedes e a dinâmica de funcionamento da diretoria suavizaram essa tensão.

Hoje, no entanto, se percebe a mesma tensão entre algumas equipes e as sedes regionais. Algumas equipes de base avaliam que o Cimi passou a ter uma administração muito pesada, que absorve as pessoas e não lhes dá condições de responder às demandas do trabalho na base. Essas equipes se queixam da falta de acompanhamento por parte do Regional.

Estas tensões e questionamentos nos colocam como desafio refletir sobre a dinâmica de funcionamento e de comunicação interna do Cimi. Historicamente, em função das necessidades colocadas pelas próprias lutas, talvez o Cimi tenha se estruturado mais para intervir na sociedade envolvente, para dar respostas às questões colocadas pela sociedade civil nacional e internacional e menos para as suas próprias demandas internas.

O processo de avaliação detectou problemas específicos de ordem funcional na estrutura do Cimi e que necessitam de tratamento com vistas ao fortalecimento da intervenção da entidade nas diferentes áreas:

- existe uma relativa rotatividade nas equipes, o que dificulta a continuidade de algumas ações. Em algumas áreas parece que o trabalho está sempre se iniciando, devido a falta de repasse das informações por aqueles que antecederam. A falta de informações limita a intervenção. Esses fatos dificultam o relacionamento das equipes com as comunidades;
- alguns regionais se ressentem com a falta de pessoas mais antigas no trabalho, o que é fruto da rotatividade de pessoas e da ausência de um planejamento dos que saem no sentido de preparar os novos;
- embora o Cimi, em termos gerais, mantenha um bom número de pessoas atuando junto aos povos indígenas, alguns regionais sentem dificuldades em inserir novas pessoas no trabalho. Ocorre a sobrecarga e a limitação da ação;
- a falta de registro (relatórios, documentos, diários de campo, fotografias etc) em muitas equipes dificulta a inserção de novas pessoas no trabalho e limita o resgate, estudo, análise e avaliação;
- ocorre em muitos regionais sobrecarga de trabalho do coordenador que deve responder pelas questões do Cimi e ainda desempenha o papel de articulador com outras entidades na perspectiva de constituir alianças, representar a entidade institucionalmente nos fóruns externos e cuidar, zelar e administrar o regional;
- a dependência exclusiva dos recursos da Cooperação Internacional traz insegurança com relação ao futuro do trabalho junto aos povos indígenas;
- as estruturas físicas, com o passar do tempo foram se ampliando e, como conseqüência, o Cimi passa a dedicar atenção especial para a manutenção destas estruturas através de um maior investimento de recursos humanos e financeiros com conseqüente diminuição da atenção para o trabalho das equipes de área;

- as Articulações e setores de trabalho poderão compartimentar as ações e dificultar a interação das atividades, além de exigir cada vez mais especialistas e assessorias para questões específicas;
- as constantes demandas externas, articulações com outros setores, participações em fóruns, acarretaram uma sobrecarga de trabalho para as sedes regionais, gerando o distanciamento das coordenações regionais em relação às equipes de área;
- muitas equipes de base alertam para a priorização e o acompanhamento dos trabalhos junto às comunidades indígenas, com isso diminuindo o risco das estruturas tornarem-se espaços burocráticos e de técnicos.

Assessorias

É fruto de um longo trabalho coletivo a transformação da luta de duas centenas de pequenos povos em uma questão nacional. Estava claro já na visão dos primeiros conselheiros do Cimi que o trabalho direto nas bases missionárias seria inócuo sem uma eficiente articulação em Brasília, sede do poder federal. As denúncias na imprensa, a vigilância e a pressão sobre o Executivo, as articulações com o Legislativo, o Judiciário e outros órgãos e categorias sempre mereceram a atenção do Cimi. Estrutura-se para isso, em Brasília, através do Secretariado Nacional, uma variada gama de serviços.

Cedo o Cimi percebe a importância e a necessidade de contar com assessorias internas e externas, voltadas para temáticas específicas. Já na sua I Assembléia Geral, em 1975, onde emerge com toda a força como desafio principal do Cimi a luta pela garantia das terras indígenas, fala-se em “Assessoria de Terras do Cimi”.

Na sua II Assembléia Geral de 1977, preocupado com maiores garantias legais às terras indígenas, fala-se em Consultoria Jurídica, voltada para a redefinição da legislação indigenista. Aliás, desde o início estava presente nas preocupações da entidade um serviço de assistência jurídica aos missionários. A partir de uma consulta realizada em 1981, a um grupo de advogados na cidade de Vitória, ES, fica decidida a criação de uma assessoria jurídica permanente, embora com dedicação parcial. E, na Assembléia Geral seguinte, realizada em 1983, o Cimi passa a ter o seu primeiro assessor jurídico liberado para esta tarefa no Secretariado em Brasília.

Com a tarefa inicial de apenas coletar e sistematizar jurisprudência específica e estabelecer articulação com outros profissionais que pudessem contribuir com a luta indígena, o campo de atuação da assessoria jurídica do Cimi amplia-se rapidamente, contribuindo decisivamente para a incorporação do instrumental jurídico no dia-a-dia da luta indígena. Nessa mesma medida, cresce a necessidade de cada vez mais advogados, seja no Secretariado, seja nos diversos regionais, até um total de 11 profissionais liberados para o serviço de assessoria à luta indígena, através do Cimi. Para que o trabalho desses e de outros assessores pudesse atingir seus objetivos, impõe-se uma estrutura de apoio cada vez maior. Secretárias, arquivos, biblioteca, recursos financeiros e estrutura de comunicação são algumas dessas exigências.

Com a emergência, a partir de 1979, da importância da articulação em nível de América Latina, a Assembléia Geral de 1983 decide pela criação da assessoria latino-americana. Uma de suas primeiras atividades foi o Programa de Consultas Ecumênicas, sendo a primeira realizada em 1983, em Brasília. O Cimi iniciou um trabalho coordenado com outras entidades de pastoral indigenista da América Latina, dando origem a AELAPI (Articulação Ecumênica Latino-Americana de Pastoral Indígena), cuja dinamização dependeu posteriormente muito da Assessoria Latino-Americana.

O Cimi sempre buscou a articulação e o intercâmbio com entidades de pastoral da América Latina. O trabalho da Assessoria Latino-Americana acabou se configurando como estratégico para a disseminação da experiência e das propostas do Cimi na região.

No mesmo período, criou-se a Assessoria Teológica e o Setor de Pastoral de Inculturação, com sua Secretaria Executiva localizada em Belém, Pará, com o objetivo de viabilizar uma caminhada mais coletiva dos missionários engajados em atividades de evangelização direta.

Em 1978, o Cimi organiza o Primeiro Encontro de Saúde Indígena, onde já emerge a necessidade de uma assessoria específica neste campo, que vai ser criada mais tarde, a partir de 1983. Esta assessoria é, logo a seguir, descentralizada, mantendo-se uma coordenação nacional. A responsabilidade maior fica por conta dos regionais. Centrava suas atenções na “devolução do controle da saúde” aos próprios povos indígenas, acentuando a questão da capacitação de agentes indígenas e da valorização da medicina nativa.

Com a aproximação da Assembléia Constituinte, em 1987, o Cimi cria a Assessoria Parlamentar. Esta assessoria exerce papel fundamental na formulação e articulação dos direitos indígenas na Constituinte. Devido a sua importância, segue até hoje preocupada sempre em articular uma base parlamentar de apoio que possibilite a tramitação de leis de interesse dos povos indígenas.

A proposta original do Cimi era de criação de uma Assessoria Legislativa. A partir da prática, verificou-se que a proposta correta era de uma Assessoria Parlamentar.

Não se tratava de uma assessoria para melhor elaborar leis favoráveis aos índios, mas de exercer uma assessoria da entidade aos deputados e senadores para que a sua atuação parlamentar, a sua intervenção no Parlamento, como um todo, fosse orientada para defender os direitos indígenas.

Com a crescente consciência da complexidade da questão indígena no país, cresce nos missionários a busca por melhor capacitação. Os cursos de iniciação, ministrados desde o início do Cimi, já não satisfaziam mais. Estava posta a exigência de um “plano de formação global” que incluísse aspectos antropológicos, teológicos, políticos, jurídicos etc. Impõe-se a criação de um setor de Formação no Cimi que, a partir da Assembléia Geral de 1987, contou com a assessoria do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS), de São Paulo.

Progressivamente, o Cimi vai ampliando seu leque de alternativas de informação e mobilização de setores da sociedade brasileira. Seus veículos próprios de comunicação não dispensam a preocupação com a grande imprensa. Surge, então, a necessidade de uma Assessoria de Imprensa, voltada para a conquista de, cada vez mais, novos espaços na grande imprensa para a problemática indígena.

Em 1991 o Cimi, buscando responder as demandas postas pelo Movimento Indígena principalmente nas questões relativas a formação, metodologia, articulação, alianças dos povos e organizações indígenas com os movimentos sociais no campo e na cidade, criou a Assessoria Político-Metodológica. A proposta inicial desta assessoria era a de contribuir no fortalecimento e na formação das organizações indígenas locais e regionais, além da ampliação do leque de alianças destas organizações, particularmente com os movimentos sociais do campo e movimentos populares urbanos.

Com o tempo esta assessoria foi sendo deslocada para outras tarefas, particularmente para o acompanhamento do Programa Global Cimi-Bilance, para articulações políticas do Cimi com entidades nacionais e para as articulações com as pastorais sociais da CNBB.

Procurando ampliar a denúncia internacional e as alianças favoráveis aos povos indígenas fora do país, o Cimi cria, em 1993, um serviço específico, através do projeto “O mundo que nos Rodeia”, que consiste na elaboração e envio regular de um informe sobre a realidade indígena no país que, traduzido para várias línguas, é enviado às principais agências e aos grupos de apoio aos povos indígenas no exterior.

Aprofundando a análise sobre estrutura e funcionamento:

A estrutura atual do Cimi reflete exatamente as respostas historicamente construídas frente ao desafio de um serviço eficaz aos povos indígenas. Porém, o seu caráter acumulativo, com a inequívoca tendência ao crescimento, à cristalização e à submissão à “lei da inércia”, torna desafiante um esforço avaliativo mais profundo. Considerando a importância da estrutura na obtenção dos objetivos almejados pela entidade e considerando o volume de recursos humanos e financeiros que absorve, esta avaliação ampla no contexto dos 25 anos de atividades do Cimi é, certamente, fundamental.

São questões para aprofundamento com relação às assessorias:

- quais serviços prestados pelo Cimi poderiam ser repassados a outros atores (movimento indígena, Estado, sociedade civil, igrejas)?
- como aprimorar a atuação das assessorias junto às equipes do Cimi e junto ao movimento indígena, fortalecendo o seu caráter formativo?
- o Cimi tem investido na definição de políticas e no direcionamento de recursos públicos. A atuação de forma qualificada em áreas específicas deve seguir a definição política da entidade quanto ao procedimento: contrata-se profissionais, busca-se consultorias, capacita-se parceiros nos aspectos indigenistas ou qualifica-se missionários?
- com relação à proposta original para a Assessoria Político-Metodológica, falta ainda a sistematização e análise do movimento indígena nos últimos anos, principalmente para se pensar o futuro deste movimento;
- é importante que a assessoria de imprensa desenvolva, sempre mais, uma estratégia de atuação articulada com a estratégia geral do Cimi e que seja um elemento de fortalecimento desta estratégia geral;
- hoje, o desafio para o Cimi é como dar continuidade ao processo desenvolvido pela Assessoria Latino-Americana nos países da região, assumindo-o como um trabalho do conjunto da entidade e desenvolvendo, internamente, as reflexões, análises e experiências frutos do intercâmbio com as entidades parceiras da região;
- a realidade política, aponta para uma agudização dos ataques aos direitos indígenas, sinalizada pelo próprio Governo Federal, com a edição do Decreto 1775/96. Com isso, torna-se necessária a reconstituição da Assessoria Jurídica do Secretariado Nacional e o fortalecimento da rede de assessores jurídicos do Cimi;
- o Cimi terá que definir a sua forma de intervenção no Congresso Nacional:
 - contratação de um novo assessor parlamentar?
 - realizar lobby no Congresso, com o revezamento da presença de diretores do Cimi e dos próprios índios?
 - contratar entidade de consultoria para monitorar os projetos de lei em andamento no Congresso?

São questões para aprofundamento, com relação à estrutura e funcionamento do Cimi como um todo:

- é mesmo necessária uma estrutura com todas estas formas e instâncias?
- a estrutura do Cimi é flexível, favorece a convivência e a diversidade interna, permite a adaptação a realidades locais e regionais, permite a criação de instâncias que garantem a participação e a co-responsabilidade, a elaboração de propostas e a execução de tarefas;
- a estrutura contribui com a funcionalidade, mas são necessários certos ajustes. Existe esta indefinição sobre quais são as instâncias de decisão. A tomada de decisão se dá a partir de diversas instâncias, mas quase nunca são concluídas;
- a flexibilidade permitida pela estrutura do Cimi não pode dificultar a coerência. Verifica-se que as decisões nem sempre são implementadas e, se são, muitas vezes há problemas, gerando falta de coerência entre teoria e prática, decisão e implementação;
- como verificar se as decisões estão sendo implementadas? Que mecanismos de cobrança temos? Como fazer acontecer a co-responsabilidade de forma efetiva?
- problemas na funcionalidade e as diferenças de entendimento sobre o trabalho levam a um “recomeçar” contínuo. Há necessidade de uma acumulação processual;
- as estruturas dos regionais e do Secretariado estão nos centros urbanos em função dos recursos técnicos e das relações políticas. Sobra pouco tempo para apoiar os missionários em suas áreas;
- nestes 25 anos abriu-se muito o leque de ação. Talvez tenhamos que reduzir nossa ação e priorizar. O Cimi não pode ser especialista em tudo;
- a estrutura, em seus espaços e instâncias, permite e incentiva a construção da mística, pois leva-se em conta a motivação da fé, política, pessoal etc;

- é necessário se discutir a necessidade de profissionalização dos missionários, particularmente dos leigos que aspiram a fazer curso superior mas numa perspectiva de continuar contribuindo com a entidade e com as comunidades indígenas.

d) Perspectivas

Faz-se necessário refletir sobre a estrutura, funcionamento, dinâmica, comunicação e metodologia de trabalho do Cimi para avançar na qualificação da nossa intervenção, para além da conjuntura imediata, numa perspectiva estratégica, colocando no horizonte político a autonomia dos povos indígenas.

Deve-se confrontar constantemente as práticas e prioridades do Cimi com a realidade indígena atual, especialmente em relação a terra e a economia.

O Cimi deve assessorar na questão da autonomia econômica, pois há uma necessidade de instrumental político e técnico, e também de se investir para uma assessoria na formação política.

O Cimi deve avaliar melhor a existência de setores e de pessoas liberadas para a execução dos trabalhos em seus regionais.

Deve-se valorizar os coordenadores de pastoral e os encontros das equipes; há necessidade de formação de quadros locais nas Dioceses e Prelazias e uma redefinição da estrutura nas sedes.

Deve-se procurar encontros mais regionalizados no sentido de reduzir despesas e devemos procurar formas alternativas para as equipes se manterem financeiramente de acordo com sua realidade.

Para o fortalecimento orgânico do Cimi e para a qualificação da nossa intervenção é necessária maior formação do conjunto dos membros e funcionários da entidade, tanto daqueles que trabalham no Secretariado Nacional e nas sedes regionais como daqueles que trabalham nas equipes de base.

O Cimi tem como perspectiva o fortalecimento do protagonismo indígena. No contexto da avaliação geral, o Secretariado Nacional e os Regionais devem realizar um balanço, uma autocrítica do acompanhamento que se tem dado ao movimento indígena e estabelecer linhas por onde passa o protagonismo dos índios, por onde deveremos fortalecê-lo, tanto nas bases, nas regiões, como em nível nacional.

A construção do movimento indígena continua sendo um grande desafio para os povos indígenas e para o trabalho de apoio do Cimi. Para o Secretariado Nacional, contribuir na articulação deste movimento é um desafio central, estratégico.

O protagonismo indígena é essencial para a construção do movimento indígena em escala local, regional e nacional para a definição de novas tarefas e papéis para o Cimi em todas as suas instâncias.

Ficam como propostas a serem debatidas e encaminhadas:

- envolver cada vez mais as Igrejas particulares e as congregações para assumirem o trabalho com as comunidades indígenas;
- as equipes de área devem buscar recursos financeiros nas suas próprias regiões, desenvolvendo outras formas de parceria e cooperação que não sejam necessariamente a do “trabalho integral remunerado”;
- o Cimi deve estar presente na elaboração, planejamento e execução dos orçamentos nas esferas públicas, intervindo na aplicação e fiscalização das verbas destinadas às comunidades indígenas;
- definir uma instância de decisão do Cimi para implementar uma política de avaliação do desempenho e continuidade do trabalho, levando em conta os critérios de: inserção, formação, resultados do trabalho junto aos povos indígenas em nível regional e nacional;
- é necessário se definir propostas concretas para a qualificação dos missionários em nível nacional;
- é necessário se definir um acompanhamento mais direto e constante dos trabalhos e das pessoas em todos os níveis;

- seria importante a participação de um auditor externo para, em certas situações e momentos, contribuir com os processos de avaliação das diversas instâncias;
- é importante se clarear os critérios, normas e mecanismos nacionais do Cimi: as instâncias de decisão, os critérios de admissão e afastamento, os mecanismos de tomada de decisão, de execução das decisões e de prestação de contas, de avaliação e acompanhamento das equipes e pessoas etc;
- é necessário aprimorar o Regimento Interno do Cimi para estabelecer critérios, normas e mecanismos nacionais.

3.3. Diálogo Inter-Religioso e Inculturação

a) Histórico

Diálogo, descolonização e libertação foram palavras-chaves no contexto histórico pós-Concílio Vaticano II.

Em abril de 1972, a CNBB convocou alguns missionários e bispos para o Terceiro Encontro de Estudos sobre Pastoral Indigenista para criar uma assessoria ligada às bases missionárias.

Em resposta a essas interpelações é criado o Cimi que, em sua primeira Assembléia Geral (1975), traça suas linhas de ação, constituindo, assim, um marco histórico na missão da Igreja junto aos povos indígenas.

A nova postura missionária ganha progressivamente relevo frente à missão proselitista e desenvolvimentista que vigorava há séculos.

A nova prática missionária tem sido um processo de aproximação aos povos indígenas em suas culturas diferentes. Muitos missionários questionaram ou mesmo abandonaram as estruturas de missão vivendo nas aldeias, valorizando as culturas indígenas e descobrindo as “sementes do Verbo”. Desencadeou-se, em todo o pessoal missionário, uma mudança profunda frente à alteridade indígena.

Os documentos das Assembléias Gerais do Cimi reafirmaram a nova prática missionária. O documento final da Assembléia de 1977 diz, em relação à cultura e encarnação: “O respeito efetivo à cultura só existe quando a missão está numa linha de encarnação”.

Pela proposta de encarnação, o Cimi assume e aprofunda, no seu campo específico, a prática libertadora da Igreja latino-americana.

Este processo passou a ser designado como paradigma da inculturação. O termo inculturação se refere não só ao missionário, mas também à mensagem, sendo que a inculturação do Evangelho só pode ser fruto de uma ação missionária encarnada.

A Assembléia de 1977, ao se referir à concepção de encarnação do Evangelho, diz que ela “inclui necessariamente os mitos e a vida religiosa através dos quais cada povo recebe a revelação de Deus”. Constata-se que é uma só a causa dos grupos oprimidos e dos povos indígenas e que por isso, “os missionários se comprometem a promover um maior entrosamento entre as pastorais indigenistas, da terra e operária”.

Surge também uma referência explícita ao ecumenismo e à colaboração fraterna com as missões de outras igrejas.

Em 1986 o Cimi promoveu um Encontro de Pastoral Sacramental onde nasceu o Setor de Pastoral Sacramental junto aos índios. Esse Setor começou a promover cursos e encontros cujo objetivo era sistematizar a prática junto aos diferentes povos indígenas cristianizados e avaliar esta prática em vista de uma atuação missionária cada vez mais inculturada, levando em conta a história e a conjuntura de cada povo.

Na Assembléia de 1989 definiu-se como prioridade Inculturação e Diálogo Inter-religioso. A assembléia de 1991 incumbiu ao Setor “proporcionar aos missionários um instrumental de análise e promover a avaliação da prática missionária”.

Em setembro de 1991, o Setor é reformulado e passa a se constituir em Articulação Nacional do Diálogo Religioso e Inculturação (ANDRI).

A ANDRI realizou, a tarefa confiada pela Assembléia , através de um mutirão de avaliação da prática missionária. Conclusões e perspectivas deste processo estão resumidos no documento “Potyrõ”, apresentado na assembléia de 1993. Em 1995 a articulação redefiniu seus objetivos específicos junto aos Povos Indígenas, ao Cimi e às Igrejas.

Desde 1977 o Cimi convocou e participou de assembléias de pastoral indígenista latino-americanas. Nesta caminhada se enriqueceu com a experiência de outros países e ajudou, com sua experiência de uma pastoral integral, específica e global, a organizar a Pastoral Indigenista .

Mencionamos entre outras as consultas:

- 1º Encontro Panamazônico - Manaus/Brasil - 1977;
- 1º Encontro Panamazônico - Manaus/Brasil - 1980;
- 1º Encontro Ecumênico dos Países do Cone Sul - São Paulo/Brasil - 1980;
- 1ª Consulta Ecumênica sobre Pastoral Indigenista - Brasília/Brasil - 1983;
- 1º Curso para Agentes de Pastoral Indigenista da América Latina - São Paulo/Brasil - 1985;
- 2ª Consulta Ecumênica - Quito/Equador - 1986;
- 2º Curso para Agentes de Pastoral Indigenista - Cayambe/Equador - 1986;
- 3ª Consulta Ecumênica sobre Pastoral Indigenista - 1990;
- 3º Encontro Latino-Americano de Teologia Índia - Cochabamba/Bolívia - 1997.

b) Concepção

Entendemos o Diálogo Inter-religioso como diálogo das culturas, onde a compreensão cósmica e simbólica é o eixo de interpretação de relações do homem e da natureza e onde cada tradição cultural com sua peculiaridade é constitutivo e complementar para o conjunto de uma determinada visão de mundo.

Temos a compreensão da evangelização inculturada que respeita a presença do Deus da Vida na história de cada povo nas suas diversas formas culturais. Trabalhamos as questões de pluralidade cultural e religiosa.

Temos também a compreensão da evangelização mais ampla que não se limita à catequese e sacramentalização, mas que é entendida como ação global onde o testemunho é o eixo principal do processo do diálogo intercultural.

Temos a compreensão de que o diálogo intercultural e religioso é anúncio da “Boa Nova” de Vida e Compromisso que se concretiza no apoio e assessoria à questões como defesa e garantia das terras indígenas, elaboração e implementação de um programa específico de saúde, educação indígena e formas alternativas de auto-sustentação.

Em sua atuação o Cimi parte dos seguintes pressupostos:

As comunidades indígenas têm consciência de seus valores, de sua religião, de suas tradições. A visão de mundo é elaborada por seus sistemas religiosos, numa perspectiva de tradição e história.

Todos os povos construíram o seu eixo-forte religioso, âmago e núcleo de sua vida no contexto de contato com a sociedade não-indígena ao longo do tempo de dependência e colonização.

Cada povo tem sua peculiaridade no modo de reelaborar tanto seu mundo tradicional anterior como o momento histórico atual. Seus valores são constantemente atualizados.

As mudanças culturais trouxeram mudanças religiosas.. Muitos povos indígenas vivem uma coexistência, às vezes harmoniosa, às vezes conflitiva, com outros sistemas culturais e religiosos.

A diversidade religiosa e plurireligiosidade são valores e o direito à diferença religiosa é garantido pela Constituição. Os índios são protagonistas na vivência de sua religiosidade e no processo de inter-religiosidade.

c) Prática

A diversidade cultural dos povos, a diferença da forma e do tempo de contato, determinam as diferentes práticas missionárias identificadas no Cimi.

A valorização das culturas indígenas é uma realidade do Cimi como um todo. Neste sentido, os povos batizados são incentivados a dialogar a partir de suas tradições; há um acompanhamento mais criterioso e específico dos índios cristianizados e um respeito profundo diante de religiões indígenas não-cristianizadas

Há um acompanhamento de padres e religiosos/as e catequistas indígenas, cuja finalidade é motivá-los para serem protagonistas no processo do diálogo entre visões de mundo diferentes e na explicitação de conteúdos de experiências e propostas de suas comunidades.

Os povos indígenas se diferenciam profundamente em situações culturais que exigem diferentes formulações e procedimentos. Em linhas gerais, podem ser articulados em dois grupos:

- os povos que mantêm com muita privacidade os elementos da cultura tradicional e, inclusive, após séculos de resistência, não se dispõem a compartilhá-los com outros.
- os povos que tiveram sua cultura tradicional dilapidada ao longo do tempo. A nostálgica lembrança do passado profundamente marcado por tensões, conflitos e perseguições sistemáticas, torna o diálogo doloroso.

d) Resultados

O Cimi contribuiu para uma nova atuação da igreja missionária: houve diálogo na conquista da terra, nos avanços nas áreas de saúde e educação. O diálogo passou a ser um processo constante e sempre presente em todas as ações.

Valorizou a visão de mundo indígena onde todos os povos construíram e constroem o seu eixo-forte religioso, âmago e núcleo de sua vida no contexto de contato com a sociedade não-indígena ao longo do tempo de dependência e colonização.

O Cimi leva em conta que as mudanças culturais trouxeram também mudanças religiosas; o mundo simbólico incorporou novos significados.

O fato de que a maior parte dos povos indígenas vive um certo paralelismo, onde há a coexistência de vários sistemas culturais e religiosos, sensibilizou o Cimi para a necessidade de compreensão e diálogo.

O diálogo inter-cultural se dá no entendimento da outra cultura, na percepção da alteridade de cada uma. O outro pode ser um povo indígena diferente, a sociedade não-indígena, um sistema, estruturas, modelos, mentalidades, consciências etc.

A partir das preocupações dos índios, foram tomadas iniciativas como Encontros dos religiosos/as indígenas (Regional Norte I), encontros entre missionários (MT), encontros entre líderes espirituais (Norte II), Encontros dos Pajés (RO), entre outros.

O Cimi apoiou iniciativas de encontros ameríndios, como a participação nos Encontros Latino-americanos de Teologia Índia.

Houve também articulação entre líderes espirituais indígenas e líderes de comunidades de base, e a participação nos encontros Inter-eclesiais.

Eis alguns exemplos entre muitos outros: os Kaingang do Xapecozinho retomaram a prática do Kiki, seu culto aos mortos, após várias décadas sem praticá-lo. Essa retomada foi consequência direta do apoio prestado pelo Cimi desde o final da década de 1970. A área indígena Xapecó (SC) é a única onde o povo kaingang ainda pratica este ritual, conduzido por rezadores dali e da área indígena Palmas (PR). Outro importante resultado foi a revitalização da prática tradicional religiosa Guarani. Entre os quatro povos indígenas no município de Oiapoque a religião se tornou o eixo propulsor e a força motora que levou à demarcação de seu território e ao enfrentamento dos problemas relativos à saúde, educação, alternativas econômicas e revalorização de suas culturas. Entre os Xavante houve um trabalho sistemático visando a inculturação da liturgia.

e) Perspectivas

As perspectivas surgem a partir dos desafios que se colocam para a nossa prática.

O diálogo continua sendo um grande desafio. Outros desafios são:

- o “lugar” das religiões indígenas hoje na vivência e organização interna de cada povo e frente às influências externas;
- o entendimento da dimensão da inculturação que perpassa todas as práticas missionárias;
- o entendimento da diversidade entre os missionários e a formulação de propostas comuns;
- a questão da autonomia religiosa.

São perspectivas:

- a dimensão religiosa perpassa todos os aspectos da cultura e precisa ser levada em conta quando se trabalha nos campos da saúde, educação, auto-sustentação. Em consequência é preciso que os missionários cresçam na percepção da importância que a tem religião nestes campos, nas lutas e frente as mudanças atuais;
- a partir da diversidade das práticas missionárias junto aos Povos Indígenas reconhecemos, de um lado, que o trabalho da Igreja missionária cresceu em unidade, mas ao mesmo tempo que existem práticas ainda não articuladas com o Cimi. É importante incentivar o diálogo, a formação teológica e a articulação a nível de Pastoral Indigenista como um todo;
- faz parte do protagonismo dos Povos Indígenas a reflexão e explicitação de sua própria teologia em vista de sua apropriação como força motora de seu projeto de vida no enfrentamento do projeto neoliberal e em vista do diálogo com outras religiões.

Em nível latino-americano deve se intensificar a articulação seja entre índios como também entre missionários em vista de somar forças e consolidar os resultados alcançados.

3.4. Movimento Indígena

a) Histórico

Desde a sua primeira Assembléia Geral em 1975, o Cimi se comprometeu a “procurar, por todos os meios, devolver aos povos indígenas o direito de serem sujeitos (...) capazes de construir sua própria história”.

O movimento indígena se encontrava fragilizado, resumido a resistências isoladas em grupos, comunidades, aldeias ou povos. Vigorava a estratégia da política oficial de isolar para dominar, silenciar para exterminar. Poder-se-ia falar do “movimento silenciado”.

Neste contexto, o surgimento do Cimi significou uma possibilidade de se construir laços de união e solidariedade que trouxesse ânimo e esperança na luta pela sobrevivência e afirmação étnica.

Na medida em que os povos indígenas foram tomando consciência da “condenação” a que estavam submetidos, foram se insurgindo contra essa política. Os contatos, visitas e Assembléias tornaram-se canais de criação e construção de solidariedade inter-étnica, de discussão de estratégias de luta pela recuperação das terras, de reforço da autoestima e da dignidade dos povos indígenas.

O Cimi tem apoiado e estimulado esse processo de tomada de consciência, de articulação de lutas e de organização dos povos indígenas a partir da década de 70. Um movimento indígena dinâmico, plural em suas ações, mas que buscou construir uma união cada vez maior e mais forte entre os diferentes povos, foi se afirmando no cenário nacional.

Nestes 25 anos o Cimi acreditou no movimento indígena, nas suas variadas formas de luta, de articulação e organização. Apoiou as iniciativas e protagonismo dos povos indígenas que os ajudaram na difícil conquista de espaços de autonomia. Isso significou destinar recursos financeiros e humanos para essa finalidade bem como promover momentos de reflexão e avaliação específica da atuação nesta perspectiva. Vale destacar iniciativas em nível nacional, como o estudo sobre movimento indígena, realizado em São Luiz, em 1988, com a presença de representantes de todos os regionais do Cimi e com assessores e especialistas de várias áreas. Em consequência, começaram a se realizar encontros sobre o movimento indígena em alguns regionais. Em nível da Amazônia, realizaram-se, a partir de então, uma série de encontros de estudo entre representantes de organizações indígenas e missionários do Cimi. Além disso criou-se comissões específicas para estudo e aprofundamento desta questão, tanto na diretoria quanto no secretariado nacional.

O trabalho com o movimento indígena, seja através da presença solidária, do estímulo continuado, da informação e formação, da assessoria ou parceria, tem resultado num acúmulo de reflexão e prática, de confiança e diálogo com o movimento e a organização indígena, fundamental para projetar as estratégias de atuação do Cimi no futuro.

b) Concepção

O Cimi tem desenvolvido um trabalho sistemático junto ao movimento e organizações indígenas na perspectiva da autonomia, compreendida como todo o processo em que os povos indígenas, como protagonistas e sujeitos de sua história e projetos de vida, vão afirmando seu autogoverno a partir de seus territórios, na relação com os outros povos indígenas e a sociedade não-indígena.

A autonomia implica na constante superação da dependência e da dominação política, econômica e cultural. Portanto está relacionada com ao conjunto da vida dos povos indígenas como um todo. É o controle dos mecanismos constitutivos de seu projeto de “bem viver” com aspectos de fora e de dentro. Para fora esta autonomia é o controle das relações de interdependências, de interações e interações. Para dentro é o manejo de seu mundo simbólico. Nos dois aspectos a autonomia é um processo social e não individual.

A autonomia deve ser entendida como a capacidade dos povos indígenas de construção de um projeto político próprio, que só será possível com o seu protagonismo. Não há necessidade de um modelo de autonomia.

Ao explicitar nossa concepção de autonomia (que nos primeiros anos do Cimi era mais definida como autodeterminação) não temos a pretensão de estabelecer parâmetros definitivos para a questão, nem definir abstratamente ou fetichizar o conceito. Para o Cimi, em seus 25 anos de atuação, o apoio à autonomia dos povos indígenas teve três elementos básicos:

- primeiro, a garantia da terra/território indígena, como base para qualquer perspectiva de autonomia e autodeterminação;
- um segundo eixo é o entendimento de que esse processo estaria necessariamente relacionado com a perspectiva da sociedade mais ampla, cuja transformação seria necessária, para que essa autonomia fosse reconhecida e aceita;
- e o terceiro eixo, expresso já na Declaração de Barbados (encontro de antropólogos de todo o continente americano - 1970): “Ou a libertação dos índios é feita por eles mesmos, ou não é libertação”. Aqui, se ressalta o protagonismo dos povos indígenas em suas lutas e processos organizativos e de articulação.

Organização indígena é um convívio interétnico em vista da construção de um projeto político, com poderes de decisão dentro de um conjunto de interdependências. Autonomia e solidariedade caminham juntas.

c) Prática

“Romper o silêncio e as ilhas ou confinamentos”, impostos pela secular política do Estado e das missões, foi uma das principais estratégias do Cimi, desde seu início. Através das viagens, visitas, encontros, contatos e Assembléias entre os próprios índios, foram sendo feitos os caminhos do movimento e organização indígena na história recente do nosso país.

A multiplicidade de povos e culturas gera respostas igualmente plurais, a partir de suas raízes e das relações historicamente construídas, com a sociedade majoritária e com os demais povos. Porém, a política de dominação e negação dos direitos indígenas, impostos pelo Estado e pelo poder dominante, foram gerando estratégias de luta e enfrentamento baseados em outros referenciais de organização e busca de articulações mais amplas.

É nesse contexto que o Cimi tem contribuído com os povos indígenas, estimulando as respostas sejam elas tradicionais ou inovadoras, a partir da realidade de enfrentamento. Exemplo são as Assembléias Indígenas que tiveram o impulso inicial do Cimi e foram sendo apropriadas pelo movimento indígena, vindo a constituir-se num dos instrumentos de luta fundamentais, até hoje.

Porém, o Cimi foi também percebendo as limitações dessas assembléias, pois havia uma grande rotatividade e cada qual voltava para sua aldeia e não haveria uma continuidade nas discussões. Foram surgindo também outras formas de organização, por etnia ou por situação afim. As assembléias foram espaços fundamentalmente formativos, de fortalecimento das identidades étnicas, de descoberta de seus problemas e suas causas.

O processo de **luta pela terra** foi determinante para que as comunidades indígenas passassem a conhecer os seus direitos e se organizassem enquanto povos.

Sempre esteve muito presente, em toda a ação do Cimi, a necessidade de intervenções diferenciadas, onde a própria noção de tempo é outro bem como as outras expectativas de resultados.

É importante destacar alguns aspectos que tem norteado a atuação do Cimi junto ao movimento indígena, a partir das equipes em área, dos trabalhos volantes, das sedes regionais e do Secretariado Nacional:

- ouvir e entender as necessidades de cada povo, suas formas de organização política e social e suas maneiras próprias de agir e reagir internamente e no contato com a sociedade brasileira;
- informar e esclarecer a respeito da organização e estrutura da nossa sociedade possibilitando-lhes um melhor discernimento e decisão sobre as ações a serem tomadas;
- valorizar e apoiar as formas próprias de luta e organização de cada povo e a busca de novas formas de articulação e organização política no enfrentamento a partir do contato com a sociedade majoritária;
- participar, sempre que solicitado, dos espaços de debate e avaliação dos processos de luta, articulação e organização visando uma melhoria no apoio e assessoria crítica e solidária.;
- ajudar os povos e organizações indígenas na fundamentação legal das lutas pelos seus direitos, na recuperação e reconstrução de suas culturas e identidades, indispensável para avanços na conquista de seu espaço no presente e futuro do país.
- acompanhar e apoiar os povos e organizações, quando necessário, em todas as instâncias de luta, desde a aldeia até as mais altas instâncias de decisão política do país.

Os povos indígenas se confrontam, nesse novo cenário, com algumas questões que não estavam no horizonte de suas preocupações como: estratégias de defender seus conhecimentos e a biodiversidade existente em suas terras; como desenvolver atividades econômicas que, por um lado lhes garantam uma melhor qualidade de vida (alternativas econômicas) e por outro lado não reproduzam os impactos destrutivos de programas de desenvolvimento, de caráter exploratório e concentrador. Esse é um dos grandes desafios dos povos indígenas nos próximos últimos anos deste milênio.

Essa realidade levou o movimento indígena a ampliar e fortalecer suas organizações em todos os níveis, o leque de contatos e alianças, principalmente com entidades ambientalistas (Aliança para o Clima) e ONGs da Amazônia (Grupo de Trabalho Amazônico - GTA) e participar de projetos demonstrativos (Projetos Demonstrativos da Amazônia - PDA). Porém a primeira e mais importante preocupação continuou sendo a demarcação e garantia das terras. Por isso, foram tomadas várias iniciativas no sentido de pressionar e exigir do Estado o cumprimento da Constituição. Dentre elas, podemos destacar a “Campanha pela Demarcação das Terras Indígenas”, desenvolvida durante os anos de 1992 e 1993.

O que antes era defendido pelo Cimi e outros parceiros, hoje é assumido pelas organizações que acompanham as questões relativas à saúde, auto-sustentação, educação; reivindicam direitos que lhes são negados e apresentam propostas. Com isso essas organizações têm se fortalecido e o Cimi tem apoiado politicamente suas ações. É visível a auto-valorização dos povos indígenas que, se antes não se identificavam como povos, por conta de tanta discriminação sofrida, procuram hoje dar rumos à política indigenista oficial.

Dentre as muitas demandas que o movimento indígena coloca estão o reconhecimento da pluriétnicidade do país; o reconhecimento e cumprimento dos direitos constitucionais (e sua regulamentação - Estatuto dos Povos Indígenas) e internacionais, como a Convenção 109 da OIT, que ainda não foi ratificada pelo Brasil; a questão ambiental, a biodiversidade e os recursos naturais existentes nos territórios indígenas; oficialização das línguas indígenas.

Num processo de constante reflexão, estudo e autocrítica, temos que buscar melhorar ou rever nossa metodologia, conhecer melhor os mecanismos internos de cada povo, melhorar nossa assessoria, sermos criativos.

d) Resultados

Nas diferentes regiões do país, o Cimi tem se colocado ao lado dos povos indígenas seja como companheiro, como aliado, como assessor, sempre comprometido com essa causa.

O Cimi é a única entidade indigenista com atuação em todo o país e que tem acreditado e apoiado o movimento e organização indígena nestes últimos 25 anos. Neste sentido conseguiu ser um dos aliados permanentes desses povos na busca de sua autonomia.

Isso deu-lhe credibilidade junto ao movimento indígena em nível do país e em nível internacional. Prova disso foram os freqüentes convites para participar de encontros, assembléias e seminários, promovidos por povos e organizações, em diversos países do continente.

Na Amazônia, são mais de uma centena de povos que estão construindo seus espaços de luta e representação política, com formas variadas de organização, por povos, rios, regiões, áreas culturais, por atividades (professores, agentes de saúde, estudantes), por gênero (mulheres), constituindo um amplo painel de mais de 70 organizações indígenas.

Coerentes com seus princípios, os missionários do Cimi sempre estiveram apoiando e estimulando todas as formas de luta e organização desses povos, desde as aldeias até as instâncias mais amplas, regionais (COIAB-Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), nacionais (UNI-União da Nações Indígenas, CAPOIB-Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil) e internacionais (COICA-Coordinadora de las Organizaciones Indigenas de la Cuenca Amazônica, CMPI-Conselho Mundial dos Povos Indígenas).

No Nordeste e Leste surgiu, a partir da Uni regional, um processo organizativo cada vez mais amplo, consolidado na APOINME (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo).

No Sul, após as articulações e lutas marcantes da década de 70, se implantou a ONI-Sul, que não chegou a ter um poder articulador de fato daqueles povos. Após avaliações e estudos, os povos indígenas da região retomaram seu processo de articulação, constituindo a APOIS (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Sul).

Foram criados movimentos, articulações e organizações expressivas por povos, como a Nêmoaty Guassu Guarani e de povos de um mesmo tronco linguístico como a ANTAPAMA, que articula os povos indígenas Tupi presentes em vários estados brasileiros.

Da mesma forma, poderíamos destacar diversas articulações e organizações indígenas que têm surgido e estão se consolidando nas diversas regiões do país. Mesmo em Estados onde não existe uma organização indígena formal que articule os diversos povos, como é o caso do Mato Grosso, não significa dizer que não existam intenções ou iniciativas em curso com esse objetivo.

Apesar dos resultados e avanços já conseguidos pelo movimento indígena, nos diversos aspectos: demarcação e garantia de seus territórios, participação e visibilidade política, presença em espaços de definição de políticas públicas que lhes dizem respeito, na construção de alianças com setores da sociedade, principalmente com o movimento popular e sobremaneira na luta pelos direitos básicos consolidados na Constituição, mas ainda não “no chão”, continuam existindo inúmeras dúvidas e desafios.

Dentre eles podemos destacar:

- reprodução de modelos não indígenas de organização;

- criação de novas lideranças, que produzem interferência na estrutura social e política de cada povo;
- problema de representatividade;
- dificuldade de retorno, socialização e participação dos dirigentes com as bases;
- novas realidades geram, muitas vezes, desestruturação das pessoas que ocupam cargos, principalmente nas longas permanências fora de suas aldeias e comunidades;
- pouca capacitação de quadros;
- alta rotatividade das lideranças;
- dificuldade de lidar com a perspectiva intercultural, quando uma organização envolve vários povos;
- tendência a uma certa burocratização, em detrimento de uma maior presença e dinâmica junto às áreas;
- quase total dependência de recursos externos para manutenção das estruturas e atividades, nas organizações regionais (enquanto o discurso é de busca de autonomia).

Em razão disso ficam muitas perguntas:

- como articular as diferentes instâncias e formas de participação e decisão, desde a aldeia até as organizações mais amplas? Um grande desafio para o Cimi é possibilitar a capacitação das lideranças - respeitando sua cultura - de forma que possam melhor construir respostas aos problemas que enfrentam.

Em reflexões realizadas com organizações indígenas, foram levantados alguns questionamentos com relação aos rumos do movimento indígena:

- será válido continuar investindo tantos esforços numa forma organizativa - como a COIAB - que não consegue efetivamente articular os povos e organizações da região amazônica ?
- será que se deve continuar ou manter um processo de estruturação cada vez maior, que depende totalmente de recursos externos, sendo estes recursos cada vez mais difíceis?
- se a organização não é assumida e mantida com o esforço e colaboração das organizações indígenas regionais membros, será que ela se justifica?

Uma análise dos principais problemas e desafios, feita pela COIAB destacando as condições de trabalho e responsabilidade da coordenação, a questão da representatividade e o contexto tradicional versus movimento indígena estruturado, apresentou os seguintes desafios:

- a distância e um certo descompromisso das organizações membro com as decisões que vão sendo tomadas pela coordenação;
- a representatividade de famílias, comunidades, povos, da maneira como é feito na nossa sociedade, como algo estranho e novo ao movimento indígena - nas aldeias, ocorrem formas de representação que garantem uma participação mais expressiva e direta. Neste novo modelo, transfere-se responsabilidades e instâncias de poder, para distante do povo e da aldeia. Isso pode ser uma forma eficaz na luta política pelos direitos, porém igualmente gera problemas pelo fato mesmo de ser uma estrutura distante da realidade e do modo de vida das aldeias. Um exemplo disso ocorreu por ocasião da criação da FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) em 1987, como uma proposta do projeto Calha Norte e das mineradoras, que viam nesse mecanismo uma forma mais fácil e ágil de fazer negociações e conseguir os objetivos que perseguiram. Felizmente, os índios reverteram este processo colocando a organização a serviço de seus interesses.

Com relação às lideranças eleitas, ressalta-se o dilema de que estas passem a empenhar-se nos trabalhos políticos, técnicos, administrativos, mas sem deixar os valores culturais próprios, a dinâmica das relações humanas e solidárias das aldeias. Como se “reoxigenar, manter a clareza de espírito necessária para que os trabalhos desenvolvidos correspondam de fato aos anseios indígenas?” Apesar dos esforços de algumas organizações de envolver o povo das aldeias e as lideranças tradicionais nessas novas instâncias organizativas, o que prevalece é uma certa indiferença ou desinteresse, por estar distante do seu referencial e do contexto da aldeia. Existe uma

certa proporcionalidade entre maior estruturação e crescente distanciamento das aldeias: “a linguagem se torna diferente, os códigos são outros, os desafios mudam de esfera e a comunicação se torna mais difícil” (COIAB).

Nos cenários novos, além da conquista da terra, outros problemas se colocaram para as populações indígenas e seus aliados, dentro do desafio de fortalecimento comunitário e étnico.

Entre eles, uma educação escolar adequada ao universo cultural indígena; a organização de programas de saúde que considerem a medicina tradicional; e uma proposta de desenvolvimento que compatibilize preservação ambiental e atividades produtivas.

Dentre os novos desafios que a realidade nos impõe, o crescente movimento migratório de índios para as cidades, onde a maioria vive mendigando e exposta às mais diversas formas de violência, requer uma ação que evite que este quadro se perpetue.

O recrutamento de mão de obra e controle das áreas indígenas, aliado à crescente presença de seitas fundamentalistas que impõem um comportamento que desrespeita a cultura do povo, são outros problemas que o Movimento Indígena vem enfrentando.

Tentamos retratar o esforço, teórico e prático, de inserir a nossa ação na dimensão da autonomia. Para os povos indígenas, esse continua sendo um dos maiores desafios, difícil até de, muitas vezes, delimitar e entender. Talvez fosse mais correto, em certos contextos, falar em “emancipação dos intermediários” sejam eles Cimi, Funai e outros, ou até de determinadas “organizações representativas”, quando criam vida própria e se burocratizam em função de uma auto-perpetuação.

O grande desafio é conseguir fazer emergir a riqueza e energia que existe na realidade simples das aldeias, para as novas instâncias e modelos de luta política, nas organizações indígenas.

Passos significativos já foram dados em direção a uma relação mais madura e igualitária entre as organizações indígenas e seus aliados. Um clima de maior confiança vai sendo construído, na medida em que se consegue avançar política e humanamente na construção da autonomia e de um novo projeto político pluricultural e multiétnico.

Algumas macro-articulações, como o I Seminário Internacional de Povos Indígenas do Brasil, Venezuela e Guiana, realizado em Boa Vista no final de agosto de 1997, mostram a importância da busca conjunta dos problemas que afetam os povos indígenas nas regiões fronteiriças.

e) Perspectivas

O Cimi, tendo consciência de que seu papel é subsidiário com relação aos povos indígenas mas, ao mesmo tempo, de protagonista com relação às mudanças estruturais que devem ser feitas em nível amplo, entende que é preciso investir definitivamente na formação e capacitação de lideranças e de setores dinâmicos das sociedades indígenas, para que, através de uma metodologia própria, adquiram condições concretas de se apropriarem de informações, técnicas, análises, instrumentais concretos que lhes garantam não só competência mas poder de decisão. Entendemos que sem um real “poder de fogo” em termos políticos e de prestígio moral, a competência e a capacitação por si só não garantem a autonomia em sentido lato, por parte dos povos indígenas.

Criar, em suma, espaços em que as comunidades indígenas venham a ter, se não o poder de decisão última, pelo menos as chances de serem consultadas.

O Cimi deve resgatar as experiências já em execução, buscando abstrair dessas as exitosas, de forma a sistematizá-las e formulá-las para serem referências metodológicas neste campo.

Retomar os encontros pan-amazônicos de agentes de pastoral indigenista e iniciativas semelhantes em outras regiões, bem como ampliar os intercâmbios que ajudem a entender e traçar estratégias comuns com relação ao movimento indígena.

Buscar uma sempre maior articulação e sintonia entre as necessidades reais das comunidades e o que é encaminhado pelas organizações.

No apoio ao protagonismo dos povos indígenas, em vista de sua autonomia, o Cimi deverá dar continuidade, de forma sistemática, fortalecendo e qualificando, as propostas abaixo:

- em primeiro lugar deverá investir na formação qualitativa de seus quadros;
- proporcionar mais encontros nas comunidades para estudos referentes a temas definidos por elas;
- proporcionar momentos de intercâmbio entre povos e com as organizações;
- oferecer momentos para análise de conjuntura, sempre partindo da leitura que fazem dos acontecimentos (desde o local até o mundial), potencializando a capacidade propositiva do movimento indígena;
- contribuir na articulação das organizações com as comunidades indígenas, para que juntas possam buscar novos rumos para a consolidação das organizações;
- possibilitar mais interação entre as forças afins (organizações indígenas, movimentos sociais, entidades, partidos políticos, Igrejas etc).

Isso tudo requer de todos os membros do Cimi clareza do papel de subsidiaridade, exigindo constante avaliação com relação ao apoio e assessoria, visando o protagonismo dos índios na luta pelos seus direitos, pela consolidação de seu auto-governo e autonomia.

Ficam como questões para debate:

O movimento e organizações indígenas, enquanto luta e permanente busca da autonomia, foi um dos temas mais debatidos e aprofundados no seminário. A preocupação foi chegar a uma clareza sempre maior sobre os pontos convergentes no entendimento da autonomia, e de nossa prática nesta perspectiva.

Apesar de termos conseguido fazer uma maior aproximação sobre o entendimento e prática que temos com relação ao movimento, organizações e autonomia indígena, muitas questões continuam desafiando nossa ação junto a esses povos:

- A autonomia, é mais uma projeção (sonho) nosso do que propostas concretas emergidas das realidades e das demandas dos povos indígenas?
- As organizações são autônias indígenas de cara não indígenas, mas apropriadas como instrumentos de luta?
- Para o Cimi o as organizações indígenas são vistas como instrumentos para a conquista e garantia dos direitos e autonomia indígenas. Porém será que nossa metodologia de atuação nesse campo está sendo a mais apropriada? Como seria possível otimizar e qualificar melhor nossas ações com relação ao movimento e organizações indígenas?
- Uma vez que defendemos a questão do território como elemento básico para a autonomia, como será a autonomia para os “índios urbanos” que também constroem seu projeto de “bem viver” e seus “varadouros simbólicos no asfalto da realidade urbana?
- É possível pensar na autonomia dos povos indígenas sem pensar em construir uma autonomia mais plena para a nação brasileira? Uma é possível sem a outra?

3.5. Formação dos Missionários

a) Histórico

O Cimi nasce em contraposição a uma prática missionária prioritariamente voltada para a catequese e civilização dos índios. Para mudar era preciso dotar os missionários de instrumentais antropológicos, teológicos e político-metodológicos para conhecerem os povos indígenas e de análise da realidade extremamente violenta em que viviam esses povos. É por isso que a formação dos missionários consta inclusive como um dos objetivos estatutários do Cimi.

A formação vem intimamente associada as linhas de ação prioritárias do Cimi voltadas aos povos indígenas expressas na I Assembléia Geral: autodeterminação, terra, cultural/encarnação, conscientização e pastoral global. Os missionários do Cimi descobriram que era necessário, diante da dominação histórica sofrida pelos povos indígenas, do seu extermínio sistemático, da invasão e usurpação de suas terras promovida por grandes projetos governamentais e privados, da perspectiva integracionista da política indigenista oficial, do permanente estado de violência praticado contra eles e da imposição religiosa, colocar-se decididamente ao lado e em defesa dos direitos históricos desses povos.

Aparece, por isso como pressuposto da formação no Cimi o compromisso de cada missionário com a transformação social, como primeiro passo ao mesmo tempo em que é ressaltada a importância de uma formação específica básica e permanente capaz de dar consistência ao trabalho de apoio e assessoria aos povos indígenas. Busca-se através da formação dos missionários tornar mais concreta a solidariedade para com esses povos. Essa solidariedade se expressa prioritariamente no papel do missionário de base, aquele que vive junto ao povo, que o respeita e caminha com ele.

Fazem parte da política de formação do Cimi, de acordo com a Assembléia Geral de 1989, a descoberta de novos missionários, os critérios de admissão, o estágio acompanhado, o Curso de Iniciantes e a formação permanente dos agentes em área. A formação pretende ser integral contemplando a dimensão religiosa, antropológica, política, metodológica, o aprendizado da língua etc.

Responder às necessidades indígenas e apoiá-los no processo de construção de sua autonomia, exigiu do Cimi o desenvolvimento de formas, estratégias e mecanismos dentro de um contexto sócio-político e cultural extremamente desfavorável aos povos indígenas.

A formação, inicialmente muito voltada para preparar o missionário(a) para a convivência solidária e respeitosa com os povos indígenas, foi se aprimorando para tentar responder às expectativas do movimento indígena, que exigia maior qualificação.

b) Concepção

O Cimi fundamenta os seus processos formativos a partir da Concepção Metodológica Dialética, pois ela permite a articulação permanente, entre a teoria e a prática; entre o conhecimento historicamente acumulado e a prática social contextualizada. Permite também a compreensão da formação enquanto processo integral e dinâmico, onde se articulam todas as dimensões do ser humano e, o que é mais importante, levando os agentes a se apropriarem do instrumental metodológico adequado às suas necessidades, rompendo com a visão de recebedores de conteúdo, tornando-os sujeitos da sua própria ação.

A formação é compreendida como um processo construído coletivamente que faz parte de toda a atividade desenvolvida pelo conjunto de missionários e pela assessoria. Portanto, todos os momentos são considerados importantes e formativos, desde as reuniões ordinárias de avaliação, estudo e planejamento, até a participação nos encontros de formação em nível nacional.

Destacam-se como princípios norteadores da ação:

- a opção e o compromisso com a causa indígena dentro de um contexto mais amplo de construção de um projeto popular, pluriétnico e pluricultural;
- o respeito à diversidade cultural e a valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas;
- diálogo em pé de igualdade;
- construção coletiva dos conhecimentos, das experiências e de todos os processos no Cimi;
- Autonomia dos povos indígenas.

c) Prática

Formação Básica

O Cimi sempre deu muita importância para a preparação inicial do missionário(a) disposto(a) a trabalhar com os povos indígenas. Na década de 70 e no início da década de 80, a Opan (Operação Anchieta, hoje Operação Nativa), então uma organização de leigos, assumia a tarefa da formação dos quadros indigenistas. Simultaneamente o Cimi organiza o “Curso para Iniciantes”. No final dos anos 80, a formação inicial passa a ser tratada como formação básica contemplando a seleção dos candidatos(as), a Formação Básica I, desenvolvida em cada regional através de cursos, estudos dirigidos etc, o estágio prático em área indígena durante pelo menos 04 meses e o Curso de Formação Básica II em nível nacional. No processo de seleção o Cimi procura conhecer os candidatos, se dar a conhecer e possibilitar que os mesmos entrem em contato com a

realidade indígena. Nesse processo é avaliado o compromisso do candidato com a causa indígena, sua capacidade de viver em equipe e sua afinidade com a proposta do Cimi. A avaliação após o estágio prático define o seu engajamento no trabalho.

Essa política foi sendo construída pela ANF (Articulação Nacional de Formadores) com a assessoria do CEPIS. Foram discutidos desde os critérios de seleção dos candidatos até os conteúdos da formação básica. A partir de 1997 passou a fazer parte da Formação Básica I um curso em nível nacional. Fazem portanto parte atualmente da formação básica dois cursos em nível nacional.

Formação permanente

Formação permanente é considerada aquela que se dá após a formação básica e é motivada a partir dos desafios do trabalho. Ela busca qualificar permanentemente os missionários para responder as demandas da prática. Engloba desde reuniões, encontros até cursos (até acadêmicos) mais prolongados.

A formação permanente no Cimi é prioritariamente desenvolvida pelos Regionais. Em nível nacional ela se dá principalmente através das articulações: ANE, ANF, ANAS, ANDRI e ANS.

A partir da década de 90 o Cimi, diante da constatação da dificuldade dos missionários em registrar as suas experiências, de planejá-las e avaliá-las, faz um grande esforço no sentido de sistematizar as diversas experiências das equipes e dos Regionais. A partir desse processo foi sendo desenvolvido um instrumental metodológico apropriado à realidade. A formação passa a ser considerada como um processo coletivo de apropriação do conhecimento construído a partir da realidade dos povos indígenas.

Diante da exigência de capacitar melhor os missionários, o Cimi recorre a assessoria do CEPIS (Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae). Essa exigência se dá em função do avanço do processo organizativo dos povos indígenas que requer dos missionários uma intervenção cada vez mais qualificada.

Para organizar a formação alguns Regionais criam setores com essa finalidade.

Nos Regionais a formação permanente se dá através de:

- encontros e cursos específicos sobre educação, saúde, legislação indigenista, retomadas, metodologia, antropologia, linguística, ecologia;
- presença nas áreas indígenas buscando conhecer melhor a realidade;
- análises de conjuntura;
- elaboração de relatórios;
- reuniões sistemáticas de avaliação e planejamento;
- utilização dos materiais do Cimi: informativo semanal e pacote do Secretariado Nacional, informativos regionais, Porantim e Mensageiro, fitas cassete e vídeos;
- assembleias regionais;
- elaboração de Programas Gerais de Trabalho (regional Nordeste) sob forma de mutirão educativo, discutindo e resgatando as experiências em conjunto;
- participação em atividades formativas de outras entidades e instituições;
- “Escuela de Antropologia Aplicada”, um curso superior à distância da Universidade Politécnica Salesiana de Quito (Equador) que se realiza nos regionais Maranhão, Norte I e Sul e conta com a participação de numerosos missionários;
- estudos sobre a realidade e cultura dos povos indígenas;
- reuniões e encontros entre os agentes que trabalham com o mesmo povo a exemplo dos que trabalham com guarani nos regionais Sul, MS e Leste;
- encontros de agentes que trabalham com índios de pouco contato;
- estudos para aprofundamento de temas específicos (economia; território; religião; etc);
- programa de atualização de missionários.

d) Resultados

Os critérios de seleção dos candidatos são levados em conta principalmente em relação aos leigos. Os religiosos normalmente tem seus próprios esquemas.

Foi importante o aprimoramento dos conteúdos da formação básica desenvolvidos pela ANF a partir dos regionais. Um passo importante também foi a realização, em nível nacional, do Curso de Formação Básica I.

Percebe-se um aumento no número de religiosos que participam dos cursos de formação básica. Isso, no entanto, nem sempre tem contribuído muito na superação das históricas dificuldades que o Cimi tem encontrado na articulação com determinadas Missões Religiosas.

Envolvimento de algumas dioceses ou prelazias no processo de formação contribuindo por vezes, inclusive, com recursos financeiros (regional Norte II)

Nos regionais de Rondônia, Amazônia Ocidental e Norte I o crescente interesse dos jovens da região pelo trabalho junto aos povos indígenas é outro resultado positivo.

Como produto dos programas de atualização temos a sistematização das informações recolhidas pela equipe no trabalho junto aos diversos grupos indígenas com os quais atuamos, e estudos sobre diversos aspectos da nossa intervenção, como: auto sustentação, direito indígena, saúde, educação dentre outros.

Como formação visa qualificar a ação dos missionários, os resultados aparecem nas diversas dimensões do trabalho que o Cimi desenvolve.

As dificuldades financeiras das equipes de manter ou mesmo de ampliar a área de abrangência dos trabalhos apontam para uma tendência de diminuição dos missionários, sobretudo os leigos.

Apesar da importância dada ao aprendizado da língua são poucos os missionários que aprenderam a língua do povo com o qual trabalham, a exemplo do Cimi Sul, que realizou inúmeros cursos e estudos, mas nenhum missionário aprendeu uma língua indígena.

Existem dificuldades no acompanhamento dos estagiários e das equipes.

e) Perspectivas

A atuação de forma qualificada em áreas específicas requer definição política do Cimi quanto ao procedimento: contratação de profissionais, busca de consultorias, capacitação dos parceiros nos aspectos indigenistas, qualificação dos missionários. A capacitação dos missionários é uma necessidade de toda entidade, não só para favorecer a intervenção nas políticas públicas, mas para enfrentar a ofensiva neoliberal nas várias áreas de atuação da entidade.

A formação para os índios deveria ser o eixo da formação para os missionários, pois a maior característica do nosso trabalho deve ser a de educadores populares. No desenvolvimento dessa relação com o movimento indígena (comunidades, organizações e articulações), não podemos perder de vista o papel de subsidiaridade, nem devemos esquecer que a nossa presença deve ter a marca da temporalidade.

Em termos da formação básica, o desafio que se coloca é a ampliação de sua abrangência, visando atingir o universo dos religiosos, garantir os cursos de Formação Básica I e II em nível nacional e aprimorar o acompanhamento aos estagiários.

A formação permanente deve responder a realidade cada vez mais complexa enfrentada pelos povos indígenas. É necessário trabalhar no sentido de capacitar os missionários para que possam apoiar e assessorar os índios a encontrar respostas concretas para seus desafios, articuladas com a perspectiva maior da autonomia.

Coloca-se também como desafio da formação, responder as novas demandas colocadas pelas organizações indígenas, após terem passado por um processo de estruturação e fortalecimento, na formação dos seus quadros, fortalecimento institucional e no repasse de informações.

Existe a necessidade de se construir uma unidade metodológica que possibilite a integração das ações do Cimi de forma planejada sem, contudo, perder as características próprias de cada região que são os elementos propulsores da riqueza na sua prática, possibilitando assim a criatividade própria das organizações que atuam no meio popular. Uma unidade metodológica que também não compartimentalize as áreas de atuação do Cimi (auto-sustentação, saúde, educação, terra) em coerência com o princípio de que a vida refere-se a um sistema complexo de inter-relações entre todas as esferas da existência.

Ficam como questões para debate:

- Acompanhamento das equipes e do trabalho em área. Existem muitos questionamentos quanto ao isolamento em se encontram as pessoas que trabalham de forma mais localizada e direta nas comunidades indígenas. Falta de solidariedade, ausência da Coordenação Regional, equipes independentes (cada um faz o que quer), problemas internos, dificuldades em avaliar o trabalho, cansaço. Embora essas questões remetam também a um problema de estrutura e funcionamento, o que poderia ser feito em termos da formação dos missionários para ajudar a enfrentar ou prevenir essas situações? Como podemos reforçar o trabalho nas bases?
- Como construir uma unidade metodológica que possibilite a integração das ações do Cimi de forma planejada, e que seja coerente com o sistema de inter-relações em todas as esferas da vida dos povos indígenas, não compartimentalizando as áreas de atuação (auto-sustentação, saúde, educação, terra) e sem perder as características próprias de cada região que são os elementos propulsores da riqueza na sua prática, possibilitando assim a criatividade própria das organizações que atuam no meio popular? Essa questão se coloca a partir da constatação da pluralidade que existe no Cimi em termos de experiências, situações regionais, de pertença ao Cimi e também de concepções. E por outro lado, a partir da tendência que temos de separar as coisas ao contrário da vida dos índios.
- Seria conveniente o Cimi constituir um acompanhamento externo, que poderia se dar na forma de um avaliador, supervisor, ou de outro jeito, para opinar de forma sistemática sobre a coerência entre a teoria e a prática, e a respeito da implementação das decisões? Ou seria o caso do Cimi constituir uma instância específica para implementar uma política de avaliação do desempenho e continuidade do trabalho, levando em conta os critérios de: inserção, gastos com a formação (custo - benefício) e os resultados do trabalho junto aos povos indígenas em nível regional e nacional? Ou é uma questão de aprimoramento das instâncias existentes de tomada de decisões e de avaliação permanente?
- Como enfrentar a questão relacionada a expectativa, principalmente dos leigos, que depois de vários anos de trabalho sentem a necessidade de fazerem um curso regular (normalmente de ensino superior)? Há possibilidade de compatibilização com o trabalho?

3.6. Formação dos Índios

a) Histórico

Dada a natureza formativa do Cimi, sua ação de formação se dá em todas as dimensões do trabalho junto aos povos indígenas: no apoio ao movimento e às organizações indígenas, no apoio à defesa da terra, na construção de alianças, no diálogo inter-cultural e inter-religioso, na saúde, educação, auto-sustentação. Por isso, com o título de formação dos índios, destacamos apenas alguns aspectos do trabalho de formação

Para trabalhar a formação dos índios, partia-se do princípio de que eles teriam que entender o funcionamento da sociedade, analisar criticamente os acontecimentos e fazer acontecer seu protagonismo. É o que a I Assembléia Geral do Cimi chamou de conscientização.

Por isso, era preciso que os índios entendessem os mecanismos da sociedade envolvente, conhecessem seus direitos e lutassem pela garantia de viverem como povos diferenciados. Essas metas nortearam toda a atuação do Cimi, visando sempre a valorização da cultura indígena.

Inicialmente deu-se muita ênfase no trabalho direto junto às comunidades indígenas, através da convivência e as Assembléias Indígenas por povo ou inter-povos incentivadas pelo Cimi funcionaram como importantes instrumentos de formação.

As comunidades indígenas que viviam sufocadas pela opressão se manifestaram assumindo sua identidade étnica e tornaram-se combativas na busca de soluções para os seus problemas.

Estimula-se através da formação o processo organizativo dos povos indígenas como um caminho para a autonomia.

O Cimi assume um papel subsidiário de apoio, assessoria, repasse de informações.

O trabalho é de natureza solidária. Busca na sua relação inicial com os povos indígenas entender e compreender suas culturas construindo relações de amizade e estima mútua.

A partir do fortalecimento do processo organizativo dos povos indígenas, o Cimi investe na qualificação dos missionários para assumirem um papel de assessoria junto ao movimento e junto às organizações indígenas.

A ação formativa que se dava de maneira muito informal, através da convivência nas comunidades indígenas, passa a ser organizada através das Assembléias Indígenas, da programação de cursos, na assessoria direta às organizações indígenas, participando da elaboração de seus programas de formação política.

b) Concepção

O trabalho desenvolvido pelo Cimi junto aos índios contém importantes pressupostos formulados desde a criação da entidade que necessitam ser explicitados para a compreensão das ações de formação e dos resultados alcançados:

- reconhecer, respeitar e apoiar os povos indígenas na vivência de sua cultura;
- animar os grupos em processo de desestruturação para que revitalizem a sua cultura;
- contribuir para que eles sejam sujeitos de seu crescimento, capazes de construir sua história;
- incentivar e reforçar a resistência frente às violências da sociedade nacional;
- promover encontros para ajudá-los na reflexão de seus problemas e na busca organizada de soluções;
- a partir da convivência com os povos indígenas, investigar, descobrir e valorizar a(s) sua(s) cultura(s), assumindo com eles a(s) sua(s) causa(s) com todas as suas consequências, superando as formas de etnocentrismo e colonialismo.

A ação formativa está voltada para a autonomia com a perspectiva de reforçar o protagonismo indígena.

c) Prática

As atividades de formação realizadas, cuja denominação inicial foi “conscientização e organização dos índios” acentuam e caracterizam o papel do Cimi como agente de informação e animação dos povos indígenas. Estas atividades têm sido realizadas desde a criação do Cimi e acontecem em todas as reuniões das comunidades e nos encontros/assembléias indígenas onde a entidade se faz presente.

Nos conteúdos destes cursos e encontros, destaca-se o direito à garantia e defesa da terra, o que exige por parte dos índios e missionários domínio de informações e instrumentos jurídicos que os orientem no enfrentamento dos casos de conflito; acompanhamento das ações e processos em tramitação junto aos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário e o fortalecimento das alianças.

Durante a Constituinte o Cimi desencadeia um amplo processo formativo, a partir da grande mobilização dos povos indígenas, através de reuniões com os povos, Assembléias estaduais, avaliação das propostas para o texto constitucional e a construção de uma compreensão crítica dos mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro e da política indigenista oficial.

O Cimi presta assessoria a encontros, assembléias, cursos promovidos pelas organizações indígenas por solicitação das mesmas e elabora subsídios voltados aos índios na forma de textos e cartilhas.

Através da ANF organiza os princípios e os conteúdos prioritários para a formação política voltada aos índios a partir das experiências de base.

Trabalha a formação em todas as atividades que compõem o processo de reconquista de determinada área para a apropriação, pela comunidade local e por todos os participantes do movimento, do conhecimento sobre direitos indígenas, construção de alianças, definição de táticas, metodologia de trabalho etc.

Promove intercâmbio de informações sobre o que acontece nas diferentes áreas indígenas e análise e discussão da política indigenista oficial, usando recortes de jornais, Porantim, Mensageiro, Luta Indígena e outros informativos.

Realiza estudos com lideranças e comunidades, para: analisar os seus problemas; estudar as suas causas e como funciona a sociedade brasileira; discutir formas de resolvê-los.

No Regional Maranhão surge a escola permanente de formação e informação política que, através da capacitação das lideranças indígenas, visa a autonomia dos índios, dentro de uma atitude de respeito aos ritmos e aos padrões culturais.

d) Resultados

O acúmulo sobre aspectos culturais destes povos, a capacitação político-metodológica dos missionários e as novas demandas proporcionaram condições para que o Cimi desenvolvesse atividades específicas de formação. Os cursos promovidos em nível local, regional e nacional cujo objetivo foi a formação política das lideranças e das bases, têm proporcionado intercâmbio de conhecimento e informações sobre diversos temas afins à realidade destes povos, tais como, estrutura e funcionamento da sociedade nacional, legislação indigenista etc.

Atualmente se constata a presença efetiva dos próprios índios como agentes de saúde, professores nas mobilizações, reivindicações, participação e enfrentamento das políticas públicas, bem como a preocupação de contribuir com informações que possibilitem a formação de grupos aliados e solidários com a causa indígena e a construção de um país pluriétnico.

Tomando conhecimento dos seus direitos, entendendo gradativamente os mecanismos de dominação do Estado, os índios começaram a ocupar os espaços, a mobilizar-se em Assembléias, com apoio do Cimi e a discutir sobre sua problemática avançando no processo de luta pela autonomia. Notícias sobre povos indígenas passaram a ocupar espaços nos jornais em nível regional, nacional e internacional. A questão indígena passou a ser discutida e abordada de forma mais sistemática. As denúncias se avolumaram, a questão do direito de terem suas terras demarcadas, de serem respeitados enquanto culturas diferenciadas marcaram desde então a luta dos povos, com o apoio e acompanhamento do Cimi.

A sistematização dos princípios e conteúdos da formação política voltada aos povos indígenas pela ANF certamente representa um avanço.

Os subsídios produzidos sobre patentes, mineração, terras, eleições municipais, divisão territorial facilitaram a compreensão dos índios em torno de temas complexos de interesse direto de suas comunidades.

A maioria das lideranças que hoje tomam a iniciativa de mobilizar os povos indígenas em torno de determinadas questões como desintrusão, solução de conflitos internos, enfrentamento político com instâncias administrativas das áreas de saúde, educação etc. passaram por um processo de formação mais ou menos sistemático.

Hoje, muitas lideranças têm condições de assessorar com bastante propriedade encontros, assembléias etc, por possuírem uma boa capacidade metodológica e riqueza de informações e conteúdo.

Destaca-se a intervenção qualificada dos índios em momentos e processos como a Constituinte e na elaboração do novo Estatuto dos Povos Indígenas, onde obtiveram conquistas importantes para a consolidação de seus direitos.

Fortalecimento de processos de articulação e organização interétnica.

Ressurgimento de novas etnias e a atitude corajosa dos povos indígenas em assumir a sua identidade étnica. Exemplo: em Alagoas eram reconhecidos apenas dois povos, Xukuru-Kariri e Kariri-Xokó, atualmente há seis povos indígenas reconhecidos.

A luta pela conquista dos territórios, através das retomadas desencadeadas pelas lideranças que passaram pelo processo de formação.

Reconhecimento, pela sociedade nordestina, da realidade pluriétnica regional, com presença de 27 povos reconhecidos e outros em processo de reconhecimento.

No Maranhão é relevante o crescente interesse por parte da juventude indígena nas questões concernentes à formação. O número de jovens índios que participa das atividades ligadas à formação vem aumentando a cada dia.

Na avaliação dos próprios alunos, a escola de formação política no Maranhão está-se revelando de fundamental importância pois, além de proporcionar uma nova e mais completa visão da realidade, fornece um método de trabalho que permite aos líderes alunos analisar, detalhadamente, os casos concretos, aprimorar articulações entre vários grupos e planejar soluções. Um outro elemento importante resultante do movimento indígena é o aparecimento do espírito da prática interétnica. Estamos assistindo, no Maranhão, à superação de inimizades intertribais e o fortalecimento de uma prática interétnica surpreendente. Evidentemente não é algo consolidado e generalizado, mas é o que prevalece e que tem força no momento histórico concreto.

Constatou-se em alguns regionais que a formação esteve demasiadamente restrita às lideranças não envolvendo suficientemente a maioria dos membros da comunidade.

Os conteúdos introduzidos são apropriados ou não pelos índios, pois a assimilação está interligada à lógica, ritmo e concepção de cada cultura, e também, há outros agentes externos que repassam informações e conteúdo formativos diferentes e, às vezes, antagônicos àqueles trabalhados pelo Cimi.

A fragilidade se revela em relação à cooptação de lideranças pelos agentes do poder econômico e militar que provocam divisões internas nos povos indígenas.

Deveria ter crescido muito mais por parte das comunidades indígenas, a capacidade em assumir os custos relacionados à formação (transporte, alimentação). Existe ainda uma certa dependência das ajudas que vêm do Cimi, especialmente quando os cursos ocorrem fora das áreas. Observamos que os índios podem melhorar muito neste aspecto e nós, também, por nossa parte, exigir um pouco mais deles. O Regional Norte II já constata uma maior participação indígena no custeio de suas Assembléias.

e) Perspectivas

Existe na formação, a necessidade de reforçar o aspecto político que deve ser abrangente e envolver suas comunidades e organizações.

Além da formação política e organizativa é preciso garantir um processo formativo sistemático e qualificado das lideranças indígenas priorizando habilidades específicas no campo administrativo, contábil e financeiro.

Coloca-se também como desafio da formação, responder as novas demandas colocadas pelas organizações indígenas, após terem passado por um processo de estruturação e fortalecimento, na formação dos seus quadros, fortalecimento institucional e no repasse de informações.

Melhorar os projetos de capacitação das lideranças indígenas como forma de possibilitar a autonomia das organizações indígenas. Faz-se necessário trabalhar metodologias adequadas de formação, possibilitando aos grupos indígenas uma melhor compreensão da sociedade para que possam efetivamente desenvolver um processo de diálogo com a sociedade não-índia.

É importante dar continuidade a uma formação adequada - o que implica também na nossa própria formação - em todos os campos (saúde, educação) mas, ao mesmo tempo, criar mecanismos eficazes para que as próprias comunidades indígenas tenham poder para elaborar e implementar as políticas correspondentes. Isto vai demandar vários anos de investimento e trabalho nesta direção: formar e capacitar profissionais indígenas competentes, em todas as áreas mas ao mesmo tempo

criar condições reais para que a definição das políticas de saúde, educação escolar, fundiária, etc. sejam plenamente democratizadas.

Contribuir com as iniciativas das organizações indígenas em relação a formação de seus quadros.

3.7. Saúde

a) Histórico

Antes da criação do Cimi já havia um trabalho de saúde nas áreas realizado pelas missões. Desde o início de sua atuação junto aos povos indígenas o Cimi teve a preocupação de atender a demanda na área de saúde nas aldeias. A assistência à saúde em alguns povos era de emergência, pois as pessoas estavam morrendo devido as doenças infecto-contagiosas trazidas pelo contato desenfreado dos não índios com os grupos indígenas.

No contexto das constantes invasões das terras indígenas o que se observa são massacres, culminando com extermínio de grupos, devido à doenças levadas pelos não índios como gripes, sarampo, tuberculose, febre amarela, pneumonia, coqueluche e varicela etc., inclusive de forma genocida através da “oferta” de roupas contaminadas com essas doenças mortais para os povos indígenas e de açúcar contaminado com arsênico. Estes fatos ainda hoje são testemunhados pelos índios.

Destaca-se ainda como fator agravante do pós - contato a questão da fome que gera sérios problemas de saúde e dependência da alimentação de produtos industrializados dos não índios, provocando mudanças nos hábitos alimentares e contribuindo naturalmente na diminuição da defesa imunológica às novas doenças.

“É doloroso constatar a alta mortalidade em vários grupos indígenas afetados pela malária, verminose, desintéria e sobretudo pela desnutrição e tuberculose” (Comunicado Final da VII Assembléia Regional do Cimi Acre e Rondônia).

A partir das mudanças ocorridas na legislação e na política de saúde nos anos 90, verifica-se uma enorme confusão quanto a competência dos órgãos federais em relação à questão da saúde. Os contínuos desmandos vem afetando diretamente as comunidades indígenas que se vêem jogadas de um lado para outro, sem atendimento e sem remédios. A própria Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada em Brasília em 1993, que tantas expectativas criou em termos de participação nas decisões concernentes à política de saúde das comunidades indígenas, não decolou e suas diretrizes para a alteração do quadro caótico da saúde só são observadas com pressão continuada.

Ao estado de abandono em que se encontram as comunidades indígenas devido ao sucateamento da infra-estrutura existente e a uma política governamental que não faz investimentos na saúde, se associam os problemas já estruturais em várias áreas indígenas, a saber, as invasões, as devastações, o parcial abandono de atividades agrícolas, as vendas de madeira etc. Tudo isso configura um quadro bastante desolador no que tange à situação da saúde das comunidades indígenas.

No início o Cimi teve que trabalhar para salvar a vida de alguns povos que estavam em extinção. Foi o caso dos Tapirapé, dos Bororo, dos Myky e outros. Posteriormente o Cimi continuou as atividades preventivas e curativas. Depois partiu para a formação de missionários, em seguida começou a formação dos índios, conhecidos como agentes indígenas de saúde.

b) Concepção

Nossa ação fundamenta-se no que chamamos de marcos referenciais:

- *Reciprocidade: busca uma coexistência equitativa entre as comunidades indígenas e os agentes de intervenção, tanto em nível da troca de experiências como da oportunidade de decisão;*
- *Eficácia Simbólica: busca uma compreensão ampla do universo simbólico indígena, como condição indispensável para a atuação em saúde, através da aproximação entre medicina e cultura;*

- *Integralidade: busca uma visão abrangente da problemática indígena, atuando sobre os determinantes históricos, sociais, culturais e ambientais da saúde, de uma forma global e criativa;*
- *Autonomia: busca da autogestão pelas comunidades dos programas de saúde dentro da perspectiva maior da autonomia dos povos indígenas.*

c) Prática

O trabalho em saúde tem por objetivos: contribuir na promoção, recuperação e defesa da vida, buscando a saúde integral dos povos indígenas e respeitando sua cultura, com ações que venham fortalecer a resistência e a autonomia dos povos indígenas, através do apoio a sua própria capacidade de promoção da saúde, tanto em nível do sistema tradicional de saúde indígena como das formas complementares de atenção à saúde colocadas à sua disposição; denunciar através dos meios de comunicação a situação de abandono geral da saúde em nível local, nacional e internacional, respeitar e contribuir no resgate da medicina indígena, buscando a coexistência do modelo tradicional e ocidental de atenção à saúde, com participação da comunidade e a utilização das práticas complementares.

A atuação do Cimi se dá de maneira diferenciada, observando-se as especificidades culturais, através da:

- formação, capacitação e acompanhamento dos agentes indígenas de saúde valorizando os conhecimentos históricos da medicina indígena e trazendo novos conhecimentos para que esses agentes realizem as ações concretas de prevenção, de informação ou de atendimento nas comunidades em que atuam;
- mobilização das lideranças indígenas através de informações sistemáticas e cursos, e dessa forma pressionando a formação e instalação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas e dos NISIs (Núcleos Interinstitucionais de Saúde Indígena) como forma de democratizar a política de saúde para as comunidades indígenas;
- contato direto das equipes com as famílias no trabalho de formação política e capacitação da comunidade para a preservação da saúde;
- luta e formulação de propostas, em conjunto com o movimento indígena, para a definição de políticas públicas como o Subsistema de Saúde Indígena com base nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, a exemplo do Distrito Sanitário do Leste/RR, onde a organização indígena, junto com outras entidades, exerce o Controle Social. *Educação em Saúde nas Comunidades Indígenas* é uma atividade desenvolvida em área, pelas equipes e através dos cursos de formação e do acompanhamento dos AIS, durante os levantamentos de saúde, diálogos no contexto da educação escolar, nas discussões com as mulheres e grupos familiares etc. Ela se faz também com a utilização de subsídios na forma de cartilhas e socializando as questões de saúde no conjunto dos membros das comunidades buscando elementos de maior compreensão na ótica indígena.

São organizados cursos com agentes pertencentes a vários grupos étnicos, outros mais específicos para um determinado grupo étnico, com os moradores de uma aldeia, ou somente com os agentes de saúde de uma determinada área. Os conteúdos são de caráter técnico para o domínio do campo específico, e de caráter político que possibilitam a organização e a reivindicação de direitos. Esses conteúdos tratam da prevenção, da origem e de como as doenças se manifestam, do seu tratamento, da importância da medicina indígena, da qualidade de vida, da terra, das atividades agrícolas, da alimentação, do meio ambiente, da medicina natural, das políticas de saúde.

Também é desenvolvido um trabalho junto aos agentes indígenas de saúde no sentido de capacitá-los para os procedimentos técnicos especializados sobre aplicação de injeções, dosagem e manutenção de medicamentos, sistema de registro, noções básicas de higiene e saúde, procurando sempre fazer com que suas ações se desenvolvam integradas aos conhecimentos e práticas tradicionais da comunidade.

Tem-se priorizado a realização dos cursos para Agentes Indígenas de Saúde nas aldeias. Em algumas regiões o Cimi tem participado da formação de índios auxiliares de enfermagem.

Para interferir nas políticas públicas o Cimi participa, juntamente com os representantes indígenas, das Conferências Nacionais de Saúde e de Saúde Indígena, em nível local, estadual e nacional, nos fóruns institucionalizados da política de saúde oficial (CISI, NISI) e nos conselhos locais de saúde. Além destes fóruns, são articuladas ações pontuais de atenção à saúde indígena com órgãos governamentais (Instituto de Medicina Tropical, Fiocruz, FNS, Funai, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde), ONGs (Opan, MSF, Terre des Hommes, AIFO), Pastorais (da Saúde e da Criança) e organismos de outras Igrejas (IECLB/Comin, GTME, Meva).

Diante do abandono, onde não há presença do Estado, em situações emergenciais e para salvar vidas, o Cimi tem assumido o atendimento à saúde primária nas aldeias indígenas, embora não seja esse o seu papel.

O Cimi, para qualificar a atuação dos missionários, promove encontros e cursos nacionais e regionais, nos quais avalia a sua prática, aprofunda temáticas relativas a saúde indígena e orienta o conjunto da entidade nesta dimensão do trabalho.

d) Resultados

Os avanços dos índios na apropriação coletiva de novos conhecimentos, na responsabilidade e disposição para aprender sempre mais, na revitalização da medicina tradicional e na compreensão e organização política são visíveis e animadores.

É crescente a participação política dos índios e a sua tomada de posição frente aos problemas que atingem a população indígena na questão da saúde.

Os agentes indígenas de saúde continuam o processo de capacitação permanente, adquirindo novos conhecimentos e instrumentais.

Naquelas comunidades onde os agentes estão atuando de forma mais sistemática, os resultados começam a aparecer, através da maior preocupação com as questões ligadas à prevenção, particularmente no que se refere ao tratamento da água, à alimentação, à não excessiva procura de remédios químicos etc. Em algumas comunidades já é possível perceber a diminuição das doenças mais comuns.

Resultado mais significativo do trabalho de saúde é o crescimento demográfico de todos os povos com os quais o Cimi atua e a sistematização da coleta de dados epidemiológicos que permite um diagnóstico mais claro da saúde indígena.

É positiva a criação de conselhos, comissões e distritos de saúde indígenas a exemplo do Conselho Permanente de Saúde do Médio Rio Purus, da Comissão Permanente de Saúde do Rio Marauí e do Distrito Sanitário Especial Indígena do Leste de Roraima.

O Regional Norte II conseguiu, com a colaboração do Estado e da Funai, no Amapá, construir postos de saúde em quase todas as aldeias.

Algumas comunidades tem dificuldade em compreender o papel do agente de saúde, por isso, nem sempre o valorizam e se preocupam com a sua manutenção.

O quadro abaixo demonstra que o Cimi colaborou direta ou indiretamente na formação de aproximadamente 930 Agentes Indígenas de Saúde em todo o país:

Regional	Nº de Agentes Indígenas de Saúde
Rondônia	51
Mato Grosso	86
Norte II	80
Norte I	700
Amazônia Ocidental	13
Total	930

e) Perspectivas

O Cimi deve contribuir na promoção, recuperação e defesa da vida, buscando a saúde integral dos povos indígenas e respeitando sua cultura, com ações que venham fortalecer a resistência e a autonomia dos povos indígenas, através do apoio a sua própria capacidade de promoção da saúde, tanto em nível do sistema tradicional de saúde indígena como das formas complementares de atenção à saúde colocadas à sua disposição.

Deve-se participar na definição das políticas públicas, buscando interferir para a consolidação e reconhecimento do Subsistema de Saúde dos povos indígenas com base na implantação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, garantindo-se a participação indígena em todas as instâncias e etapas do processo.

Deve-se respeitar e contribuir no resgate da medicina indígena, buscando a compreensão da coexistência dos modelos tradicional e ocidental de atenção à saúde, com participação da comunidade através da pajelança e a utilização das práticas complementares.

Deve-se continuar com a formação dos Agentes Indígenas de Saúde assumidos pelas comunidades indígenas.

3.8. Educação

a) Histórico

A questão da educação escolar indígena tem sido objeto de uma reflexão em mutirão desde o início da história do Cimi. Nesses 25 anos de presença, solidariedade e apoio junto aos povos indígenas, a concepção e a prática da educação escolar vêm sendo tecida a várias mãos.

Desde as primeiras experiências (como por exemplo entre os Tapirapé, Myky) tivemos como princípio a observação atenta e respeitosa, aliada ao estudo dos sistemas educacionais dos diferentes povos, e a partir dessa sabedoria e desses saberes específicos, os agentes do Cimi foram elaborando os objetivos, a metodologia do trabalho, o sentido e a dimensão política desse serviço prestado às comunidades indígenas.

O caminho para a transformação da educação escolar em instrumento na construção do protagonismo e da autonomia indígena tem sido vislumbrado no processo de reflexão das diferentes experiências do próprio Cimi e das comunidades indígenas. Essas diferentes experiências foram se entrelaçando e definindo uma proposta alternativa à política educacional das escolas tradicionalistas e oficiais para os índios.

A partir da década de 1980, os professores indígenas passam a desempenhar um papel fundamental na criação de novas propostas em direção a uma escola autenticamente indígena, específica e diferenciada.

O respeito e a valorização da educação tradicional de cada povo, é a base da atuação do Cimi. A reflexão sobre a escola parte do princípio que existem pedagogias tradicionais, formas próprias de ensinar e aprender, distintas visões de mundo, assim como diferentes processos históricos de contatos que determinaram a necessidade da escola. Nesse sentido, a atuação dos agentes do Cimi parte da história viva de cada povo. Vejamos o que dizem nossas reflexões iniciais.

A alfabetização dos índios tornou-se necessária por causa das influências negativas sofridas por eles no contato com os não-índios. Os princípios que orientaram nossas práticas foram os de: conhecer profundamente a educação tradicional dos grupos com os quais trabalhamos; levantar com eles suas necessidades sobre alfabetização; refletir sobre metodologia e procedimentos a serem usados na alfabetização indígena.

A cada nova Assembléia, estes princípios foram se definindo mais e mais, e apontando eixos de atuação tais como: a valorização dos sistemas próprios de educação indígena; a alfabetização como processo construído de modo específico e tendo a participação de toda a comunidade; a escola como um novo espaço pedagógico, dinâmico e criativo que se sobreponha às comunidades educativas tradicionais, mas que se constitua em espaço de valorização do saber indígena e apropriação de novos conhecimentos, necessários na relação com a sociedade envolvente.

Assim, os processos de escolarização podem ser, por um lado, espaços que contribuem para o fortalecimento das identidades e da autonomia e, por outro, um espaço para a interculturalidade, para o melhor conhecimento da sociedade não índia e de outras etnias.

Em 1985 a Assembléia Geral do Cimi “reconhece a educação como instrumento político de cada povo na sua luta por autodeterminação (...) e que cada povo assuma o próprio processo de educação dentro de sua realidade”. A escola é vista como um espaço político importante, como um instrumento de integração das lutas pela demarcação, saúde, auto-sustentação etc.

Com a promulgação da nova Constituição, pela primeira vez na história da legislação brasileira, a sociedade se reconhece como pluriétnica, deixando, o devido espaço às minorias, para sua organização social e política, bem como para reprodução de seus modelos culturais.

Nos artigos 210, 215 e 231, os povos indígenas encontraram respaldo legal para suas reivindicações. De acordo com o art. 210, os índios têm o direito de utilizarem na escola suas línguas maternas e processos próprios de ensino e aprendizagem. Cabe à sociedade brasileira como um todo contribuir para que sejam respeitados e preservados esses direitos, rompendo de vez com a idéia de “integração”.

b) Concepção

A Educação Indígena distingue-se, na concepção do Cimi, de Educação Escolar Indígena.

As diferentes etnias possuem e sempre possuíram pedagogias tradicionais, formas de transmissão do saber que não se processam em um espaço único mas sob a responsabilidade de uma comunidade educativa (o chefe, o pajé, a família).

Educação escolar indígena (o espaço da escola) é lugar de construção de conhecimentos que se integram aos saberes tradicionais, a organização política e religiosa de cada povo, e onde a realidade e as necessidades são debatidas dentro do contexto das outras políticas mais amplas. Nessa concepção, educação indígena não se esgota na escola e a escola não abrange todo o processo educativo assim, o espaço chamado “escola” deveria ser um lugar privilegiado de afirmação e revitalização da cultura, desenvolvimento da consciência política e de análise do contexto político global.

Os agentes do Cimi compreendem educação como processo em construção onde se devem relacionar criativa e autonomamente os conhecimentos tradicionais com as novas informações de fora e com as exigências concretas das lutas políticas indígenas em defesa das suas terras e de seus direitos.

O debate e a prática da escolarização indígena hoje situa-se no marco constitucional (1988), que assume a pluriculturalidade constitutiva do país como um valor, ao reconhecer aos índios o direito às suas formas próprias de ser e organizar-se.

Delimita-se um novo momento, cujos dois pressupostos básicos são:

- o direito à diferença;
- o reconhecimento de que existem (e sempre existiram) pedagogias indígenas, ou seja, sistemas próprios de educação e socialização, e que a escola, para tornar-se realmente indígena, deverá reencontrar-se e inserir-se na dinâmica própria das “comunidades educativas”.

c) Prática

A contribuição do Cimi inicia-se no compromisso com os povos, no sentido de promover e apoiar a discussão sobre as escolas verdadeiramente indígenas, ou seja, adequadas às necessidades, interesses e expectativas de cada povo. E este processo de reflexão envolve a comunidade como um todo.

A questão principal que se apresenta para nós, portanto, está ligada à possibilidade de construir novas propostas de escola que, ao contrário do que se colocou ao longo da história do contato colonizador, possam ser instrumentais, que somem força no processo mais amplo de resistência vivenciado pelos povos indígenas. Assim, nas aldeias e nas áreas, temos assistido (e acompanhado) as tentativas pioneiras de concretização de uma educação escolar sintonizada com os

interesses, direitos e especificidades dos povos indígenas. As escolas - nas mãos dos próprios índios - tem sido gradualmente (não sem problemas e contradições) transformadas em espaços de articulação de informações, práticas pedagógicas e reflexões sobre seu passado, presente e futuro, sobre seus conhecimentos e projetos.

Apontamos três tipos diferentes de tendências existentes em relação a escola:

- a visão de escola apenas como instrumentalização (aprender a ler e escrever);
- a escola como espaço paralelo que sempre será uma instituição externa aos índios (colocada desde fora); pode até realizar um trabalho a favor dos povos, mas continuará sendo “escola para índio”;
- a escola indígena, pensada e administrada pelos professores indígenas e suas comunidades.

O Cimi tem apostado e centrado seus esforços na terceira perspectiva, por acreditar no protagonismo desses povos.

Em relação aos missionários o Cimi tem garantido momentos frequentes de troca de experiências e aprofundamento sobre o trabalho com educação. Nesse sentido foi estruturada em maio de 1992 a Articulação Nacional de Educação do Cimi - ANE, composta por um representante de cada regional.

A ANE procura garantir o processo de reflexão dos missionários e dos próprios povos indígenas sobre a importância de uma escola que respeite suas tradições, suas formas próprias de aprendizagem e atenda as necessidades que se colocam nas relações com a sociedade envolvente na busca de alternativas e soluções para os problemas históricos e atuais.

Os missionários também atuam no sentido de desmistificar os conteúdos escolares prontos e acabados, fragmentados e fora do contexto, participam na elaboração de materiais didáticos pedagógicos, ou seja, textos de leitura na língua indígena e na língua portuguesa, na definição de ortografias e início da elaboração de gramáticas e dicionários próprios para cada grupo étnico, com a participação integral indígena.

Além dessas atividades ocorrem oficinas de produção de textos e cursos para os professores índios, não índios e, em alguns regionais, para técnicos envolvidos na área educacional.

d) Resultados

A filosofia de educação proposta por Paulo Freire fundamenta a metodologia utilizada pelo Cimi em relação à educação. A partir dela se parte da realidade sócio-cultural de cada comunidade ou grupo social, para daí construir uma educação transformadora, com isso, garante-se os modos tradicionais de apropriação coletiva dos conhecimentos, pela participação decisiva da comunidade e articulação da prática educativa com as demais (área de saúde, auto-sustentação, organização etc.).

Pouco a pouco, um número cada vez maior da população vem se inserindo na reflexão sobre educação escolar indígena. Surgem os movimentos de professores indígenas que discutem novas propostas para a educação, as organizações dos estudantes indígenas e outras formas coletivas que buscam garantir os direitos e refletir os anseios e projetos históricos de cada povo.

Através de suas organizações e comunidades, os índios têm construído princípios que adequam a escola aos seus interesses e possibilitam que ela seja uma força a favor dos povos, no enfrentamento da realidade atual, na retomada de seus valores e identidades.

As comunidades passaram a compreender melhor os deveres do Estado e da política indigenista oficial. Percebe-se uma maior autonomia na organização e participação política da comunidade no movimento indígena.

A atuação do Cimi junto aos professores indígenas tem como base a construção de uma prática educativa voltada para os interesses das comunidades. Neste sentido, Cimi tem assessorado os encontros e processos de formação dos professores indígenas, e, no interior das comunidades acompanha e apoia os momentos de luta pela terra, saúde, subsistência, por serem esses momentos, espaços essenciais à conquista da autonomia dos povos indígenas. As articulações de professores indígenas se constituíram nesse processo com o apoio do Cimi.

O Cimi tem atuado no sentido de garantir o reconhecimento dos professores e das escolas indígenas junto aos órgãos competentes (Funai, MEC, secretarias municipais de educação), bem como teve importante papel na criação e implementação de Núcleos de Educação Indígena em diversos Estados. Os Núcleos constituem-se espaços de atuação conjunta do Cimi com outras entidades, na busca de soluções e propostas concretas de políticas públicas para a educação escolar indígena, com base no princípio de que as escolas devem partir da realidade cultural específica de cada comunidade indígena, afirmando que estes povos devem e vão sobreviver enquanto povos etnicamente diferenciados no contexto do Estado brasileiro.

Procura-se também interferir no sentido de que seja garantido aos professores indígenas concurso público específico nos municípios e no reconhecimento das escolas indígenas. Em algumas áreas, os professores elaboram suas próprias provas, coisa que antes era feito pelas Secretarias Municipais e Inspetorias Estaduais de Educação. No caso do povo Suruí, as reflexões feitas levaram a comunidade a delinear o perfil de sua escola dentro dos parâmetros da pedagogia tradicional, tendo como centro o ensino e o aprendizado da língua materna.

Durante o acompanhamento aos professores indígenas em suas atividades diárias, foram selecionados materiais produzidos por eles e pelos alunos com vistas a produção de subsídios didáticos adequados à realidade de cada povo.

O Cimi tem procurado envolver os professores da rede pública em processos de formação que abordam a temática indígena, como forma de tornar conhecida a situação histórica e atual dos povos indígenas e minimizar o preconceito existente em relação a esses povos.

O quadro abaixo demonstra que o Cimi colaborou direta ou indiretamente na formação de aproximadamente 2.007 professores indígenas em todo o país:

Regional	Nº de Professores Indígenas
Rondônia	35
Leste	54
Mato Grosso	100
Norte II	81
Norte I	1.556
Amazônia Ocidental	29
Nordeste	152
Total	2.007

e) Perspectivas

É necessário, dentro do aspecto educativo, apoiar as comunidades e organizações indígenas na valorização de seu sistema econômico próprio, na concepção simbólica de sua terra e na construção de um projeto diferenciado ao do modelo de mercado dominante, fortalecendo a economia interna, que se explicita nos valores da reciprocidade e de produção comunitária.

Destacam-se a necessidade de refletir de forma organizada com os professores indígenas a partir dos elementos que compõem a vida, os ciclos e as relações de cada povo, de trabalhar o sistema de conhecimento e de transmissão da cultura, de conviver e de observar para poder compreender a pedagogia indígena, de discutir e refletir com cada povo sobre currículos diferenciados, formação de professores indígenas em nível de magistério, definição de políticas relativas a educação escolar indígena e a contratação de professores indígenas. Em síntese, a construção da escola, com o protagonismo indígena, prevalecendo professores, modelos, propostas, currículos e calendários próprios, inseridos dentro das comunidades educativas, passando assim a ser próprias dos povos indígenas. A meta que se deseja alcançar é que a educação escolar indígena, intercultural, específica, diferenciada e “bilíngue” (no sentido de respeito às diferentes situações sócio-linguísticas) seja de autoria das próprias comunidades e assegurada técnica e financeiramente pela União.

Quanto à educação como processo abrangente, há perspectivas de que toda a comunidade seja integrada nos processos de formação, seja em saúde, auto-sustentação e outros.

3.9. Auto-Sustentação

a) Histórico

A atuação do Cimi em relação a auto-sustentação das comunidades indígenas acompanha a própria história da entidade, na qual podemos identificar três fases distintas.

Entre 1975 a 1985, a ênfase no princípio de que os povos indígenas têm o direito de recuperar e garantir o domínio de suas terras, leva, no primeiro momento, a ações emergenciais para fazer frente aos problemas pontuais vivenciados pelas comunidades onde havia presença de missionários do Cimi. Destaca-se neste período a consolidação da consciência e compreensão de que a terra é o “chão cultural”, superando a ideologia capitalista de terra “ocupada/ produtiva”, conforme a concepção exposta no item Terra deste relatório.

Uma série de fatores históricos e sociais embasaram as reflexões sobre a garantia e uso da terra por parte das comunidades indígenas, em função dos cenários característicos das diferentes regiões brasileiras, definindo linhas de ação: denúncias de genocídios, dos impactos dos grandes projetos, da expropriação e pressão sobre os recursos naturais; elaboração de mapa localizando os povos indígenas e a presença missionária; criação da assessoria jurídica; estruturação de uma central de informações, em Brasília; formação de comissões de estudos; promoção de seminários; campanhas nacionais; apoio à organização dos povos indígenas; estabelecimento de aliança com setores sociais que defendiam a reforma agrária e a articulação e com as igrejas cristãs que defendiam os direitos indígenas.

No plano da ação direta junto às comunidades indígenas foram desenvolvidos uma série de pequenos projetos econômicos, baseados na concepção da produção coletiva, como foi o caso das “roças comunitárias”. A generalização desta concepção, sem um aprofundamento e compreensão das formas produtivas indígenas, talvez tenha sido uma das principais causas dos sucessivos insucessos desses projetos do ponto de vista econômico. Apesar disto, estas iniciativas se constituíram em momentos de tomada de consciência dos problemas que envolviam as comunidades e da necessidade de uma definição de mecanismos para enfrentá-los.

Num segundo período, a partir de 1989, em conjunto com os povos indígenas, o Cimi começa a refletir sobre os “projetos econômicos de subsistência”, muitos dos quais acabaram fracassando, pois não levaram em conta as lógicas tradicionais de trabalho e produção de cada povo. É a partir deste momento que a subsistência começa a fazer parte das linhas de ação do Cimi de forma mais explícita e passa-se a considerar que a busca da afirmação dos povos indígenas como povos autônomos e diferenciados exige respostas deles próprios para o problema.

Ao longo do tempo, diversos encontros nacionais e regionais foram realizados dentro do Cimi no sentido de amadurecer, avaliar e elaborar propostas que considerassem aspectos metodológicos, enfatizando a necessidade de conhecer as economias indígenas, suas relações com a economia de mercado e propor formas de intervenção compatíveis com os sistemas vitais de cada povo. Acentuou-se que a atuação direta dos missionários deveria constituir-se em assessoria capacitada tendo em vista a continuidade e o fortalecimento do modo de vida indígena, a visão indígena sobre sua situação econômica e sua articulação com a sociedade regional, enquanto produtores e fornecedores de força de trabalho nas economias regionais e localizar as contradições geradas pelo grau de dependência das comunidades em relação ao sistema dominante. Para tanto, propõe-se uma ação indigenista localizada, ou seja, inserida na realidade concreta de cada povo.

Nos regionais, essa temática vai sendo assumida, em diferentes momentos, em função das realidades locais no confronto com a escassez e o esbulho dos recursos naturais que foram colocando em risco a integridade física e cultural dos povos. Ou, em outros casos, com os grupos de pouco contato, essa temática surgiu com a necessidade de suprir necessidades criadas pelo contato com a sociedade nacional.

A questão da auto-sustentação é uma situação exemplar no Cimi, onde a partir da solicitação dos povos indígenas, organizações indígenas e da própria percepção da organização, quanto à necessidade de promover ações para garantir melhores condições de vida, tendo em vista a sobrevivência sobre a terra e a autonomia, surgem para os missionários do Cimi constantes intervenções quanto a essa temática.

Em 1993, o Cimi criou a ANAS (Articulação Nacional de Auto-Sustentação) para aprofundar, elaborar e analisar as políticas de atuação da entidade nessa área, a partir das experiências dos regionais, contribuindo na formação de índios e missionários.

A XI Assembléia Geral do Cimi, em 1995, apontou diversos pressupostos para a atuação do Cimi nessa área:

“Levar em consideração a diversidade dos cenários:

- a. Cenários emergenciais em situação de depredação do patrimônio (ausência de território, fome...).
- b. Cenários onde o processo mais organizativo permite a construção de relativa auto-sustentação.

Frente a isso, o papel do Cimi é:

- proporcionar ampla discussão junto às comunidades indígenas.
- acompanhar o povo na sua trajetória histórica, no desenrolar do dinamismo da cultura, frente aos impasses e exigências do contexto atual.
- assessorar e apoiar a busca conjunta de formas alternativas, a partir do próprio projeto de vida de cada povo e a reorientação das políticas públicas.”

b) Concepção

A auto-sustentação envolve o conjunto de atividades econômicas e produtivas que os povos indígenas desenvolvem para o seu próprio sustento. É compreendida como um processo que busca contribuir com o “bem viver” fortalecendo os referenciais internos e a autonomia dos povos na sua relação com os demais sistemas econômicos. As práticas tradicionais indígenas mostram que a vida refere-se a um sistema complexo de inter-relações entre todas as esferas da existência; neste sentido as ações relativas a auto-sustentação devem estar sempre fundamentadas neste princípio, assim como no respeito aos saberes indígenas, expressões dos conhecimentos técnicos, do manejo e uso da fauna, flora e do ecossistema. Do mesmo modo que devem respeitar as relações sociais de produção próprias dos povos indígenas, evidentemente, levando em consideração as dinâmicas de reinterpretação das referências tradicionais e os arranjos sociais decorrentes das mudanças que o processo histórico mais recente lhes impôs.

O Cimi propõe construir junto com as comunidades indígenas e suas organizações, formas econômicas que contemplem as suas necessidades através de projetos de sustentabilidade, a partir da ótica e lógica de cada povo, e dentro de um processo que reconheça suas próprias formas de produção, comercialização e participação no mercado.

O objetivo deste trabalho consiste em buscar alternativas econômicas, valorizando e respeitando as formas tradicionais indígenas na perspectiva de fortalecer sua autonomia. O Cimi contribui no assessoramento de comunidades e organizações indígenas, buscando, junto com elas, alternativas econômicas sustentáveis dentro do contexto de economia tradicional e de mercado.

Sempre esteve presente a consciência de que a demarcação e garantia das terras indígenas não é suficiente para assegurar melhores condições de vida para os povos que nela habitam, se ao mesmo tempo não se buscar alternativas produtivas.

c) Prática

A partir de diferentes ações e contextos, o Cimi sempre apoiou iniciativas dos índios na perspectiva de criar formas e sistemas de produção que lhes proporcionassem uma melhor condição de vida. Contribuiu para atividades produtivas referentes à agricultura, artesanato, extrativismo, criação de animais, apesar desse esforço não representar ainda uma coerência plena em conformidade com a concepção que só no momento atual toma forma.

No decorrer desses anos, foram realizados diversos encontros regionais e nacionais, na tentativa de construir uma política de atuação na área de auto-sustentação.

Para a concretização desse trabalho, o Cimi passou a estreitar os laços de parceria com entidades no campo popular, que desenvolvem atividades junto aos pequenos produtores, sem terra e outros trabalhadores nesse campo, visando uma troca de experiências entre índios e não-índios, possibilitando intercâmbio de técnicas e entendimentos, no intuito de fortalecer a proposta de autonomia dos povos indígenas.

O Cimi, através de suas instâncias, busca formas de fortalecer a economia indígena investigando alternativas para usufruto dos recursos naturais com sustentabilidade.

Contribui na elaboração das políticas sociais, de análises na área de desenvolvimento agrícola e de produção, configurando a base para a autosustentabilidade econômica dos povos indígenas.

d) Resultados

Percebe-se que, apesar dos diversos momentos de discussão, elaboração de relatórios e documentos, falta continuidade e acumulação em torno da reflexão sobre auto-sustentação, o que provoca a impressão de estar-se sempre “começando de novo”.

No momento atual já é possível aprofundar a concepção e o descompasso com a prática poderá ser superado levando-se em conta que o Cimi tem uma larga, rica e inédita experiência neste campo. Criou-se uma maior consciência nas comunidades e organizações indígenas sobre a necessidade da busca de alternativas econômicas.

Apesar de diversas experiências em curso, ainda nos deparamos com muitas dificuldades, entre elas:

- impasse em algumas áreas indígenas na luta pela terra, desestimulando os índios a pensarem em alternativas e auto-sustentação;
- falta de sistematização das experiências, com uma avaliação aprofundada quanto aos resultados para os índios e a prática do Cimi;
- a diversidade cultural, conjuntural dos povos e das regiões, e o nível de organização dos índios têm dificultado a construção de uma política de auto-sustentação para a atuação do Cimi;
- falta de aprofundamento do conhecimento antropológico dos povos, principalmente a etno-economia;
- uma série de práticas ainda em curso que não incorporaram a reflexão embasada na concepção atual de auto-sustentação, práticas estas promotoras de pequenos projetos baseados na produção coletiva, em tecnologias incompatíveis com os manejos tradicionais, com os usos e gostos culturais dos povos indígenas.

e) Perspectivas

Tomando como premissa, que a auto-sustentação é condição imprescindível para a autonomia dos povos indígenas, o Cimi deve continuar investindo na perspectiva de:

- contribuir com os índios para a formulação de alternativas econômicas, capazes de proporcionar uma melhor qualidade de vida às comunidades;
- favorecer aos povos indígenas intercâmbios com outras experiências exitosas no campo da auto-sustentação no sentido de ampliar o leque de escolhas de alternativas;
- assessorar as comunidades indígenas na busca de recursos públicos para desenvolvimento rural, financiamento, assistência técnica e comercialização;

- promover no Cimi a capacitação de seus membros para favorecer respostas às demandas indígenas nesta temática;
- discutir com as comunidades indígenas projetos de auto-sustentação que venham atender suas necessidades;
- fortalecer as formas de cooperação já existentes em cada aldeia e/ou povo, na área de auto-sustentação, nas organizações locais e suas buscas de saídas coletivas;
- partir das condições naturais que o ecossistema oferece, aproveitando-as de forma sustentável;
- preservar e recuperar os recursos naturais existentes: solo, vegetação nativa, mananciais e reflorestamento;
- guardar e resgatar as sementes tradicionais, evitando a dependência de sementes híbridas, com baixo poder de germinação e exóticas ao ambiente natural das áreas indígenas;
- construir políticas específicas e diferenciadas que assegurem a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas.

As iniciativas devem apoiar os esforços internos das comunidades.

Diante do enorme desafio que é reforçar a auto-sustentação das comunidades indígenas e sabendo que as economias indígenas não estão isoladas das demais dimensões da vida dos povos indígenas, o Cimi deve fazer-se assessorar por uma equipe multidisciplinar.

Fica uma questão para debate:

Diante da constatação de que em muitas áreas indígenas se agrava o problema da fome, caberia ao Cimi a formulação de um amplo programa emergencial e de combate a essa situação?

3.10. Índios isolados e de pouco contato

a) Histórico

Em 1980 houve o primeiro encontro sobre os índios “livres”, onde se discutia sobre alguns trabalhos com povos recém-contatados: Myky, Enawenê, Tapiuna e Cinta-Larga. Elaborou-se um quadro com informações sobre grupos não contatados.

Em 1986 houve o segundo encontro onde se tentou elaborar um modelo de metodologia, procedimentos tomados e comparação com modelos de atração da Funai. Também neste encontro foram levantados dados sobre índios isolados.

Neste mesmo ano houve encontro dos velhos sertanistas da Funai que traçaram uma nova política para índios isolados. Ficou criada a Coordenadoria de Índios isolados. O objetivo passa a ser a proteção dos isolados, não mais contato, incorporando, assim, idéias do Cimi e da Opan.

b) Concepção

O Cimi e a Opan elaboraram uma proposta alternativa de contato com índios isolados em face ao projeto oficial de pacificação. A serviço de interesses econômicos, as pacificações visavam desocupar as áreas tradicionais indígenas para ocupação, colonização e implantação de grandes projetos na Amazônia Legal. Essa ideologia neocolonial e geopolítica levou vários povos à redução populacional, ao extermínio parcial e finalmente ao genocídio

A proposta alternativa consistia em proteger os índios isolados, ameaçados pelas frentes econômicas, militares, políticas e de particulares, antecipando o contato por uma proposta de respeito e adotando um processo lento de contatação, a fim de garantir a integridade de seus valores e o domínio de sua autonomia.

c) Prática

Podemos, entre outros, elencar práticas de contatação, dentro do conceito indigenista de contato com índios isolados do Cimi e da Opan: os Enawenê-Nawê, os Myky e os Zuruaha.

Os Myky são contatados em 1971 por missionários da Missão Anchieta quando o grupo apenas se constituía de 22 pessoas; hoje são 58. O processo de contato é respeitoso e lento. O primeiro período é marcado pelo trabalho de interdição da área, atendimento de saúde, aprendizado da língua e cultura.

Hoje a equipe atua no atendimento à saúde, na formação de agentes Myky de saúde; no repasse de informações sobre nossa sociedade; na educação informal; no processo de alfabetização na língua; na formação de professores Myky; no acompanhamento dos Myky no processo de contato com a população regional e trabalho com a população de Brasnorte (cidade mais próxima) para conscientização da presença dos Myky na região.

Os Enawenê-Nawê foram contatados em 1974 por alguns missionários da Missão Anchieta. Neste grupo destacou-se a presença de Vicente Cañas até 1987, quando é assassinado por madeireiros. É fase de aprendizado da língua e cultura, trocas para evitar pilhagem e introdução de novos cultivares; demarcação e fiscalização do território, e conflitos com invasores.

Em 1988, a Opan assume os trabalhos, com a saída da Missão Anchieta; começa a se pensar em alternativas econômicas. Há avanços com estudos lingüísticos para análise fonológica; há início das filmagens dos rituais e presença de médicos e dentistas. A Fiocruz realiza sorologia, por causa do agravamento da Malária.

Os Zuruaha são contatados em 1980 pela equipe de pastoral indigenista de Lábrea. A primeira fase, até 1984, é caracterizada pelo contexto de extrativismo; realizam-se duas visitas por ano, com o objetivo de demarcar a área, conscientizar a população envolvente da presença dos índios, aprender a língua e avaliar a realidade dos índios, respeitando sua autonomia.

A segunda fase se dá entre 1984 e 1987, com o objetivo de preparar os índios para a vacinação (a Funai tinha feito a “pacificação oficial”, tendo aberto o caminho para dentro da área); incentivar os índios a ocuparem seu espaço territorial; realizar demarcação física do território; estudar a língua e pesquisar a medicina tradicional; e preparar os índios, de maneira crítica, para o contato com a sociedade envolvente.

A partir de 1988, há maior permanência nas malocas com a realização de vacinação. A equipe aprofunda a questão da problemática do suicídio e pesquisa a história desse povo.

d) Perspectivas

As perspectivas resultam também em desafios, dos quais podemos citar alguns: quanto à troca, como está a correlação dos valores de cada objeto; quanto à saúde, como são as consequências das vacinações e como se dá a medicina natural tradicional; quanto à equipe, como deve ser a permanência nas malocas; os repasses de conhecimentos sobre o mundo são entendidos ou despertam o imaginário; é importante ensinar o português; quais os critérios para introduzir novas necessidades.

Quanto a atividades econômicas, devemos aplicar conhecimentos antropológicos, com ajuda de assessorias, a fim de elaborar programas de trabalho. Devemos buscar conhecimentos técnicos e investir em pesquisa, articulando-se com assessorias e instituições de acordo com a demanda de cada projeto. É necessário articular-se com outros povos e organizações indígenas, sindicatos, movimentos populares e ribeirinhos no sentido de exigir do governo uma política ecologicamente sustentável adequada com as várias realidades sociais da região amazônica. Deve-se avaliar as mudanças econômico-sociais ocorridas em cada comunidade indígena, acarretadas pelo contato, e os efeitos de nossas ações indigenistas.

Quanto ao tratamento de doenças, devemos levar em consideração as concepções dessas sociedades sobre doenças e tratamento e refletir sobre tratamento com medicina natural e alopatia. Devem ser traçadas linhas de ação comuns para o atendimento de saúde, que levem à autonomia dos povos indígenas. Devem ser aprofundados os conhecimentos sobre conceitos de saúde, doença e sistema de tratamento de cada povo.

3.11. Alianças

a) Histórico

Podemos afirmar que o princípio da aliança dos povos indígenas entre si e com os demais segmentos oprimidos é fundamental para qualquer projeto de libertação transformadora das estruturas de dominação desta sociedade, e, esta tem sido uma estratégia da ação do Cimi, desde sua fundação.

As assembleias de líderes indígenas (início dos anos 70) - as primeiras foram convocadas pelo Cimi - constituem-se num primeiro e importante passo para a construção e fundamentação de alianças entre os povos indígenas (alianças étnicas). O Cimi procurou, em nível regional, nacional e continental, dar todo o apoio a estas alianças dos próprios índios, que historicamente, às vezes, eram até inimigos entre si. Sujeitos desta aliança são os povos indígenas que devem indicar rumo e ritmo da sua organização.

Embora a idéia de aliança já apareça implicitamente nas conclusões da I Assembleia Geral, em 1975, quando se refere à “conscientização” da Igreja e da sociedade, a proposta já é mais explícita nas conclusões da II Assembleia Geral, em 1977:

“Assumindo esta Evangelização Libertadora, constatamos cada vez mais como é uma só a causa dos grupos oprimidos, e por isso nos comprometemos a promover um maior entrosamento entre a Pastoral Indigenista, a Pastoral da Terra e a Pastoral Operária” (item Evangelização, ponto 3 do Documento Final da II Assembleia Geral do Cimi - Goiânia - 5 a 9 de novembro de 1977).

Os delegados da VI Assembleia Geral do Cimi, de 1985, se comprometeram a “ajudar os índios em suas articulações com as diversas lutas de classes oprimidas do País, estabelecendo alianças, sobretudo, com o movimento dos sem terra e com outras organizações e iniciativas dos trabalhadores”. “A vitória da causa dos povos indígenas no Brasil e na Ameríndia está intimamente ligada à vitória da causa dos oprimidos”, rezam as Conclusões da VII Assembleia Geral do Cimi, retomando o que já havia sido definido na Assembleia de 1977.

É importante lembrar que, naquele momento histórico, o Brasil vivia em plena ditadura militar e não existiam ainda movimentos sociais amplos e organizados, pois a repressão era muito forte. A Igreja Católica era ainda o único espaço possível de intervenção social e de articulação política entre os diferentes trabalhos. A percepção da libertação como “de todos” e da articulação das Pastorais Indigenista, da Terra e Operária aponta claramente para uma aliança estratégica que se manterá e se aprofundará com o surgimento dos movimentos sociais organizados.

Quando estes movimentos saem à luz do dia, se organizam e se manifestam, o Cimi exprime a sua alegria, solidariedade e sua visão de aliança, que então se alargava. Era 1981, e os estudantes já voltavam às ruas, os operários do ABC e de todo o país já desencadeavam as grandes greves e os trabalhadores rurais retomavam seus sindicatos e ocupavam terras.

“Constatamos com alegria um avanço na organização, da prática e da tomada de consciência dos setores populares, entre os quais se situam as comunidades indígenas.

Unimo-nos a todas estas lutas e, desde que respeitadas as características próprias da caminhada dos povos indígenas, salientamos o valor da união e solidariedade de todos os oprimidos (índios, lavradores, operários e todos os setores e categorias dos explorados).

É indispensável superar, quanto antes, tudo o que separa e muitas vezes leva ao conflito. A divisão somente enfraquece e os torna mais vulneráveis à opressão dos poderosos, servindo aos interesses do sistema capitalista em crise” (Documento Final da IV Assembleia Geral do Cimi - Cuiabá, 22 a 26 de julho de 1981).

Nas conclusões da VI Assembleia Geral do Cimi, de 28 de junho a 03 de julho de 1985, a concepção e proposta de aliança já toma a forma que conhecemos até hoje:

“Apoiar decididamente, em aliança com outros setores da sociedade nacional, a luta indígena pela garantia e/ou recuperação de seus territórios, bem como do usufruto exclusivo das riquezas, tanto do solo como do subsolo”.

“Ajudar os índios nas suas articulações com as diversas lutas de classes oprimidas do país, estabelecendo alianças sobretudo com o movimento dos sem terra e com outras organizações e iniciativas dos trabalhadores”.

“Incentivar e apoiar o movimento indígena em aliança com movimentos populares, entidades e partidos, no sentido de pressionar o Congresso a votar lei que convoque todos os segmentos da sociedade a participarem na elaboração da nova Constituição”.

Após as lutas indígenas na Constituinte, que conquistaram o Capítulo 231 da Constituição Federal de 1988, após a participação em inúmeras lutas sociais, populares e políticas do país e, inclusive, das eleições presidenciais de 1989, o Cimi chega a uma formulação da proposta de aliança já plenamente amadurecida e articulada com o nível do embate político e histórico existente no Brasil:

“O Cimi deve esforçar-se no estabelecimento de alianças com setores democráticos e populares para aumentar a correlação de forças em apoio aos direitos e interesses indígenas, inclusive no sentido da construção de um projeto político de transformação social” (X Assembléia Geral do Cimi - 26 a 30 de julho de 1993).

b) Concepção

O Cimi compreende que a construção de uma sociedade igualitária, democrática e pluriétnica se faz a partir do processo de alianças estabelecidas dos povos indígenas entre si e com os setores da sociedade civil, das Igrejas e do movimento popular. Nesse intercâmbio, favorece o diálogo e o compromisso entre as lutas indígenas e as lutas populares no Brasil e no continente.

c) Prática

Ao falarmos de alianças, é imprescindível não esquecer o momento histórico atual em que, apesar de se apelar de modo enfático às alianças e às parcerias, existe uma fragmentação e atomização marcantes em todas as formas de agrupamento social. Quando falamos em parceria e aliança, é importante deixar claro que não se está referindo, pura e simplesmente, a questões técnicas, como firmar convênios ou estreitar formas de colaboração de caráter temporário em determinadas questões específicas - embora não deixem de ter a sua própria importância - mas, principalmente, a uma ligação afetiva e efetiva de caráter permanente, de setores significativos da sociedade com as comunidades indígenas.

Em vários regionais é possível identificar na ação do Cimi, relativa às alianças, uma aproximação ao mundo camponês e suas organizações específicas que é variável nas diferentes épocas, mas que vem se tornando a cada dia mais intensa embora restringida a determinadas regiões. Apesar de existir uma disputa permanente, ora mais direta e patente, ora mais latente e indireta entre lavradores situados nas regiões mais próximas das áreas indígenas, tem se conseguido, no final dos anos 80 e início de 90 uma razoável aceitação desta aliança por parte de vários sindicatos de trabalhadores rurais .

A ação efetiva destes sindicatos tem ajudado a não agravar e, em alguns casos, a amenizar os conflitos e disputas de terra envolvendo índios e invasores. Nos últimos anos estamos assistindo a uma nova configuração neste campo específico de alianças com as organizações camponesas. Os próprios sindicatos estão passando por um processo de readaptação e redefinição de seu papel. A pressão pela terra fala mais alto do que a manutenção de uma determinada postura ética.

Um outro ponto é o que se refere à capacidade de envolver instituições, fundações, mundo acadêmico, imprensa etc. para somar forças qualitativamente novas. Vale ressaltar o quão é difícil trabalhar em conjunto. Mesmo assim tem ocorrido nos últimos anos uma aproximação e disposição maior com relação a determinadas pessoas provenientes do mundo acadêmico mas que têm um passado de compromisso com a causa indígena.

Esse apoio das universidades tem se dado nas áreas de saúde, educação, auto sustentação, terra etc através de profissionais que se dispõem com frequência a assessorar encontros e cursos para lideranças, professores e agentes indígenas.

Hoje, parece-nos com bastante clareza que é possível encontrar uma forma de relacionamento em que, como Cimi, se exige que o Estado cumpra com suas obrigações. Mais importante ainda é que as próprias organizações indígenas tomem para si a tarefa e o papel de cobrar, fazer convênios/parcerias, exigir e pressionar, diretamente, sem intermediários.

O Cimi representa hoje uma consciência crítica da causa indígena na sociedade nacional. Essa consciência de um grupo relativamente pequeno precisa de um respaldo amplo para não ser barrado na passagem da consciência à ação. Portanto, a “formação permanente” (informação, conscientização, educação) não é apenas uma tarefa interna junto aos missionários. A realização da proposta do Cimi depende sempre também de um consenso amplo de toda a sociedade civil. E este consenso não se constrói gerando, a partir das atrocidades históricas, uma espécie de “complexo de culpa”, nem por meros apelos aos direitos humanos dos povos indígenas. Remorso e direito, neste País, são gêmeos raquíticos. Hoje, porém, é possível mostrar a esta sociedade, numa relação custo-benefício, que os investimentos na causa indígena geram benefícios para toda a comunidade humana. A causa indígena não é periférica no conjunto dos grandes desafios sócio-políticos desta sociedade. Ao defender o índio, o cidadão defende o benefício próprio, o bem comum desta sociedade, o seu espaço ecológico, e o bem-estar das futuras gerações.

Podemos definir como atividades desenvolvidas pelo Cimi que levam em prática a proposta de aliança:

- participação do Cimi em movimentos populares do campo e da cidade;
- participação de índios e missionários em seminários promovidos por instituições de ensino e pesquisa;
- divulgação da realidade indígena através dos meios de comunicação social, em momentos como a Semana dos Povos Indígenas e a Campanha pela Demarcação das Terras Indígenas etc;
- participação do Cimi e das organizações indígenas em fóruns contra a violência e pelos direitos humanos.

O Cimi tem marcado presença em debates, mesas-redondas, atos públicos, situações de conflito, encontros/cursos de pastorais afins e de fóruns como o Fórum Nacional Contra a Violência no Campo e o Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Muitas vezes o Cimi foi convidado para participar de encontros indígenas e indigenistas internacionais. Exemplificaremos alguns destes encontros. Através do seu primeiro vice-presidente, participou, em julho de 1977, do Segundo Simpósio sobre Fricção Interétnica (*Barbados II*). Do IV Tribunal Russel, realizado em Rotterdam, na Holanda, em novembro de 1980, participou o então vice-presidente do Cimi, convocado como testemunha de acusação no caso Nambikwara. O Cimi participou da Conferência Internacional das Organizações Não-Governamentais (ONGs), organizada pelo Subcomitê contra o Racismo, no Palácio das Nações, em Genebra (15 a 18/09/1981) e do Congresso da Federação Internacional dos Direitos do Homem (“Romper o Silêncio”), em Montreal, Canadá (21 a 23/05/1982). O Secretariado Nacional do Cimi e o Porantim participaram do II Congresso do Conselho Índio Sul-Americano (Cisa), em Tiwanaku, Bolívia (6 a 13 de março de 1983) e da IV e V Assembléia Geral do Conselho Mundial de Povos Indígenas, realizadas respectivamente de 23 a 30 de setembro de 1985 na cidade de Panamá e de 11 a 16 de julho de 1987 em Lima. Em outubro de 1987, assessor latino-americano do Cimi, participou, em Quito, de uma “Consulta Latino-Americana sobre Pastoral Indígena”, convocada pelo Clai e Ciemai. Em julho de 1988, a assessoria parlamentar do Cimi participou do Curso-Taller sobre direitos humanos para líderes indígenas na região andina. O evento foi realizado por iniciativa da Comissão Andina de Juristas, com o patrocínio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Instituto Indigenista Interamericano. E em 12 de outubro de 1988, o assessor teológico do Cimi, participou a convite da Organização Nacional dos Indígenas de Colômbia (ONIC) do lançamento da “Campanha pelo Autodescobrimento da América” em Bogotá. Tendo consciência clara de que a causa indígena no Brasil só é politicamente viável através de alianças, o Cimi sempre procurou acompanhar e respaldar a causa dos índios nos fóruns continentais e internacionais.

d) Resultados

Alguns **resultados** podem ser aqui indicados:

- apoio dos movimentos sociais nas mobilizações indígenas em favor da demarcação da terra e da revogação de decretos, bem como apoio solidário à causa indígena de maneira integral;
- presença solidária dos movimentos sociais nas atividades da Semana dos Povos Indígenas;
- participação de setores dos movimentos sociais, através de visitas, abaixo-assinados, audiências públicas, entre outras atividades, nos momentos de retomada das terras, campanhas pela demarcação contra a impunidade e por justiça social;
- percepção, por parte dos índios, da importância da aliança junto aos movimentos sociais, garantindo sua participação em algumas atividades;
- conquista de espaço para debate da questão indígena nas Assembléias Legislativas Estaduais, no Congresso Nacional com inúmeros fóruns na sociedade brasileira e no exterior;
- ações de solidariedade ocorrem no Brasil e no exterior, a favor dos direitos indígenas, o que é fruto de anos de articulação com os diferentes setores da sociedade;
- a campanha **500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular**, desencadeada por ocasião do aniversário de 500 anos de colonização da América, foi resultado de todo um trabalho de articulação em nível continental.

e) Perspectivas

Hoje, tanto no Primeiro como no Terceiro Mundo existem articulações políticas, mobilizações populares e a busca coletiva de projetos alternativos de sociedade, que rompam com o consenso imposto pelo grande capital, pelas elites e países dirigentes do mundo. Este acúmulo é lento mas permanente, pois a exclusão social é intrínseca ao modelo político e econômico que o capitalismo quer e precisa globalizar.

No Brasil, o governo Fernando Henrique Cardoso é um fiel discípulo desse consenso das elites e tem, cada vez mais, mostrado a cara desumana e anti-social do modelo. Com relação aos povos indígenas, o governo mostra apenas desprezo e a mais absoluta falta de interesse em assegurar seus direitos históricos.

Por essas razões, a aliança dos povos indígenas com os setores populares está tão na ordem do dia como estava há 25 anos atrás, quando nascia o Cimi.

E esta aliança deve se dar em todos os espaços nos quais a luta social questiona e se confronta com o modelo vigente:

- nas lutas indígenas locais e regionais, por demarcação de terras e nas lutas populares em nível de município e região;
- nas lutas coletivas e específicas, por saúde, educação, auto-sustentação, respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos;
- nas Assembléias Legislativas Estaduais e no Congresso Nacional, conquistando espaço para debater, exigir e afirmar os direitos dos povos indígenas e os direitos sociais dos trabalhadores;
- nas articulações mais amplas dos movimentos populares, para a conquista de direitos e de luta contra a exclusão social e suas consequências para a população brasileira, particularmente para os povos e comunidades indígenas e
- nas articulações mais amplas dos movimentos sociais, do movimento sindical, das entidades, partidos políticos e Igrejas para a construção coletiva de uma sociedade brasileira justa, solidária e democrática, que reconheça e valorize a sua diversidade étnica e cultural e que assegure, de maneira plena, os direitos constitucionais e históricos dos povos indígenas.

3.12. Comunicação

a) Histórico

O Cimi nasceu como um grito de alerta, fazendo muito barulho, incomodando os senhores no poder e os violadores dos direitos indígenas. Quando a palavra de ordem era “tirar o índio da imprensa” (conforme declaração do Gal. Bandeira de Melo, ao tomar posse na presidência da Funai, em 1970), ou mais discretamente, jogar o índio “debaixo do tapete”, da burocracia oficial ou dos políticos interesseiros, o Cimi põe a questão indígena na grande imprensa, transformando-a em notícia nacional e internacional.

Isso não seria possível se alguns dos primeiros batalhadores da entidade não tivessem percebido que a melhor maneira de defender os povos indígenas era “romper o silêncio” que os envolvia. A melhor estratégia foi entrar em contato com jornalistas renomados, que atuavam na grande imprensa nacional e que passaram a simpatizar-se e lutar por esta causa. A eles foram sendo entregues informações constantes, encaminhados convites para irem às áreas a fim de elaborar matérias, enfim, discutindo e construindo amizades. Esse grupo de jornalistas sensíveis e solidários com a causa indígena foi o responsável pela grande divulgação da questão indígena na imprensa na década de 70.

Além disso, o Cimi cuidou de criar laços de comunicação e informação interna, entre os missionários e a Igreja Católica. Três meses após sua fundação, já circulava o “Boletim do Cimi”. Inicialmente tímido e oficioso, ele aos poucos passou a ser também uma referência importante na estratégia de comunicação e divulgação da questão indígena em nível nacional. Foi posteriormente (em 1981) absorvido pelo Porantim, que veio a ser o jornal oficial da entidade, e o único do gênero que atravessou as turbulências da ditadura militar, da censura à imprensa, continuando, com edições mensais, até hoje.

Os regionais também foram criando seus espaços e formas próprias de comunicação. Desde meados da década de 70, começaram a circular, o “Luta Indígena” e o “Mensageiro”. Mais tarde, o “Panewa”, “Pagagaru”, “Trocano”, dentre outros.

A informação em nível internacional também foi sendo construída pelo Cimi, através de rede de amigos, pessoas e entidades, solidários com a causa indígena; organização de uma rede de divulgação da questão indígena em várias línguas e um informativo para os países de língua espanhola - “Ameríndia”.

Tem sido também preocupação constante possibilitar o acesso dos índios aos meios de comunicação, assim como a colaboração nas formas e meios de comunicação que eles mesmo foram construindo: informativos, boletins, subsídios.

Um dos fatores que ajudaram a consolidar a atuação articulada, em nível nacional, foi a constante comunicação entre os membros do Cimi, desde as bases com as sedes regionais, e destas com o Secretariado Nacional. Muito se gastou de correio, telefone, fax, Internet. Tornaram-se referência os “pacotes” enviados pelo secretariado a todas as equipes e, mais recentemente, os “envios semanais”.

Em nível internacional, a comunicação do Cimi deu um salto com a implantação do projeto Mundo que nos Rodeia, em 1993. Houve a identificação de pessoas solidárias, de tradutores dos informes do Cimi em várias línguas, em vários países e a constituição de uma rede permanente de comunicação que veio dando fluxo aos informes semanais do Cimi sobre a conjuntura indigenista e para as entidades e pessoas solidárias nesses países.

b) Concepção

O aspecto da comunicação sempre foi entendido pelo Cimi como estratégia para a divulgação da questão indígena e para contribuir com a conquista da autonomia dos povos indígenas.

A “política de comunicação” consiste basicamente na defesa dos direitos indígenas através da denúncia de qualquer violação dos mesmos e, ao mesmo tempo, fazendo da informação um espaço de criação de uma nova consciência com relação a esses povos, conquistando aliados e apoiando suas lutas. Isso implica numa constante busca, elaboração e divulgação de notícias da realidade indígena nos diversos meios de comunicação. Apesar de um certo privilegiamento da imprensa escrita, particularmente os jornais, entendemos que é importante uma ampliação cada vez maior dos espaços para a questão indígena nos demais meios e formas de comunicação, desde a folha mimeografada, o radinho de pilha até a Internet.

Os objetivos desse aspecto comunicativo da atuação indigenista do Cimi foram sendo traçados conforme as necessidades e realidades, tais como:

- formar opiniões através de informação sobre a questão indígena, ao mesmo tempo, atingindo e mobilizando os diversos setores da sociedade, ampliando alianças e apoio à causa indígena e indigenista;
- denunciar as autoridades competentes contra os abusos praticados contra os povos indígenas, assim como, apoiar as denúncias dos próprios índios para gerar uma reflexão da situação desses povos;
- fornecer informações através de documentações adequadas sobre o problema indígena e
- divulgar e discutir as políticas públicas sobre as questões: indígena, ambiental e agrária.

c) Prática

Por acreditar na importância da comunicação na sua atuação em favor dos povos indígenas, o Cimi definiu como estratégia a divulgação ampla e permanente da realidade desses povos. Para tanto buscou canais na grande imprensa, quer através de jornalistas sensíveis a essa causa, quer pelo envio sistemático de notícias. A credibilidade da entidade, quer pela seriedade no trato das informações, como pela agilidade de obter notícias diretamente das áreas através de suas equipes de base e mesmo em colaboração com o movimento indígena, quer pelo grande acervo de informações (banco de dados) a respeito dessa realidade, tem colocado o Cimi como uma referência da questão indígena em nível nacional e internacional.

Desde o início da década de oitenta, vários jornalistas tem atuado no Cimi, especialmente no Porantim (que chegou a ter três jornalistas), e posteriormente na Assessoria de Imprensa e no “Mundo que nos Rodeia” e setores de comunicação nos regionais. Isso tem contribuído muito com a qualidade e agilidade da divulgação das notícias.

Portanto é possível perceber um leque de ações estratégicas do Cimi na área de comunicação. Ela vai desde os “mochileiros” varando o país com audácia e coragem, como os “arautos” das informações proibidas durante o regime militar, carregando cuidadosamente os pacotes que tanto contribuíram para romper o silêncio em que estava aprisionada a causa indígena, bem como a causa dos oprimidos em geral. Vale lembrar um documento símbolo deste período: “Y Juca Pirama - o Índio aquele que deve morrer”. Assinado por meia dúzia de bispos comprometidos com essa causa e outros tantos missionários, esse se tornou o marco da resistência ao sistema de destruição que estava sendo imposto aos povos indígenas (e a toda a sociedade).

Posteriormente várias publicações de distintas formas foram elaboradas e divulgadas regional e nacionalmente. Dentre eles podemos destacar o “Porantim”, que nasceu mimeografado, se vestiu de jornal e foi para as ruas, país afora. Do Regional Norte I ele passou a Brasília, transformando-se no órgão oficial da entidade. No mesmo rumo veio o “Mensagem”, que por sugestões de lideranças indígenas do Regional Norte II começou a espalhar a realidade dura, sofrida e esperançosa dos povos indígenas.

Informativos como o “Calha Norte”, se tornaram importante fonte de informação e resistência contra a implantação daquele projeto, particularmente nos seus fortes aspectos anti-indígenas e, em especial, contra a demarcação das terras indígenas em faixa de fronteira.

No processo de abertura política, em meados dos anos 80, a questão indígena foi conquistando mais espaço na mídia regional, nacional e internacional. Também foi melhorando a comunicação interna, entre as bases missionárias, os regionais e o Secretariado Nacional, desempenhando um importante espaço formativo. Igualmente foi sendo ampliado, com apoio do Cimi, o acesso e presença dos povos indígenas nos meios de comunicação social, nos encontros e seminários e nas mobilizações do movimento popular.

d) Resultados

Foram produzidos inúmeros subsídios (mapas, cartazes, folders, cadernos, cartilhas, livros, cartões, painéis, camisetas, dossiês, vídeos, fitas k7) que serviram para ampla divulgação da realidade, dos direitos, dos valores e das perspectivas dos povos indígenas no país, no continente e no mundo. Estes subsídios foram elaborados de maneira mais intensa por ocasião da “Semana dos Povos Indígenas”, mês das missões, “campanhas” em favor de alguns povos especificamente (Nambikwara, povos do Vale do Javari, Waimiri-Atroari, Maxakali, Tupiniquim, Guarani-Kaiowá). Também foram produzidos em função de momentos mais intensos de mobilizações e lutas como a Constituinte, pela Vida Yanomami, pela Demarcação das Terras Indígenas, contra o Decreto 1775/96. Estas campanhas, embora nem sempre seja possível quantificar os resultados e impactos sobre a administração pública, tem demonstrado efeitos bastante concretos, em termos de desencadear medidas imediatas com relação às questões levantadas. A Campanha Constituinte obteve 42.000 assinaturas favoráveis aos direitos indígenas e a recente campanha pela condenação dos assassinos de Galdino Pataxó com 22.000 assinaturas.

A estratégia de comunicação do Cimi tem sido dinâmica e abrangente. Ela vai desde a inserção de uma notícia sobre os índios no boletim paroquial até as notícias que ganham o mundo via Internet ou na sua “home page” com informações atualizadas sobre a realidade indígena (em implantação). Vai desde o boletim mimeografado nos porões (ou fotocopiado) até a impressão em policromia (cartazes).

Uma das atividades de comunicação que tem aumentado gradativamente é a produção de subsídios para informação e formação indígenas. Além da produção de cartilhas, do envio do Mensageiro e Porantim, da produção de fitas de vídeo K7, vem aumentando a colaboração com os informativos próprios das organizações indígenas. Também iniciou-se uma experiência bastante significativa com programas de rádio. A partir do Regional Norte II, é produzido semanalmente um programa de cinco minutos com notícias sobre os povos indígenas para ser veiculado nas emissoras de todo o país. Atualmente mais de 50 emissoras retransmitem o programa.

A preocupação em contribuir sistematicamente com a formação de uma nova consciência e entendimento da questão indígena, mais real e menos preconceituosa, tem levado a ações junto a escolas, universidades, setores profissionais (jornalistas) produzindo e fornecendo subsídios específicos e participando de debates e seminários. Neste sentido tem sido organizada a Semana dos Povos Indígenas e elaborado material didático (livros-paradidáticos).

Na questão de utilização do rádio como instrumento de veiculação da questão indígena, não se conseguiu avançar muito. Algumas experiências regionais comprovam a importância que esse meio de comunicação tem e as grandes possibilidades de utilizá-los (existem 177 rádios católicas). Está sendo produzido e distribuído pelo do Regional Norte II, notícias semanais para rádios das diversas regiões do país. É uma iniciativa promissora que dependerá do empenho da entidade em ampliar e consolidar esse espaço de comunicação.

O Cimi, nestes 25 anos tem reunido um importante acervo documental, tanto em livros, revistas, documentos, quanto em imagem, especialmente fotos. Só o acervo fotográfico do Secretariado Nacional contém 14.340 fotos e 23.587 negativos, 4.950 slides, além de fitas k7 e vídeos. Além disso, existe um bom número de fotos e negativos de diversos povos nos regionais e nas equipes. Todo esse acervo tem servido para as diferentes publicações do órgão em nível nacional e nos regionais. Tem sido organizado uma exposição fotográfica que demonstrou as grandes possibilidades de se utilizar mais esse meio para divulgar a realidade indígena.

Apesar dos aspectos positivos e avanços, existe uma grande dificuldade de articular melhor a questão de comunicação no Cimi. Em consequência disso vemos iniciativas esparsas nem sempre bem refletidas ou assumidas, o que demonstra a falta de uma política para certas áreas de comunicação, como vídeo e televisão. O fluxo de informações desde as bases até os regionais e destes até o Secretariado não tem melhorado significativamente, apesar de existirem melhores condições de infra-estrutura (telefone, fax, computador, Internet). Isto pode ser percebido na elaboração do relatório anual de violências, que tem atrasado por falta de retorno das áreas. Outra lacuna é a ausência de uma “política editorial” que buscasse otimizar as produções dos membros do Cimi e de suas diversas instâncias, divulgando-os seja através de publicações próprias (livros, cadernos), seja encaminhando a outras instâncias de divulgação (especialmente imprensa católica). Existe a impressão de uma certa acomodação dentro das realizações tradicionais nesta área: Porantim, informativos regionais e demais atividades em curso. Talvez seja importante rediscutir o investimento, recursos financeiros e humanos, em formas de comunicação de maior alcance e retorno para a causa indígena.

As publicações do Cimi (com uma tiragem em torno de 10 mil exemplares entre todas as publicações), cumprem o papel de informar e denunciar, mas não cumprem suficientemente o papel de “formação de opinião”.

Em termos de resultados, o projeto Mundo que nos Rodeia logrou constituir uma rede que, basicamente, garante a veiculação de informações de forma sintética, analítica e ágil, à imprensa estrangeira. Isso criou um outro patamar de informação e comunicação sobre os povos indígenas do Brasil no exterior. Entre todos os países, 167 entidades recebem o material por via postal, 64 via fax e 118 via correio eletrônico, totalizando 289 pontos de recepção dos informes semanais do Cimi. A veiculação dos textos via Internet dá uma dimensão não quantificável ao impacto desses informes.

e) Perspectivas

Tentar construir e oferecer condições reais e concretas, para que os novos recursos tecnológicos sejam sempre mais democratizados e aproveitados pelos povos indígenas, como povos cultural e socialmente diferenciados, como meio de comunicar a realidade pluriétnica da sociedade brasileira.

A contribuição para os povos indígenas que pode favorecer enormemente para fixar bases sólidas para um projeto de autonomia, é o que vem se configurando a partir dos avanços em matéria de informática e comunicação através da mídia. Esta realidade nos oferece outros meios de falar e ser ouvidos de forma significativa no novo panorama mundial.

A utilização dos canais de comunicação em favor da causa indígena vem exigindo cada vez mais o empenho e a capacitação dos missionários. É preciso continuar sensibilizando a sociedade para o rompimento definitivo do preconceito.

O espaço ocupado em rádios, inicialmente aproveitando a programação de dioceses e paróquias tem atraído audiência. Os temas abordados contam a trajetória de luta dos povos indígenas e do Cimi na defesa dessa causa.

Como cenário que aponta para o futuro, o rádio é um meio de comunicação de grande alcance para os índios, agricultores e a população do entorno, com o objetivo de discutir as políticas públicas implantadas pelo Estado com ênfase especial para a problemática indígena, ambiental, agrária e social.

Outro espaço privilegiado para a comunicação da realidade indígena tem sido as escolas, especialmente durante a Semana dos Povos Indígenas. Os debates e as exposições têm despertado o interesse dos estudantes e o desejo de conhecer melhor as culturas indígenas.

3.13. *Cooperação Internacional*

a) *Histórico*

No início do trabalho do Cimi, praticamente inexisteriam recursos das agências de Cooperação Internacional. Os recursos existentes, poucos, provinham das dioceses, congregações e mesmo do trabalho voluntário e militante dos religiosos e leigos que iniciavam o trabalho junto aos povos indígenas. Recebiam-se doações pontuais que eram aplicadas nas viagens, trabalhos de área e na constituição de uma modesta infra-estrutura para dar respaldo e prestar serviços àqueles que levaram o trabalho junto às comunidades indígenas.

Aos poucos, foram sendo feitos contatos com as agências de Cooperação que se mostravam sensíveis à causa indígena, interessadas e dispostas a apoiá-la com recursos. É importante notar que, neste período, a questão da América Latina, das ditaduras militares e das agressões aos direitos humanos causavam muita preocupação e indignação na sociedade européia, principalmente entre as Igrejas. As agências, neste contexto, eram instrumentos de veiculação da solidariedade dos cristãos e dos setores sociais organizados dos países europeus, através dos quais estes poderiam intervir na defesa dos direitos dos setores populares marginalizados e perseguidos do continente latino-americano.

Na medida em que o trabalho do Cimi se ampliava, diversificava e aprofundava em todas as regiões do país, a estrutura, os recursos humanos e materiais também se ampliavam. Para dar apoio a este processo, haviam as dioceses, prelazias, congregações e, também, as agências de Cooperação.

Durante muito tempo não houve uma estratégia do Cimi com relação à Cooperação Internacional. Os trabalhos iam sendo desenvolvidos, quando havia necessidade de recursos os projetos eram elaborados e os contatos eram feitos caso a caso com as diferentes agências, principalmente aquelas vinculadas à Igreja Católica dos países europeus.

Existiam, também, mecanismos de acompanhamento, prestação de contas, troca de informações bastante individualizadas - cada equipe, cada regional, cada instância - tinha seus parceiros e suas formas próprias e critérios próprios de trabalho e relacionamento institucional.

O Cimi sempre cuidou muito de manter as agências, as Igrejas e as próprias sociedades européias informadas com relação à situação dos povos indígenas no Brasil e do trabalho da entidade junto a eles. Muitos missionários, brasileiros ou de origem européia, fizeram viagens de esclarecimento e intercâmbio a vários países, levando informações para a opinião pública e para aqueles que contribuem com a Cooperação Internacional em seus países.

Em 1993, o Secretariado Nacional colocou em prática o projeto Mundo que nos Rodeia, inicialmente como parte de uma instância mais ampla, que seria o Setor de Solidariedade do Cimi. A tarefa do Mundo que nos Rodeia é informar semanalmente toda a rede de relações do Cimi no exterior sobre as questões conjunturais mais significativas com relação aos povos indígenas, passando dados, informações e a leitura que a entidade faz de cada situação.

Foram realizados também muitas campanhas de denúncia e solidariedade com povos indígenas, que partiam de equipes de área e regionais e, muitas vezes, contavam com o apoio logístico do Secretariado Nacional.

A partir de 1994, o Cimi, através do Secretariado Nacional, passou a participar do Fórum das Pastorais Sociais e Organismos da Linha 6, da CNBB, onde se discutia e se elaborava propostas coletivas, daquelas pastorais e organismos, com relação à Cooperação Internacional. Naquele momento, as agências de Cooperação estavam sendo muito questionadas nos seus países com relação aos resultados do trabalho de seus parceiros no Brasil, com relação aos seus métodos de planejamento e avaliação, critérios, prioridades e monitoramento desse trabalho.

Os recursos da Cooperação estavam diminuindo, outros países apareciam como prioridade (o ex-campo socialista, os países africanos e asiáticos), as próprias sociedades européias estavam mudando e se voltando mais para seus problemas internos.

Essas questões eram passadas ao Cimi pelas agências, muitas vezes como explicação e justificativa para a impossibilidade de aprovação de determinados projetos novos ou para o corte no apoio a projetos antigos realizados em parceria.

A agência de Cooperação de origem católica, a holandesa Bilance (antiga Cebemo), propôs ao Cimi a articulação do conjunto de seus programas na área indígena feitos em parceria, constituindo o que se chamou de Programa Global Cimi-Bilance. Este Programa Global, aprovado pela diretoria do Cimi, acabou se constituindo como um grande fórum da entidade, aberto a todos os regionais. Neste fórum, se discutiam as questões da Cooperação Internacional, as estratégias possíveis do Cimi com relação a esta realidade e os temas vinculados à Cooperação: parceria, planejamento de trabalho, avaliação, monitoramento, resultados do trabalho, indicadores de resultados, relatórios, registro das informações, dados qualitativos e quantitativos etc. Discutiam-se também outros temas que eram colocados como questões para a reflexão pelas agências: a subsidiariedade, a temporalidade, a questão de gênero no trabalho etc.

Essas discussões, planejadas e realizadas em todos os regionais e em Seminários Nacionais contribuíram para formar os membros do Cimi, tanto para qualificar melhor o trabalho de área como para compreender e contribuir com propostas para o relacionamento do Cimi com a Cooperação Internacional.

Foi no contexto das discussões do Programa Global que surgiu e foi amadurecida a proposta deste Processo de Avaliação, finalmente aprovado pela diretoria do Cimi e realizado durante todo o ano de 1997.

b) Concepção

A Cooperação Internacional é, muito mais do que o apoio financeiro de uma agência do Primeiro Mundo para o trabalho do Cimi com os povos indígenas no Brasil, uma relação de companheirismo e igualdade para uma perspectiva comum: a conquista da autonomia pelos povos indígenas e a mudança das sociedades brasileira e européia no sentido do aprofundamento da democracia, do respeito à alteridade e aos direitos indígenas.

c) Resultados

A Cooperação Internacional teve e ainda tem um papel fundamental no apoio ao trabalho do Cimi, a todo esforço de solidariedade e de construção da autonomia pelos povos indígenas. Este papel se desenvolveu dentro dos marcos da contribuição estratégica da Cooperação Internacional para o avanço dos movimentos sociais no Brasil e para a consequente democratização da sociedade brasileira.

É difícil, senão impossível, imaginar a efervescência social e política vivida pelo país do final dos anos 70 até o final dos anos 80, sem o apoio discreto e permanente das agências de Cooperação para o conjunto dos movimentos sociais, comunidades de base, oposições sindicais, associações de bairro, grupos de defesa dos direitos humanos, grupos de mulheres, movimento de meninos de rua, grupos de defesa do meio ambiente etc, em todas as regiões do Brasil, no campo como na cidade.

Com relação à questão indígena, especificamente, as agências de Cooperação contribuíram, numa fase inicial, dando suporte ao trabalho de identificação de grupos, de denúncia das diversas situações de abuso de direitos humanos das comunidades e de luta pela terra.

Numa segunda fase, as agências contribuíram no desenvolvimento dos diversos tipos de trabalho específicos nas áreas de saúde, educação, auto-sustentação etc. Nesta fase, as agências contribuíram também com a emergência das organizações indígenas locais, regionais e com as tentativas de articulação indígena nacional.

Tudo isso resultou num avanço, por parte dos povos indígenas, na construção de sua autonomia. Nos últimos 25 anos, quase a metade da totalidade das terras indígenas do país foram demarcadas, existem experiências importantes e positivas de educação e saúde indígenas, com diversidade de parceiros por parte dos povos indígenas. As comunidades, povos e organizações

indígenas conquistaram espaços importantes da própria estrutura do Estado, em nível regional e nacional para a participação indígena na definição das políticas públicas que lhes dizem respeito.

Muito ainda existe para ser feito, mas o quadro da situação dos povos indígenas mudou radicalmente, para melhor, do início dos anos 70 até hoje. As agências de Cooperação Internacional tiveram um papel estratégico para que este cenário, mais favorável aos povos indígenas, fosse construído ao longo dos anos.

d) Perspectivas

Frente à realidade atual da Cooperação Internacional e das agências parceiras do Cimi neste contexto e considerando o acúmulo da entidade em suas reflexões e análises coletivas, visualizamos as seguintes perspectivas de trabalho neste tema:

- possibilidade de constituição de uma instância no Cimi que tivesse como tarefa elaborar uma política de Cooperação Internacional da entidade;
- desenvolver uma política de parceria com entidades e Igrejas, com o objetivo de buscar a auto-sustentação financeira;
- fortalecer, aprofundar e aprimorar todos os mecanismos de contato, intercâmbio de informações e troca de experiências com as agências de Cooperação Internacional, Igrejas, entidades e setores organizados da sociedade européia, para constituir redes de solidariedade e de parceria que dêem conteúdo e sentido histórico ao trabalho conjunto.

PARTE IV

CONJUNTURA POSSÍVEL DE UM FUTURO PRÓXIMO

“...os povos indígenas, muito mais do que herdeiros de um passado, são povos do futuro, pois anunciam com o seu modo de ser a possibilidade de uma vida plena de significado humano...”

**(Declaração da XI Assembléia Geral do Cimi -
Luziânia-GO, 14 de julho de 1995)**

“...a esperança não é mais que mentira se não for o esforço cotidiano por um outro amanhã”.

(Lluís Llach, poeta catalão)

É arriscado, embora necessário, projetar os cenários possíveis, nos quais os povos indígenas possam exercer, no Brasil, a sua autonomia, sem ter uma visão de conjunto do que vem ocorrendo como tendência na conjuntura nacional e internacional. Existe sempre o perigo de projetarmos, em nossas análises, nossas próprias aspirações, que nem sempre são condizentes com a realidade. Ao mesmo tempo, é preciso ter consciência que nem tudo o que se apresenta como irreversível, o é de fato.

É preciso, portanto, ter lucidez em perceber o que realisticamente pode ser revertido e redirecionado a partir de determinadas condições que podem e devem ser construídas em conjunto com vários setores da sociedade e não de forma isolada, corporativista ou sectária.

Colocadas estas premissas, o que podemos projetar como *conjuntura possível de um futuro próximo*?

Em termos de conjuntura internacional, podemos afirmar que poderá ser reduzida a velocidade das mudanças políticas e econômicas que tinham como matriz o que se convencionou chamar de “modelo neoliberal”. Se estas mudanças tomaram impulso, num primeiro momento, devido ao fim do “bloco socialista” do leste europeu, os custos sociais dessas mudanças tem levado a reações populares cada vez mais organizadas em todo o mundo.

No início, foram as greves e protestos tímidos e desarticulados que, depois, se transformaram em greves nacionais organizadas tanto setorialmente como na forma de greve geral. Este fenômeno ocorreu, e continua a ocorrer, tanto em países do Primeiro como do Terceiro Mundo, na França como na Argentina.

Após os protestos, mais ou menos organizados, dos setores populares e do movimento sindical, vieram as eleições gerais e setoriais. Aqui também, o que parecia consolidado se dissolveu. A chamada “onda rosa”, das vitórias socialista e trabalhista na França e na Inglaterra, as eleições municipais e para o Congresso em vários países latino-americanos demonstram que a insatisfação com os custos sociais e humanos da aplicação fria do “modelo neoliberal” tem crescido e tomado a forma de expressão política organizada. Em El Salvador, a FMLN, de esquerda, conquistou nas últimas eleições a capital San Salvador e mais da metade das prefeituras do país. Na Argentina, uma frente oposicionista vem crescendo a cada ano e já ameaça a continuidade do governo Menem.

O Brasil entrou muito mais tarde no trem das reformas estruturais. Iniciou no governo Collor em 1990, ficou paralisado durante o “impeachment” e só voltou a implementá-las no atual governo Fernando Henrique Cardoso. Este governo tem realizado as reformas preconizadas pelo Consenso de Washington mas já aplica o modelo sob forte contestação do seu absoluto descaso com relação às questões sociais.

Sendo assim, tanto no Brasil como no exterior, cresce sempre mais a cobrança da responsabilidade social dos governos e dos Estados. Os governos, cada vez mais, têm que prestar contas de suas políticas sociais, de suas medidas corretivas com relação à ação do mercado. A exclusão social, a questão agrária e agrícola, o desemprego, a violência urbana, a fome, a falta de saúde, educação e moradia são temas que entraram de forma definitiva na agenda política nacional e internacional.

No caso da questão indígena, esta se coloca no âmbito das dívidas sociais dos Estados nacionais, como do próprio Estado brasileiro.

O que percebemos é que os países do Primeiro Mundo tendem a se preocupar mais em resgatar essa dívida, pela própria articulação que a questão indígena tem com a questão do meio ambiente, das florestas tropicais, da biodiversidade etc. No caso do governo brasileiro, não há preocupação em resgatar essa dívida. Como na questão da Reforma Agrária, a questão indígena só entrará, de fato, na agenda política do governo se houver uma pressão política ampla e organizada, de diversos setores sociais.

O atual governo, se reeleito para um novo mandato de quatro anos, ou a oposição a este governo se eleita, chegarão ao poder com pesadas dívidas sociais a serem resgatadas, entre elas a questão indígena.

A possibilidade da questão indígena ser transformada em preocupação de governo e em programa de governo vai depender exclusivamente da capacidade de pressão organizada, de elaboração de propostas e do monitoramento das políticas públicas por parte dos povos, organizações indígenas e seus aliados, entre estes o Cimi.

Se a pressão, as propostas e o monitoramento das políticas públicas forem bem articuladas no campo indigenista, é possível construir, a curto e médio prazos, cenários favoráveis à conquista da autonomia pelos povos indígenas em nosso país.

Se aqueles elementos não forem articulados de forma satisfatória, a tendência será a reprodução da relação histórica que o Estado brasileiro tem com os povos indígenas - genocida e integracionista - e que deu origem ao próprio nascimento do Cimi.

Durante 25 anos de luta e compromisso com os povos indígenas, o Cimi vem contribuindo significativamente para que os primeiros cenários sejam construídos.

A partir da celebração destes 25 anos e do atual Processo de Avaliação - uma profunda revisão da sua caminhada - o Cimi pretende projetar o seu futuro com lucidez e clareza para, em aliança estratégica e atitude de serviço, contribuir com os povos indígenas do Brasil para a conquista definitiva de sua *autonomia* perante o Estado e a sociedade brasileira.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CIMI
Conselho Indigenista Missionário

AVALIAÇÃO EXTERNA
ALGUNS COMENTÁRIOS PARA CONTRIBUIR NO DEBATE

RANULFO PELOSO DA SILVA - Cepis, SP
WILFRIEDE PAZ GRÜNBERG, Antropóloga, Áustria

OUTUBRO DE 1997

A - INTRODUÇÃO

1. Fazemos nossas observações como pessoas que, mesmo não estando em uma perspectiva pastoral, compreendem e se sentem comprometidas com a causa dos povos indígenas. Entendemos a tarefa de "avaliadores externos" como uma contribuição ao CIMI que tem como objetivo uma presença respeitosa no meio dos índios reconhecendo seu modo próprio de viver e de pensar, incentivando suas iniciativas e envolvendo as igrejas e a sociedade na aceitação de sua cultura e na defesa contra qualquer violação de seus direitos. Então os *comentários* se colocam como contribuição ao CIMI no seu esforço de examinar os 25 anos de atuação e na busca de aprimoramento do seu serviço pastoral, no próximo período.

2. Temos consciência dos limites dessa contribuição. Ela nasce da leitura de muitos documentos produzidos no processo da autoavaliação (alguns ainda em fase de elaboração) e das conversas com as equipes durante a visita rápida a três áreas, sugeridas a partir de critérios geográficos, da relação índio/ terra e índio/ organização e do modo de atuação e composição das equipes do Cimi. Mesmo levando em conta nossa experiência anterior em campos afins, não seria possível dar conta da complexidade de uma realidade que por si só é ampla, específica e diversa. Mas também porque o volume de informações e reflexões sobre o trabalho acontecem no espaço de um mês, sem a possibilidade de tomar uma distância que permita maior assimilação e aprofundamento.

3. Tendo em vista a amplitude da realidade que está sendo avaliada e os limites de tempo, priorizamos as observações e indagações sobre as formas de atuação do Cimi (o fazer que revela sua concepção) e sua maneira de organizar-se para prestar o serviço pastoral (funcionalidade, organicidade, estruturação). Adotamos a seguinte metodologia: leitura de material informativo (boletins, relatórios, avaliações, planejamentos), conversa com várias equipes (no plano nacional, regional, local), visita a áreas de trabalho concreto e participação no Seminário Nacional de Avaliação. Dedicamos maior tempo e atenção para o encontro e debate com as pessoas das equipes que fazem o trabalho direto, mas com a preocupação de ver Cimi como um todo.

4. Para estabelecer um *diálogo* proveitoso, avaliados e avaliadores tratamos de construir uma plataforma de mútua confiança. Com isso se tentou evitar os ranços de uma avaliação *fiscalizadora*, de cima e de fora, assim como a atenção demasiada no simples diagnóstico da situação e de suas problemáticas. Acima de tudo, houve um esforço de *pensar juntos* alguns elementos que possam ser úteis na *construção de respostas aos desafios da prática*. Consideramos que o essencial dessa atividade da avaliação se deu no âmbito das equipes selecionadas. Nesse sentido, a sistematização escrita de alguns pontos que julgamos relevantes não contém qualquer surpresa e servem especialmente como registro para a socialização e ampliação das discussões.

5. Este trabalho significou para nós um excelente momento de aprendizado e o estabelecimento de novas amizades. De coração, agradecemos a disposição e a acolhida fraterna de todas as equipes. Manifestamos nossa admiração pela generosidade com que se dedicam a causa dos povos indígenas, mesmo quando sentem incoerências e dificuldades de viver, na prática, o propósito de atenção à autonomia e à cultura de quem tem outra forma de ver o mundo e a vida.

B - DOIS MUNDOS, DOIS SISTEMAS

pontos que podem ajudar no diálogo

6. Dialogar pressupõe que os lados estejam dispostos a pensar juntos uma caminhada. Quando um grupo se propõe realizar um diálogo intercultural é fundamental *conhecer o outro e suas diferenças* internas (linguagem, mecanismos), assim como levar em conta *seu tempo e ritmo*. Nessa parceria não pode haver imposições, nem pressa e começa com uma tradução cultural mútua das inspirações (valores, convicções, procedimentos). Sem isto o que acontece é a dominação ou os diferentes mecanismos de resistência. Isto vale tanto para o diálogo com as comunidades indígenas como para o relacionamento com as agências de cooperação internacional.

7. As atividades econômicas, políticas e religiosas realizadas pelas populações indígenas e pela sociedade envolvente até podem ser as mesmas. Porém, seu significado é completamente diferente porque são realizadas a partir de modos diferentes de encarar a existência. O fato dos povos indígenas adotarem costumes e práticas dos "não índios" (língua, religião, organização) pode apenas representar uma *forma de resistência* frente a lógica dominante que ameaça permanentemente seu modo peculiar de existência. A surpresa é que, abrindo-se uma possibilidade, após séculos de invasão e massacre dos "civilizados" os índios iniciem um vigoroso processo de retomada de suas terras, língua, e tradições.

8. De forma ideal e generalizada pode-se afirmar que o *sistema de subsistência* predominante nos povos indígenas tem como lógica *assegurar a existência do grupo*. Para tanto os índios cultivam um complexo mecanismo de *redistribuição dos bens*, garantindo um exercício com função social. A economia é de *subsistência*, quer dizer, visa garantir o básico da existência para todo o grupo, seja em tempos de fartura, seja em tempos de miséria. Por isso tudo que se adquire e se produz tem regras próprias de distribuição. O sistema *político* (organização do poder e a organização social) é feito para manter o *equilíbrio* do povo e para prover a carência de seus membros. Este sistema comporta oposição e contestação que gerando conflito (interno ou externo) ajuda a construir limites no sistema de poder e, de novo, conseguir o equilíbrio. A *religião* está na *raiz das normas da convivência* do coletivo e na motivação para a *prática da troca*. A própria festa é uma ocasião de *compartilhar a alegria e as energias espirituais* de tal forma que todos se beneficiem igualmente. Os aspectos econômico, social, político articulados em um religioso, fazem parte integrante de um mesmo sistema. Tudo isto não vem da "bondade natural" do índio; é fruto de um permanente *treinamento*, desde o nascimento.

9. O *sistema econômico ocidental* tem como finalidade garantir a *apropriação e a acumulação privada dos bens*. Como cada um quer ser esse dono, se estabelece a *lógica da competição* com a criação dos *mecanismos do mercado*. É fácil concluir que tais leis e regras desequilibram as relações dentro do grupo, reforçam o poder dos que já possuem e produzem a realidade da exclusão. A religião dos "brancos" faz apelos para a partilha e a convivência harmoniosa entre os irmãos, mas como ela foi desvinculada da economia, da política e da vida social não faz parte integrante do sistema. Então, é possível dizer-se religioso e, ao mesmo tempo, ignorar a miséria e até produzi-la, e vice-versa.

10. Os povos indígenas (sobretudo caçadores e coletores) trabalham com o horizonte de um mundo com *abundância*. Sua tarefa é *adquirir*, inclusive entre aqueles que já incorporaram a arte de **produzir** parte de sua sustentação. Quando sobrem a escassez, junto com as explicações para *resistir às provas* dos céus, buscam o caminho (*as mágicas*) de conseguir ingressos para seu grupo e ganhar prestígio como grandes caçadores/coletores. Nos tempos modernos, essa mágica pode se dar na formalização de uma associação ou nas mil artimanhas de se fazer

"coitadinhos", pedir esmolas e na *adequação do discurso* conforme os ouvidos dos doadores de plantão. São seus *novos campos de coleta*.

11. A *liderança* entre os diversos povos, com algumas diferenças, serve para *organizar o grupo na busca da sustentação* ou para manter o equilíbrio da convivência. A liderança se conserva enquanto mantém *estreita comunicação com seu grupo*. Por isso desenvolvem *complexos mecanismos* de garantir lideranças efetivas. No mundo ocidental é possível ser *representante formal* de determinado grupo, *distanciar-se dele* e, ainda assim, *continuar no cargo*.

12. A *realidade indígena é dinâmica*. Os diferentes povos *indígenas sempre mudaram*, por causa do enfrentamento com *novas realidades* da natureza, ou pelo contato e confronto com outros povos. Diante do novo foram capazes de fazer uma *tradução cultural* e assimilar procedimentos e valores (apropriação). Na impossibilidade de *tempo de entendimento e de escolha*, elaboraram *estratégias de sobrevivência*. Às vezes pagaram altos preços, como a perda do território e da língua ou parte de suas tradições. No Brasil, com 500 anos de invasão e múltiplas formas de etnocídio, os povos indígenas, inclusive em áreas onde eram dados como integrados ou inexistentes, ressurgem das cinzas e resistem.

C. TENSÕES DA PRÁTICA- alguns pontos críticos

13. Com o maior respeito pelos missionários que dedicaram suas vidas entre os povos indígenas pode-se afirmar que as missões tinham como tarefa *a evangelização dos pagãos*. Partiam do princípio de que "fora da igreja não há salvação" e, com o maior ardor, catequizavam os indígenas, pensando em convertê-los à fé católica. Sem falar que quase sempre confundiam fé cristã e cultura ocidental, assumiam também a postura de quem tem a excelência de um tesouro e tenta inculcar esses valores *a povos que só conhecem a superstição*. A rigor, nenhum missionário hoje, assume esse discurso. Ao contrário, é bastante comum se ouvir dizer que "eu me fiz cristão entre eles" para indicar que os "índios já vivem" os valores que os missionários têm como pregação.

Mas, em muitas falas e sobretudo em várias atitudes, é possível sentir que a *nova proposta missionária* conserva sinais de etnocentrismo e o discurso de respeito e autonomia aparece como uma *tática* enquanto se espera o momento da revelação explícita. Nas aldeias, por exemplo, pelo modo como o missionário age, toma iniciativas e decide fica difícil acreditar que o índio é o "*dono*" e o branco seu "*hóspede*". Essa postura se torna mais acentuada quanto mais antiga é a presença do trabalho missionário. Nesse contexto, *diálogo religioso* pode significar *sacramentalização*, com *índios batizados* na igreja e com alguns até *manifestando a vocação* ao sacerdócio.

14. Uma velada maneira de manifestar o *proselitismo dos brancos*, às vezes pode reaparecer nas formas de *catequese política*: "índios contra o neoliberalismo", "aliança solidária com as organizações populares"... Parece pacífico que os reciclados mecanismos de manipulação e de exploração predominantes na cultura ocidental, agora em tempos de globalização, atingem de maneira cruel a realidade de todos excluídos, entre eles os povos indígenas. Também é fácil compreender que uma resposta mais global a problemática dos diversos grupos depende de uma ofensiva bem ampla que se faça, se possível, a nível do continente. Mas, concluir daí que os índios aderiram ou deveriam aderir a um projeto e engrossar a fileira das mobilizações populares soa como uma *projeção dos desejos e sonhos dos militantes*. Mesmo que tais idéias sejam expressas por *conhecidas lideranças indígenas* é duvidoso afirmar que isso corresponda à compreensão ou a perspectiva dos diversos povos. À sua maneira os diversos povos já lutam pela justiça. O que

poderia ser mais profundamente político que a afirmação da identidade étnica de povos cuja lógica de vida é francamente questionadora do modelo sócio/ político/ econômico/ religioso ocidental? É fácil perceber que seria condenável utilizar os índios e sua causa como reforço de um projeto político de um grupo, ainda que bem intencionado. Como muitos dos membros do Cimi nasceram da militância (dentro e fora da Igreja) a atenção deve ser redobrada para evitar tais projeções.

15. É visível o resultado da ação do Cimi, nestes 25 anos: denúncia contra a violação dos direitos indígenas, apoio decisivo para a legalização das terras, incentivo na retomada da identidade cultural de muitos grupos, envolvimento das igrejas e da sociedade no apoio a causa dos índios, ... No entanto é sempre bom pesar as críticas de fora afirmando que às vezes, algumas tomadas de posição deixam escapar a idéia de que o *Cimi é um órgão de representação indígena*. O Porantim, por exemplo, acusado por uma pessoa de ser *o órgão oficial do Cimi* abre espaço para a voz de personalidades não índias quando seria perfeitamente possível promover a fala e o jeito indígena para o mesmo conteúdo.

16. É inegável a violência sofrida pelos povos indígenas. Porém, *a solidariedade se faz muito mais pela força que sua presença representa* do que pela sua condição de "pobre". Nesse sentido, ele tem sido vítima, mas também sujeito. A decisão de apoiar e defender os povos indígenas está no *potencial que eles representam em termos de alternativa de vida e de inspiração no aprendizado da convivência*. Uma certa *vitimização do índio* (expressa em publicações: boletins, cartazes) seria uma estratégia consciente para chamar a atenção e conseguir apoios de fora? Nunca poderia, no entanto, justificar a acusação de que "o Cimi precisa dos índios" para realizar seu projeto missionário.

17. O Cimi tem claro que o movimento indígena tem suas formas de expressão organizativa. Há diversos testemunhos que, a partir da realidade concreta, as populações indígenas se mobilizaram e se articularam na defesa de interesses bem além do próprio grupo. Talvez por pressão da conjuntura, das agências de cooperação internacional e por modelos não indígenas de organização o Cimi incentivou a criação de *entidades indígenas* que em determinados momentos cumpriram algum papel importante, mas que em seguida esvaziaram-se. O que mais preocupa é o fato da sua dependência financeira e administrativa, bem como a constatação de que lideranças indígenas expressivas na diretoria dessas entidades perdem a ligação com os representados ou passam a tirar vantagens pessoais da nova condição. Onde poderia estar o problema: na inadequação do modelo organizativo, na falta de um acompanhamento (seu manejo é novo e complexo) ou porque seu nascimento se deve muito mais a *compreensão* política da necessidade de articulação do que da *necessidade* realmente sentida e incorporada? Quem sabe, na compreensão dos diversos povos tais organizações já serviram aos propósitos da coleta e, até por isso, escolhem lideranças que melhor servem para as tarefas de relação com o mundo branco (aprenderam a *mágica* - falam o português, dominam a linguagem do momento).

E - A PERTENÇA E A ESTRUTURAÇÃO DO CIMI

18. Pela origem de seus fundadores e pela exigência da conjuntura à época de sua criação, o Cimi se organizou no interior da Igreja católica com militantes vindo das diversas pastorais. Essa estruturação que foi importante para a consolidação da nova proposta missionária, hoje enfrenta dificuldades. Ao mesmo tempo em que o trabalho exige maior *qualificação profissional* como consequência da presença respeitosa e solidária, cresce também, a partir da igreja, a exigência de que, além da motivação da fé, os missionários realizem as *tarefas de divulgação ex-*

pública do pastoral católica. Muitas dioceses já tomaram a iniciativa de se desobrigar dos contratos trabalhistas dos membros do Cimi e, em algumas delas, criando sua própria *pastoral indígena*. A pergunta que fica é: mantendo as motivações evangélicas e a relação com a igreja, como o Cimi pode garantir sua autonomia e a sua proposta missionária? Da forma que vai, a tendência do Cimi é assumir sempre novas tarefas decorrentes da pastoral e com isso sobrecarregar ainda mais seus agentes.

No Seminário Nacional voltou ao debate a antiga idéia do *Cimi* constituir-se em pastoral específica, a *Pastoral Indigenista*, o que lhe daria um status oficial nacional com maior autonomia para relacionar-se com as igrejas diocesanas e com os institutos e congregações atuando entre os índios.

19. A estrutura humana e material do Cimi tem como objetivo a prestação de uma *assessoria qualificada junto às comunidades indígenas* ou nas atividades de apoio à sua causa. A complexidade da tarefa e o aumento das demandas a partir do crescimento do próprio trabalho (presença, formação, articulações) exigem agora maior volume de pessoal, de recursos financeiros e de instrumentos. Junto com isso vem a necessidade de dedicar pessoas e tempo para as tarefas burocráticas, sobretudo depois que as agências de financiamento, por diversas razões, passaram a exigir maior objetividade e clareza nos planejamentos e nas prestações de contas. A maioria entende que o momento é outro e que muitos procedimentos são indispensáveis para tornar o trabalho mais eficaz..

Já faz algum tempo o Cimi tem claro que é hora de enfrentar e dar resposta às seguintes perguntas: agora que os *recursos* diminuem para *trabalhos como os do Cimi* onde aplicar prioritariamente, os recursos disponíveis? Não estariam os recursos, energia e pessoal mais destinados à sustentação da "máquina" (sedes, administração, estruturas e instâncias intermediárias) do que no reforço das *equipes de área* e em atividades do *trabalho direto*? Como garantir o *contrato trabalhista* dos missionários sem que percam seu *elã* e sem desconhecer que muitas dioceses não aceitam mais a relação contratual porque cria diferenças com outros agentes de pastoral ou porque já estão organizando *sua pastoral indígena*?

20. Às vezes, o complexo processo de consulta e tomada de decisão dá a impressão de que o Cimi amoldou-se, no pensamento e na forma, à organicidade federativa, hierárquica e verticalista da instituição eclesiástica. Parece que esforço de evitar o personalismo e a direção individual, acabou caindo na multiplicação de assembléias que podem tornar-se repetitivas e no perigo de tornar formais a votação de diretrizes e para o preenchimento de cargos. Até mesmoas *articulações* que nasceram para preencher a necessidade de relacionamento horizontal, não raro repetem vícios da *estrutura vertical* e começam a sofrer esvaziamento como a rotatividade de seus participantes e as discussões que pouco ou nada acrescentam.

Algumas opiniões apontam para a urgência de definir claramente o papel do Cimi e as *tarefas que são específicas* de sua alçada. Sabendo o *que o Cimi quer* e realisticamente *pode* será possível traçar o perfil de seus quadros, com maior precisão, na formulação e aplicação dos critérios de escolha, na definição da competência das diversas instâncias e o papel dos diferentes cargos. Sabendo qual é o *seu time*, de fato (compromisso, ligação institucional, formação,...) será possível contar e articular a *contribuição diferenciada* de pessoas que, mesmo tendo o *espírito do Cimi*, não têm condições de dedicação exclusiva, por pertencerem a outras instituições dentro e fora da igreja.

21. A participação de *religiosos dentro do Cimi* pode significar um forte avanço. Para tanto é necessário que seja encarado com maturidade a realidade de sua pertença ou não ao Cimi. A atual relação de semi-pertença gera uma série de *focos de tensão* seja para os próprios religiosos, seja para suas congregações ou seja para a relação com *os missionários leigos* muito deles casados e com uma formação profissional diferenciada.

Parece urgente tomar providências sobre essa situação que tem criado insatisfação desde as questões de formação diferenciada, a participação nos eventos, a corresponsabilidade das tarefas e até as questões trabalhistas e familiares (jornada, política salarial, direitos trabalhistas, disponibilidade, atenção à família,...).

22. Os momentos críticos da conjuntura mais ampla, o isolamento, um certo sentimento de despreparo e de impotência frente a uma realidade tão exigente, a mobilização permanente, o acúmulo de tarefas institucionais (área, equipe, diocese, regional, articulações, assembléias, representação em vários níveis, a presença obrigatória em múltiplos espaços eclesiais, as tarefas burocráticas,...) parecem estar gerando um preocupante desgaste das pessoas no terreno emocional, afetivo, profissional e familiar. Mais que um *cansaço físico* se percebe uma *fragilização* dos agentes, acompanhada de *desânimo* e da procura de outros espaços de atuação. Esta situação pode explicar certa *rotatividade* dos agentes que não encontrando espaço de reconhecimento e de crescimento na instituição buscam outras formas de atuação profissional.

Junto com a decisão individual de planejar suas atividades evitando a sobrecarga e garantindo espaços de recomposição física, intelectual e emocional, deve ser iniciativa do Cimi como instituição, *um acompanhamento* que represente um zelo pelas pessoas, sobretudo as mais atingidas pelos desgastes e pelo isolamento.

D - UMA PRESENÇA RESPEITOSA a postura que se espera dos missionários

23. O Cimi se firma como uma nova proposta missionária representando a solidariedade dos cristãos junto aos povos indígenas e propondo-se a acompanhar a caminhada desses povos. Tal acompanhamento implica em entender e respeitar o índio como um sujeito diferente, com direito de crer e viver diferente. Nessa presença respeitosa e na paciência, medida pelo seu tempo e pelo seu ritmo, poderá acontecer um diálogo intercultural em diversos campos como a economia, a organização e a religião. Esse processo, longe de qualquer paternalismo, proselitismo ou imposição e, realizado a partir de dois sujeitos que se dispõem a dialogar, será antes de tudo uma forma de *pensar juntos*. Aí reside *razão de ser do Cimi* e o conteúdo de *sua mística*.

24. A primeira exigência do acompanhamento é a obrigação de conhecer o mundo indígena e fazer uma tradução cultural para os diversos grupos os mecanismos e a lógica dos "não-índios" para que eles possam ter o mínimo de condições de compreender e tomar decisões acerca de novos valores e tecnologias.

Além da dedicação e do contato direto os missionários deverão munir-se, ainda mais, de conhecimentos e de assessorias permanentes (antropológica, pedagógica,...) impossível de suprir apenas com as atividades de formação sistemática. Poderia ser alguma forma de *supervisão* que representasse um acompanhamento das pessoas e do trabalho concreto no sentido de ajudar na aplicação prática do conteúdo das formulações teóricas.

25. Uma segunda exigência é a luta para defender os povos indígenas contra a violação de seus direitos procurando envolver as igrejas e a sociedade na defesa de sua terra e no respeito às suas tradições.

Uma atividade concreta será a mobilização para a *consolidação jurídica* (regulamentação) das conquistas expressas na Constituição de 88, tanto na questão da terra como no reconhecimento oficial das organizações comunitárias indígenas. Nas discussões com os diversos grupos contribuir na construção de critérios para o uso da terra que conserve os elementos principais de seu sistema (terra comunitária, mecanismos de distribuição dos recursos conseguidos com seu usufruto)

26. É indispensável que os missionários busquem perceber e *incentivar as iniciativas dos próprios índios, na construção de respostas aos desafios do momento*, como reforço a seu protagonismo e reconhecimento de sua autonomia. No entanto, dado o tamanho e a velocidade do rolo compressor que se agiganta contra a minoria indígena, *será decisivo o apoio de pessoas e de grupos para fazer valer o seu direito de viver sem discriminações*, mesmo quando isto já esteja assegurado juridicamente.

Os membros do Cimi terão um *duplo papel de intermediação*: junto aos povos indígenas e junto à sociedade "branca", com a tarefa de *tradução cultural das inspirações* das duas partes. É também a partir dessa *postura de diálogo* que os missionários devem relacionar-se com a cooperação internacional.

27. A compreensão do contexto sócio-político-econômico leva os missionários a temer pela preservação étnica e a integridade física do índio. Tal ansiedade aumenta quando não percebem igual preocupação entre os índios. Então, o zelo missionário pensando na sobrevivência das populações, toma a iniciativa de propor projetos e cursos de capacitação (agrícola, escolar, formativo e organizativo). Uma constatação geral é que o fracasso dos projetos tem sido quase total. Junto com a entrada da moeda, sobre a qual os índios tem pouco manejo (não formularam regras para sua redistribuição), os projetos têm significado grande potencial de destruição e desequilíbrio do grupo.

Mesmo admitindo que se tenha estabelecido um suficiente grau de confiança e de diálogo vale a pena conhecer e adotar metodologias adequadas. Não se nega a necessidade da entrada de recursos, desde que eles não destruam a lógica da economia de subsistência. Uma metodologia adequada serve também para as questões da formação. O convencimento realizado junto a um membro receptivo do grupo e que se dispõe a fazer uma experiência de plantio agro-ecológico, por exemplo, pode ser mais eficaz que muitas semanas de curso. A visita a uma experiência que dá certo, pode ser de mais valia que muitas explicações ainda que didaticamente realizadas. A antropólogos e pedagogos *experimentados* podem ser de grande valia, assim como o conhecimento de experiências que deram certo.

D. DESTAQUES COMO FORMA DE RESUMO

28. Na sua história, o Cimi teve *contribuição decisiva na defesa da terra indígena*: denúncia contra as invasões, pressões pela demarcação, incentivo e apoio nas retomadas, mobilizações para uma legislação favorável,...com sensível aumento das terras indígenas.

Na defesa da terra pode estar o principal lugar de sua contribuição futura: aumentar a terra indígena e conseguir que seja feita a regulamentação dos direitos sobre a terra, já garantidos na Constituição. Simultaneamente é indispensável levar para a consciência nacional que demarcar é *devolver as terras a seus verdadeiros donos* junto com o *reconhecimento de domínio e de uso sobre elas pelas comunidades*, conforme suas inspirações.

29. Uma segunda contribuição importante foi a defesa dos povos indígenas: reconstrução étnica, aumento vegetativo da população, incentivo ao seu modo próprio de vida e ao cultivo de sua própria língua, denúncia contra a violação dos seus direitos, ajuda nas suas articulações, trabalho junto à sociedade envolvente para compreender e respeitar a existência dos diferentes grupos,...Mesmo levando em consideração o objetivo de garantir sua autonomia e protagonismo, a enormidade das pressões e a pequenez da população indígena exige o apoio dos grupos indigenistas para que haja respeito a seus direitos.

30. *No campo político*, o Cimi deve ter atenção especial sobre possíveis *projeções* de seus agentes. Porque a maioria das entidades indigenistas tiveram (ou têm) na raiz de suas motivações um modelo de projeto como parte de seus *sonhos políticos*, sempre terão a tentação de projetá-los na sua relação com os índios.

31. Na questão das articulações, será importante não esquecer a necessidade da ligação com as organizações comunitárias, ajudando para que elas sejam reconhecidas juridicamente como legítimas representações (conselho dos velhos, dos caciques, dos clãs,...). Também é necessário conhecer e contatar outras experiências de representação que fogem do clássico modelo "branco"(presidente, vice). Nos anos 80, o Cimi já tinha uma crítica dos *modelos importados*. Preocupa que, nos anos seguintes, parece não ter levado isso em conta.

32. Na questão ideológica e metodológica, boa parte dos missionários refletiu e realizou mudanças. Porém, algumas atitudes parecem revelar um antigo desejo de que *um dia o índio vai chegar lá*. Podem ser sinais de uma pregação *missioneira*, revelação de um certo desconhecimento dos valores indígenas e uma sutil imposição de nossos próprios valores.

33. O tema da *auto-sustentação*, em grande parte imposto pelas agências de financiamento, ainda não tem grande aprofundamento. É possível constatar que na maioria dos países do *chamado terceiro mundo os projetos econômicos têm fracassado*. Uma das prováveis razões é o *desconhecimento*, de quem propõe ou financia o projeto, sobre a realidade e o *sistema econômico dos diferentes povos* e, no caso, a lógica dos povos indígenas, na maioria caçadores e coletores. Neste contexto, a experiência dos projetos econômicos têm representado uma *intervenção de forte potencial destrutivo*.

34. Quanto ao *processo de formação e aprendizado* dentro do Cimi três aspectos chamam a atenção. Primeiro, que nos cursos básicos, só haja *obrigatoriedade* para os *leigos* enquanto os religiosos podem participar, no mesmo CIMI, sem essa preparação. Nos planejamentos, na atuação prática e na organização interna do Cimi, essa diferenciação tende a produzir dificuldades. O segundo, refere-se à formação continuada que, além da teoria, deveria ter um *acompanhamento*

das pessoas equipes, com uma ajuda de reflexão da própria prática (maior integração, a nível pessoal, dos conhecimentos teóricos). Isto poderia se dar em forma de uma *supervisão*, entendida como assessoria regular, no trabalho direto. O terceiro, está ligado a assessoria externa (antropólogos, economistas, pedagogos, juristas): sem dúvida que deveria haver uma priorização para aqueles que tenham uma *experiência prática*. No processo de formação do Cimi, é indispensável o aprendizado a partir de outras experiências (positivas e negativas), também de outros países, ou que não sejam de igreja, na questão de escola, saúde, economia, organização, diálogo religioso,...

35. O Cimi, na sua trajetória, foi acumulando diferentes funções e, para isso, readaptando sua estrutura e funcionamento. Isto tem sobrecarregado seus agentes com múltiplas tarefas institucionais tornando desafiadora a consolidação de uma entidade com flexibilidade e fluidez como sempre foi de sua vontade. Os missionários têm claro que a resposta a essa situação está no âmbito de uma *auto-definição precisa, corajosa e realista como entidade indigenista e inserida na Igreja Católica*: dentro daquilo que o Cimi quer fazer, o que, defato, pode fazer, tendo em conta seu potencial, competência, recursos, pessoal,...

36. Tem funcionado no Cimi os *espaços organizados a partir de situações* e temáticas afins (a terra, p. ex.). Isso levanta a pergunta: o funcionamento em “fóruns” não seria bem mais próprio de sua índole e de seus objetivos? Com isso, as assembleias poderiam ser bem mais espaçadas, com maior acento no estudo, na troca de experiências, na confraternização e na celebração da mística e onde se faria o mínimo de votações. Assim, os encontros realizados a partir da necessidade sentida e no ritmo exigido pelas tarefas do trabalho concreto, quem sabe, poderiam ser mais produtivos e deixariam mais tempo para o trabalho direto, com maior intensidade e profundidade.

37. Pelo seu reconhecimento na sociedade, uma das tarefas do Cimi é *abrir espaços*, no campo legal para *garantir juridicamente os direitos indígenas* e trazer a opinião pública informada sobre a realidade dos diferentes povos. De preferência, essas informações deveriam ter o sabor e as inspirações do modo indígena de ser e de olhar a vida. Uma tradução cultural que certamente tornaria a comunicação mais direta e significativa.

38. O Cimi, na relação com as agências de financiamento, deve estar preparado para dialogar a partir da *tradução cultural* da realidade indígena, levando em conta seus valores, seu tempo e seu ritmo. Para isso, deve buscar pessoas, grupos e entidades de solidariedade que sejam sensíveis e estejam dispostas a conhecer e apoiar a causa indígena. Da mesma forma, o Cimi não pode ter um olhar para o *primeiro mundo ou para as agências de cooperação* como se tudo fosse um imenso monolito e como se as pessoas, no seu interior, tivessem todos a mesma postura. Essa mesma lógica vale para os representantes das agências internacionais que, numa perspectiva de profissionalismo, devem entender as diferentes propostas e saber que o simples critério economicista é insuficiente para decidir ou rejeitar apoios. *Fica difícil uma parceria que não parta do conhecimento direto dos povos indígenas (com suas diferenças) e do respeito à sua cultura.*

39. **OBSERVAÇÃO:** É costume, no trabalho de “avaliação externa”, fazer *recomendações*. Como, pela própria metodologia, os comentários nasceram da reflexão com os agentes do Cimi, consideramos o conjunto das anotações como uma grande recomendação para todos nós. A parte sobre os DESTAQUES COMO FORMA DE RESUMO, p. ex., imaginamos todo ele como recomendação. Mesmo assim, tomamos a liberdade de acentuar algumas delas colocando-as um pequeno box.

F - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

dia 18/07/97 - Brasília, secretariado, reunião com a coordenação da avaliação: situar-se dentro do processo, sobre a expectativa da avaliação externa e ver sugestão de áreas/equipes a serem visitadas.

Dia 29/08/97 - São Paulo, encontro dos avaliadores para estabelecimento do roteiro de avaliação e visitas e para a definição de uma metodologia.

Dias 20 e 21/09/97 - leitura de jornais, relatórios, planos,...

dias 22 a 24/09/97 - Brasília, leitura dos relatórios das regiões e do documento de trabalho, em fase de elaboração. Dia 23 à tarde, conversa com a diretoria do Cimi sobre temas gerais como organograma, organização indígena, missões,... e as expectativas em torno da "avaliação externa".

Dia 29/09/97 - Manaus, conversa com a Coordenação Regional Norte I: estrutura, concepção, auto sustentação, organização indígena.

Dia 30/09 e 01/10/97 - Pequeno encontro com missionários em Boa Vista, RR, e viagem a Missão Catrimani, índios yanomami e visita/ conversa com a equipe local.

Dia 02/10/97 - Visita à aldeia Pium, índios Wapixana, conversa com a comunidade.

Dia 03/10/97 - Boa Vista, conversa com a equipe Cimi. À tarde, conversa com D. Aparecido, presidente do Cimi nacional.

Dias 04 a 06/10/97 - Leitura de relatórios, textos, documentos, anotações.

Dias 07 a 10/10/97 - Itanhaém, SP, conversa com a equipe local e pessoas do Regional Sul. A chuva intensa impediu visita à aldeia guarani, como programada.

Dias 11 e 12/10 - Sistematização inicial sobre a realidade vista/debatida.

Dia 13/10/97 - Ilhéus, BA, encontro com a equipe Itabuna e Pessoas do Regional Leste e Nordeste.

Dia 14/10/97 - Reunião com a Equipe Cimi e convidados (Fase, CPT, vigário)..

Dias 15/10/97 - Encontro com lideranças Pataxós, na área retomada, em Pau Brasil.

Dias 18-20/10/97 - Elaboração dos comentários sobre a realidade vista/lida/debatida.

Dias 21 a 23/10/97 - Participação no Seminário Nacional de avaliação, em Brasília.

Outubro de 1997.

Ranulfo Peloso da Silva, Cepis, SP.
Wilfriede (Paz) Grünberg, Antropóloga, Áustria.